

Memória Emblemática

O que os tradicionais nos contam sobre seu passado?

Maria Angela Gemaque Álvaro

**Belém, PA
Agosto 2005**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Álvaro, Maria Angela Gemaque.

Memória emblemática: o que os tradicionais nos contam sobre seu passado ? / Maria Angela Gemaque Álvaro; orientadora, Profª Drª Marilu Marcia Campelo. — 2005

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Mestrado em Ciências Sociais, Belém, 2005.

1. Família - Pará. 2. Memória – aspectos sociais. 3. Identidade Social. I. Título.

CDD - 21. ed. 306.85098115

**Memória emblemática: o que os tradicionais nos contam sobre seu
passado?**

Maria Angela Gemaque Álvaro

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências
Sociais, com concentração em Antropologia,
Departamento de Antropologia, , Centro de Filosofia
e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará,
sob a orientação da Profa. Dra. Marilu Marcia
Campelo

**Belém, PA
Agosto 2005**

Memória emblemática: o que os tradicionais nos contam sobre seu
passado?

Maria Angela Gemaque Álvaro

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências
Sociais, com concentração em Antropologia,
Departamento de Antropologia do Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Universidade
Federal do Pará, sob a orientação da Profa. Dra.
Marilyn Marcia Campelo

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação
defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 9 de
agosto de 2005

Banca:

Profa. Dra. Marilyn Marcia Campelo (orientadora)

Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin (examinador externo)

Profa. Dra. Maria Angélica Motta-Maués (examinador da casa)

Profa. Dra. Jane Felipe Beltrão(suplente)

Belém, PA
Agosto 2005

Memória Emblemática: o que os tradicionais nos contam sobre seu passado

Maria Angela Gemaque Álvaro

RESUMO: este trabalho discute a influência exercida pelo passado familiar na construção de representações sociais que são incorporadas a um sistema de classificação em uso num dado contexto. Para isso analisa a memória de dois grupos familiares considerados tradicionais na cidade de Belém do Pará, em virtude de uma trajetória histórica excepcional que é tornada pública. O fio condutor dessa discussão é, portanto, a memória social, com atenção especial à forma como ela é tratada nos estudos teóricos de Maurice Halbwachs. Utilizando depoimentos orais e a versão escrita da memória familiar, essa dissertação faz um percurso onde tradição, família e história são temas incorporados a uma análise descritiva que desenvolve dois aspectos: 1) Como o adjetivo tradicional foi forjado e associado a certas famílias? Utiliza-se para tanto o conceito de “tradição inventada”, e relaciona-se a construção mnemônica desses grupos familiares a processos de consagração de nomes de famílias e à legitimação de *status* 2) Como tem sido viabilizada a aceitação dessa imagem pela sociedade envolvente? Ressalta-se aí os aspectos ideológicos que recobrem a questão, com destaque para a ideologia do parentesco e para a ideologia histórica.

Palavras-chave: memória, família, tradição, ideologia, identidade.

Emblematic memory: what traditional families tell us about their past?

Maria Angela Gemaque Álvaro

ABSTRACT: This work discusses the importance of family tradition on constructing social representations that are incorporated into a classification system used in a given context. Memory of two family groups considered to be traditional in the city of Belém are analyzed, these groups being so considered in virtue of an exceptional historic trajectory. The central conducting element in such a discussion is social memory, with emphasis on the way it is considered in the studies by Maurice Halbwachs. Upon the exam of oral and written narratives, the study goes on incorporating the themes of tradition, family and history, and developing two main points: 1) How the adjective traditional is constructed and attributed to some families? This question is approached by using the concept of “invented tradition”, and by relating the mnemonic construction of such groups to processes of consecration of family names, and to *status* authentication. 2) How the involving society has been convinced to accept that image? Emphasis is given on the ideological aspects of kinship and history.

Key words: memory, family, tradition, ideology, identity.

*Para Lourdes Gemaque,
Minha mãe,
Pessoa muito amada e um referencial sempre
presente.*

*Para Francisco Gemaque,
Meu pai,
Atualizado com carinho e saudade em minhas
memórias.*

*Para Orlando e Laura,
Presentes da vida.*

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
ABREVIATURAS UTILIZADAS.....	iii
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÃO	iv
ÍNDICE DE QUADRO	iv
1.Tradição, família e ... memória	1
2. As bases da memória	31
3. Os sinais de distinção	69
4. A força definidora do sangue e do nome	109
5. Fechando o círculo: a memória que remete a uma certa história	123

Referências

Anexos

1.Questionário

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho tem uma história. A dessa monografia tem dois tempos, ambos permeados por personagens que ajudaram a construí-la. O primeiro deles é marcado pela minha entrada, em 1989, no curso de mestrado da Universidade Estadual de Campinas, cabendo aqui agradecer, de maneira geral, aos professores de quem tive oportunidade de ser aluna, e, em especial, às professoras Suely Koffes e Mariza Corrêa que acompanharam mais de perto o andamento do projeto dessa dissertação, a primeira delas na condição de orientadora. Não concluí o trabalho nessa etapa, pois me afastei da vida acadêmica após ter realizado o trabalho de campo.

Um segundo momento se inicia em 2003, com a minha inserção no mestrado de Antropologia da Universidade Federal do Pará, inicialmente como aluna especial e, em seguida (2004), como aluna regular do curso. Agradeço a boa acolhida de professores e funcionários, pessoas que conheciam minha trajetória, já que nessa universidade fiz a minha Graduação e uma Especialização em Teoria Antropológica, numa época em que o grupo de Antropologia ainda não tinha departamento próprio, sendo parte do Departamento de História e Antropologia. Quero agradecer em especial:

À Professora Marilu Márcia Campelo, que aceitou a orientação dessa dissertação quando eu ainda me encontrava na condição de aluna especial do curso, e que ajudou a dar nova feição aos meus escritos através de observações perspicazes pautadas no domínio do tema e na sua experiência profissional.

A Paulo Roberto de Araújo Pinto e Rosângela dos Santos Borges, funcionários da Secretaria do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, que sempre se mostraram dispostos a atender as diversas solicitações feitas.

À Professora Maria Angélica Motta-Maués, cuja contribuição extrapolou as ocasiões e rituais acadêmicos em que tive oportunidade de contar com suas reflexões e sugestões, e se estendeu à possibilidade de usufruir de uma característica que é bem sua:

valorizar o trabalho alheio, através de uma retórica onde se misturam conhecimento de causa e o encorajamento peculiar aos bons educadores. Ela não imagina o quanto isso foi importante num retorno pontuado por momentos de insegurança.

À Professora Jane Felipe Beltrão, a quem esse agradecimento precisa recuar bastante no tempo e ser amplo o suficiente para dar conta do seu importante papel na minha formação, enquanto orientadora dedicada da primeira monografia acadêmica que redigi, e enquanto educadora capaz de sempre tirar da manga argumentos de incentivo. Acompanhando o seu estilo, esses últimos muitas vezes se apresentaram através da proposição de desafios. Agradeço os inúmeros auxílios que ela me prestou, muitos dos quais ela por certo já esqueceu, mas eu não.

Aos colegas da pós, parceiros de uma jornada em comum.

Àqueles que disponibilizaram material bibliográfico, indicaram e contactaram com possíveis informantes ou prestaram informações adicionais importantes para compor esse texto.

À Lourdes e Cristina Gemaque, que inventaram finais de semana divertidos para a Laura, quando ela não podia contar com minha companhia.

A Orlando Silveira, pela ajuda no inglês e na informática, mas principalmente por me dar a certeza de sempre poder contar com ele.

Aos descendentes das duas famílias investigadas, por partilharem comigo suas memórias.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

Academia Brasileira de Letras	ABL
Academia Paraense de Letras	APL
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	IHGB
Instituto Histórico e Geográfico do Pará	IHGP
Museu Histórico Nacional	MHN

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Árvore genealógica da família Duvignaud	20
Ilustração 2- Árvore genealógica da família Albuquerque	21

ÍNDICE DE QUADRO

Quadro 1- A relação histórica dos Albuquerque e dos Duvignaud com o Pará	37
Quadro 2- Os emblemas da tradição entre os Albuquerque e os Duvignaud	94
Quadro 3- A historiografia oficial e os livros de memória e genealogia.....	129

I..TRADIÇÃO, FAMÍLIA E ... MEMÓRIA

Este trabalho é uma investigação etnográfica sobre a construção da memória de dois grupos considerados tradicionais no contexto da cidade de Belém do Pará: os Albuquerque e os Duvignaud.¹ A análise da memória foi o caminho que escolhi para avaliar a influência exercida por um passado familiar na construção de representações sociais, cujo simbolismo é decifrável não apenas no interior desses grupos, mas dentro de um contexto social mais amplo.

Partindo da premissa de que representações sociais e práticas são aspectos articulados da realidade, vejo nas representações elementos mapeadores da vida social. Ou seja: o sistema de representações fornece elementos para se pensar sobre a ordem social, ao mesmo tempo que orienta condutas.

Uma abordagem que articula lembranças e representações sociais só é possível se considerarmos o nexos íntimo da memória com a vida social, vendo na inserção do indivíduo em grupos sociais e no partilhamento de recordações em comum o ponto focal da estruturação de uma memória individual. Com isso me remeto aos estudos sobre família, já que é em torno desse grupo que se formulam as lembranças que estou interessada em investigar, mas encaro-o numa perspectiva ampla que considera a sua articulação com a rede de parentesco. Não focalizo o parentesco do ponto de vista institucional, como um grupo concreto com organização e estrutura própria, estando minha atenção centralizada no simbolismo que envolve o tema.

Sendo essas famílias adjetivadas como tradicionais, cabe ainda uma reflexão sobre tal adjetivo, a fim de esclarecer as imagens que as cercam. Dessa forma, este trabalho implica numa incursão sobre três temas – memória, família e tradição – de cuja articulação resulta a realidade a ser investigada.

¹ Os nomes de família, assim como os nomes pessoais, citados ao longo do trabalho são fictícios. Esclareço, adiante, as razões desse procedimento. Procurei adotar nomes que guardassem alguma proximidade com a ênfase dada pelos entrevistados as suas origens (francesa no caso dos Duvignaud, e portuguesa/nordestina para os Albuquerque).

Na abordagem de cada um desses temas estarei dando atenção aos aspectos simbólicos, considerados não como reflexos de uma realidade mais concreta, mas como um campo que, embora articulado a essa realidade, possui autonomia. Em seu clássico livro “As Formas Elementares da Vida Religiosa”, Émile Durkheim (1989) elaborou uma teoria do conhecimento que chamava a atenção à simbologia da vida social, o que o torna um dos precursores de um tipo de análise fundamental dentro da história da antropologia.

No prefácio à edição brasileira dessa obra, Renato Ortiz (1989) destaca alguns pontos da trajetória teórica de Durkheim. Considera que inicialmente esse último autor desenvolveu esquemas mecânicos de análise, por ver as representações sociais como tendo origem nas configurações sociais e econômicas e permanecendo atreladas a elas, como fenômenos de segunda instância. No entanto, paulatinamente ele assumiu outra perspectiva, já bem posta em “As Formas Elementares...”, indicando que a autonomia da vida simbólica é resultado de um movimento que faz com que as representações originadas a partir de uma realidade concreta sejam elas próprias capazes de gerar um movimento criador que, numa perspectiva dialética, irá afetar as configurações sociais e econômicas.

Considerando os três temas envolvidos na análise da memória de descendentes de famílias tradicionais, partirei do primeiro a ser mencionado: a memória (capítulo II). Não o tratarei como um fenômeno psíquico, cuja investigação remete ao indivíduo como unidade de análise, mas adotarei uma perspectiva social, encarando-o como um fenômeno que se formula a partir da relação indivíduo e sociedade. Minha referência teórica será Maurice Halbwachs, autor pertencente a segunda geração da escola sociológica francesa, em especial sua abordagem do tema em “A Memória Coletiva” (1990).

Coube a esse autor estabelecer uma aproximação entre memória e sociedade, mostrando a importância do grupo social na reconstrução das lembranças. Fundamental para essa aproximação foi a consideração da existência de um sistema de

convenção – a linguagem – criado e partilhado pelos homens. A linguagem, com seus símbolos e significados, é uma criação coletiva e, por isso mesmo, decifrável por todos os membros da sociedade. É ela que fornece sentido às experiências humanas de tempo e espaço, ordenando os acontecimentos físicos e sociais. E esse sistema de convenção rege não apenas a vida do homem enquanto em estado de vigília, mas também o sonho e as lembranças. As memórias, portanto, significam, e esse significado é sempre social, preso que está às convenções estabelecidas na linguagem.

Na teoria formulada por Halbwachs (1990) destacam-se duas relações: entre o passado e o presente e entre o indivíduo e a sociedade. Ao considerar o ato de rememorar como uma viagem ao passado que tem sempre como referência o tempo e o espaço vivenciado por quem relembra, o autor deixa claro que a memória estabelece uma relação entre esses dois tempos sociais. Essa relação torna-se dialética na medida em que o passado é visto, também, como um referencial orientador para o presente. Assim, a memória não é algo dado, mas um fenômeno construído. É a partir dessa percepção que a relação indivíduo/sociedade adquire um caráter onde as forças sociais são devidamente consideradas, mas não subjugam o papel do indivíduo. Nessa memória, vista como construção, caberá ao indivíduo o papel de agente, pois é ele que, ao transitar entre diferentes grupos sociais no interior de uma sociedade, estabelece a articulação de tempos e espaços sociais distintos. Confrontando suas lembranças com as dos outros membros do grupo, ele forja a sua memória individual e ajuda a estruturar a do grupo.

De acordo com Halbwachs (1990), apoiamos nossas lembranças individuais no testemunho alheio, porém próximo, já que o confronto de lembranças se faz entre pessoas que têm uma vivência comum e por isso mesmo podem partilhar recordações. A memória do grupo, ao identificar iguais, ajuda a elaborar uma identidade comum, reforçando os laços de coesão. Nesse sentido, a análise da memória revelará a imagem do grupo. No presente caso, através de uma investigação etnográfica, é possível chegar às imagens que se elaboraram sobre essas famílias, e paralelamente perceber tanto os aspectos simbólicos que cercam o parentesco numa sociedade como a nossa, quanto a normatização que envolve a organização familiar.

Já que essas famílias se vêem e são vistas como tradicionais, a palavra tradição torna-se um termo definidor de representações sociais. E o que esse termo nos diz? Considerando a idéia presente no pensamento grego de que a realidade pode ser entendida a partir da oposição de contrários, tradição e ruptura seriam termos complementares (BORNHEIM, 1997). A tradição estaria associada à idéia de perenidade, de algo que é hoje o mesmo que foi no passado, e que permanecerá como tal no futuro. Nesse sentido, tradição é permanência, imutabilidade. A ruptura, ao contrário, institui o movimento no real, rompendo com a estabilidade e indicando a instauração do novo, do diferente, do descontínuo.

Quando o termo tradição se acopla a outro, adjetivando-o, ele está sendo usado para indicar uma profundidade histórica e uma permanência, e quer com isso negar a mudança. Portanto, famílias tradicionais são aquelas que definem-se a partir de alguns elementos assinalados em sua trajetória, que se fazem presentes em mais de uma geração, dando uma idéia de continuidade, como se o grupo tivesse permanecido essencialmente o mesmo. Essa idéia é reforçada pela memória familiar, pois ela enfatiza aquilo que é comum e tende a situar as mudanças no mundo exterior, e não no próprio grupo (HALBWACHS, 1990).

Por essa definição, famílias de qualquer camada social poderiam ser adjetivadas como tradicionais. No entanto, o termo é usualmente aplicado a famílias cujos nomes e trajetórias estão associados a uma história local, na medida em que membros situados em gerações distintas exerceram continuamente o poder político e econômico. São famílias que têm uma visibilidade pública e a possibilidade de cruzarem a história familiar com uma dada versão da história voltada para o feito (e construção) de personagens.

Trabalho com a hipótese de que investindo sobre essa possibilidade elas a transformam num critério de classificação social. Se considerarmos que os atuais descendentes das famílias Albuquerque e Duvignaud se incorporaram às camadas médias da população, a formulação dessa identidade torna possível pensá-los como um

segmento que se distingue pelas aproximações com o poder, se não concretas, ao menos simbólicas.

Abreu Filho(1980) faz uma reflexão sobre os setores que compõem o que chamamos genericamente de camadas médias, mostrando como se criam segmentações internas a partir de critérios os mais variados. Não se trata de delimitações rígidas a separar claramente um segmento de outro, mas de um jogo contínuo onde, de acordo com os critérios agenciados, se formula uma classificação ou outra. Por exemplo, utilizando o critério de cor, local de residência, religião e hábitos de higiene posso classificar os membros de uma família numa posição privilegiada em relação às de muitas outras. Mas, se o meu principal critério definidor for de ordem moral, pode ser que uma família classificada anteriormente numa posição inferior, passe a ocupar um lugar mais elevado. O que é destacado pelo autor é a heterogeneidade que marca os grupos que compõem as camadas médias, ressaltando que as diferenciações internas se apoiam não apenas em critérios econômicos, mas num vasto simbolismo que acompanha os diversos aspectos da vida social.

A tradição associada às famílias que estudo pode estar funcionando como um critério classificador, ajudando a consolidar uma distinção social positiva. Nesse caso, ela poderia ser pensada como uma “tradição inventada”, conforme definição de Eric Hobsbawn (1997). Para esse autor, as relações humanas que se estabelecem com o passado, no caso dessas tradições, deixam claro que a história é utilizada para legitimar ações e reforçar a coesão grupal. É isso que ocorre, por exemplo, quando busca-se através delas reforçar ou legitimar *status* ou relações de autoridade.

O caráter inventado dessas tradições é evidenciado na forma como a história é utilizada: há um processo de seleção sobre um passado histórico para compor uma imagem apropriada. No entanto, esse processo de construção é negado, na medida em

que características circunstanciais são naturalizadas. Dessa forma, a distinção não é vista como algo construído historicamente, mas sim como inerente à natureza do grupo.²

Percorrendo os depoimentos orais e os relatos publicados sobre a trajetória histórica dessas famílias, reconstruo e analiso as versões que representam para cada uma delas um elemento importante de identidade social (capítulo III). Com isso quero mostrar o processo de construção de uma imagem de distinção, as similitudes que permitem adjetivar a ambas como tradicionais, mas também as diferenças por trás desse termo em comum.

A memória familiar é, também, um caminho profícuo para refletir sobre a relevância do parentesco na construção da identidade dos indivíduos numa sociedade como a brasileira. Lins de Barros (1987) menciona que os estudos sobre família realizados no Brasil demonstram que a importância das articulações desta com a rede de parentesco tem se mantido resguardada. Esse é um traço muito característico da família brasileira, embora certas circunstâncias e certas fases do desenvolvimento do ciclo doméstico possam levar a um distanciamento frente à parentela.

Os estudos sobre parentesco, embora tenham se constituído durante muito tempo como centro da análise antropológica, se restringiram, em grande medida, a enfocar relações de parentesco em sociedades ditas primitivas. Considerado como a linguagem da vida social nessas sociedades, o parentesco foi estudado do ponto de vista institucional, ou seja, como construtor de grupos corporados básicos à ordenação da vida econômica, social e política de uma tribo. O parentesco era visto como uma realidade genealógica.

² De acordo com Pollack (1989, 1992) a memória de qualquer grupo é um fenômeno construído que se apóia num trabalho de enquadramento histórico. Nesses termos, qualquer grupo familiar, independente da origem e posição social, elabora suas referências mnemônicas com base no material fornecido pela história, exercendo um controle sobre o mesmo. A questão principal para a definição dos Duvignaud e dos Albuquerque como famílias tradicionais estaria, assim, na repercussão e alcance do trabalho de enquadramento e em sua articulação à consagração de nomes de família.

Woortmann (1977) assinala que foram os estudos de Lévi-Strauss sobre parentesco que, ao enfatizarem a análise de modelos em oposição a redes empíricas, conduziram involuntariamente à mudança de ênfase das genealogias para os sistemas simbólicos e culturais. Seguindo esse rumo, alguns estudos recentes têm encarado o parentesco como uma linguagem metafórica que não se confunde com o parentesco genealógico real, e é sob essa perspectiva que ele adquire importância em sociedades complexas, pois conquanto ele não seja aí um determinante estrutural básico, assume o papel de organizador de certas áreas do espaço social ao projetar sobre elas o seu significado interno. Dentro dessa perspectiva temos a sugestão de Schneider que, de acordo com Woortmann (1977), considera o parentesco como uma realidade cultural a ser apreendida em dois níveis: o da “cultura pura” e o da “cultura normativa”. No primeiro caso, o parentesco é visto “como um sistema de símbolos” e no segundo “como um sistema de normas”.

Woortmann (1977) também chama a atenção para o fato de que, na condição de categoria cultural, o parentesco apresenta generalidade, ou seja, não é uma linguagem, ou um sistema de normas, que varie de um segmento a outro, mas que apresenta amplo alcance, recobrando modos de viver diferenciados dentro de uma mesma sociedade. No entanto, ele expressa seu significado em contextos específicos, quando é apropriado por grupos concretos e utilizado como expressão ou codificação de outras coisas.

A abordagem do parentesco na sociedade brasileira segue algumas diretrizes presentes no enfoque desse tema em sociedades complexas. Abreu Filho (1980) nota que a transferência de enfoque de sociedades primitivas para complexas foi acompanhada por uma redução do próprio tema, passando a estudar-se não mais a rede de parentesco e sim o grupo familiar, com ênfase nas suas funções e características. Essa perspectiva, que o autor chama de “substancialista”, se fará presente na literatura sobre família no Brasil, na medida em que a família será definida levando-se em conta certas características, mas não a relevância da rede de parentesco. Tendo como referência obrigatória o modelo patriarcal, definido inicialmente por Gilberto Freyre (1995), os

estudos sobre família tenderão a vê-la como uma unidade articulada com o político e o econômico, mas darão pouca atenção ao parentesco como um sistema.

Já Abreu Filho (1980, 1981, 1982) propõe uma outra abordagem, com ênfase nos aspectos culturais da vida social e, seguindo Schneider, olha o parentesco moderno da perspectiva do mundo das representações. Um procedimento que:

[...] significa compreender que a outra face das instituições são as representações, os sistemas de crenças. Não se trata, portanto, de opor representações e sociedade como elementos exteriores um ao outro. Assim, se podemos falar em sistemas de práticas (como, por exemplo, o sistema de atitudes em nível de parentesco) é porque as práticas se articulam com representações que lhes conferem sentido. Por outro lado, os sistemas de representações perduram na medida em que de certa maneira informam sistemas de práticas que os materializam. (ABREU FILHO, 1981, p. 135)

Sua análise não focaliza o parentesco do ponto de vista institucional, ou seja, como um grupo concreto com organização e estrutura próprias. Sua preocupação é verificar, através do discurso e da prática, quais são as categorias do mesmo para dado universo de pesquisa, e como essas categorias interferem nas ações dos indivíduos ao viabilizarem uma certa classificação social. Conforme o autor:

[...] se o parentesco não define grupos corporados, ele é capaz de delimitar grupos morais, grupos de *status* que se apóiam na avaliação da moral via sangue. Pertencer a uma família X, possuir um nome X é fator de classificação social na medida em que coloca o indivíduo ligado a um grupo moral. (1981, p. 145)

Pensar o parentesco como um sistema significa olhá-lo como uma totalidade. Assumindo a posição de Dumont de que a idéia de totalidade requer a existência de pelo menos uma oposição distintiva e complementar, Abreu Filho (1980,1981,1982) afirma que no domínio do parentesco essa oposição complementar é dada pela consangüinidade e afinidade, que expressam uma oposição entre identidade substantiva e relacional.

Tomando como parâmetro o trabalho desse autor, procuro refletir sobre algumas representações de parentesco presentes na memória dos descendentes das duas famílias estudadas (capítulo IV). Minha idéia ao focar tais representações é verificar

em que medida elas podem ajudar a compreender outros aspectos da vida social, em especial, as articulações da simbologia do parentesco com a imagem de tradição associada a esses grupos. Em outros termos, pretendo verificar se as representações próprias ao sistema de parentesco informam práticas para além desse domínio, pois conforme Abreu Filho:

[...] algumas categorias fundamentais para a definição cultural do domínio do parentesco são também fundamentais para a determinação do lugar da pessoa na sociedade, de modo que, em grande parte, a ordem social é pensada através de categorias fornecidas pelo sistema de representações que define o parentesco enquanto ‘domínio autônomo’. (1981, p. 135-136)

Embora as reflexões de Abreu Filho (1980, 1981, 1982) se voltem para um contexto específico e distinto do nosso, acredito que elas podem ser inspiradoras para o presente trabalho na medida em que, como já foi dito, o parentesco olhado enquanto categoria cultural apresenta generalidade.

Outro referencial teórico importante é o modelo de família patriarcal. Enquanto o trabalho de Abreu Filho (1980, 1981, 1982), ao se voltar para os aspectos ideológicos, pensa as categorias culturais do parentesco enquanto um sistema de símbolos, esse modelo permite pensar sobre a normatização que envolve a família brasileira. Elaborado inicialmente por Gilberto Freyre na clássica obra “Casa-grande e senzala” (1995) - década de 30 do século XX-, este modelo tornou-se um parâmetro para pensar a organização familiar em termos de suas características e funções, sendo retomado por diversos autores que lhe seguiram. Nele é delineado um perfil de família que teria predominado no Brasil colonial e em períodos posteriores, associado a grandes unidades agrárias de produção, e que só teria começado a decair com o início da industrialização, quando foi, então, substituído pela família conjugal moderna. De acordo com Corrêa (1994), enquanto a expressão “família patriarcal brasileira” deve sua difusão especialmente a Gilberto Freyre, a expressão “família conjugal moderna” foi usada, com referência à realidade brasileira, inicialmente por Antonio Cândido que a considerou o ponto terminal da trajetória histórica da organização familiar no Brasil.

O modelo patriarcal tem sido objeto de várias críticas desde os anos 50 e 60 quando, de acordo com Samara (s/d), os chamados estudos de comunidade deram início às revisões nas teorias formuladas acerca da família brasileira. Desde então, ele tem sido questionado, principalmente pelos que consideram a família como uma realidade empírica, ou seja, como “um grupo concreto composto por um certo número de pessoas ligadas por consangüinidade ou aliança e que ocupam lugares diferentes numa hierarquia interna de poder e de papéis” (ALMEIDA et al., 1987, p. 13). O que é colocado em questão é a abrangência geográfica e a verticalidade do modelo, já que estudos com diferentes recortes geográficos e sociais indicam a existência de outras formas de organização familiar, mesmo no período colonial. O trabalho de Corrêa (1994) se alinha nessa perspectiva, com a autora criticando a adoção desse padrão dominante para explicar a realidade familiar brasileira, pois esse procedimento leva à desconsideração de outros modos de organização familiar, na medida em que estes aparecem como subsidiários da família patriarcal.

Muitos autores, no entanto, optam por encarar a família como uma realidade simbólica, que expressa valores do grupo, ajudando a mapear a vida social. Nessa segunda perspectiva o modelo patriarcal é visto como uma construção ideológica, um mito sobre o passado e um parâmetro para a vida familiar. Esta é, por exemplo, a posição adotada por Almeida (1987), que encara a família enquanto idéia e toma o modelo patriarcal como uma espécie de matriz que permeia todas as esferas do social. Ela considera que os aspectos fundamentais presentes no adjetivo patriarcal têm sido tomados como medida de valor para a vida familiar, com as famílias sendo definidas de forma positiva ou negativa, conforme se adequem ou não a esse modelo. E isso é feito não só com referência a um passado histórico, mas também no contexto atual, pois a família conjugal moderna permanece patriarcal por partilhar de características essenciais a esse modelo. É sob esse ângulo que acredito que a família patriarcal pode ajudar a compreender a lógica que rege as relações familiares, tal como expressa na memória dos grupos considerados. Trilhando as pistas indicadas nos depoimentos e nos registros

escritos pretendo verificar quais as características que definem a ordem familiar e qual o parâmetro a partir do qual ela se definiu.

Para fechar o trabalho, faço uma reflexão sobre a disseminação dessa imagem de distinção para além dos limites do grupo, concretizando assim um elemento de identidade através do qual essas famílias não apenas se enxergam, mas também são vistas pelos seus contemporâneos (capítulo V). Parte da explicação está expressa na abordagem da ideologia do parentesco feita no capítulo antecedente, que torna possível extrapolar características individuais para o âmbito mais amplo de definição da família, e que naturaliza e incorpora como elementos definidores de um grupo aspectos selecionados de sua trajetória histórica. Nesse último capítulo procuro, no entanto, examinar a força de outros símbolos, dando atenção especial ao papel desempenhado por uma ideologia histórica para ratificar a posição de destaque de alguns segmentos sociais em detrimento de outros. Meu enfoque se concentra numa historiografia elaborada dentro dos quadros institucionais oficialmente encarregados de escrever uma História do Brasil, e que traz impressos os mesmos símbolos presentes numa narrativa mnemônica que enquadra as famílias estudadas dentro do adjetivo tradicional.

Pauto minha reflexão pelos trabalhos de Geraldo Mártires Coelho (1981, 1991) que fazem a análise da produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), agência cultural e acadêmica que manteve-se como a única responsável por essa historiografia, desde o período imperial até as décadas iniciais do século XX, assim como levantam a importante questão das articulações entre a existência dessa instituição e a realidade política e social do país. Nos termos do autor, o que ele faz é uma arqueologia que “tem um objetivo ideologicamente implícito: precisar a natureza das relações entre as associações culturais e as condições concretas da sociedade a que pertencem” (1991, s/p). Utilizo também o texto de Regina Abreu (1996), que em alguns momentos enfoca o teor dessa historiografia oficial, deixando claro como dada visão histórica se articula com a consagração de um segmento social ameaçado em suas posições por força das novas orientações políticas e econômicas.

Dessa forma, posso dizer que construí um trabalho a partir da abordagem de questões diversas, porém articuladas, onde a utilização das contribuições de diferentes autores me pareceu essencial para entender os sentidos existentes em classificar algumas famílias de tradicionais.

A minha motivação para trabalhar em torno desse tema adveio do fato de que, tendo nascido e construído minha vida em Belém, pude observar como, no contexto dessa cidade, os nomes de família têm um peso na valoração do indivíduo e na construção de sua trajetória, a ponto de aspectos centrais de sua vida serem marcados pelos limites de uma definição aplicada ao grupo. Uma definição que é elaborada com base tanto nas trajetórias atuais, como na história do grupo, especialmente quando se constrói uma tradição que é de conhecimento público. Entender melhor esses processos de adjetivação e classificação social foi o que me conduziu a investigar a memória desses dois grupos familiares.

Quando utilizo o termo família para falar dos Albuquerque e dos Duvignaud, estou delimitando os grupos investigados a partir do nome de família. Assim, investigo dois grupos de parentes que se reconhecem enquanto tal por possuírem um nome de família em comum, o qual remete a uma história cuja divulgação ultrapassa o âmbito do grupo.

A adoção de nomes fictícios para referir as famílias estudadas foi uma decisão difícil, mas que me pareceu necessária em vista a diversidade das situações vivenciadas em campo. Aspectos comuns da memória familiar foram tratados de maneira distinta pelos descendentes entrevistados, ou seja, com parcimônia e certo incômodo por alguns, e de forma aberta e sem constrangimento por outros. Em dois casos, fui solicitada a omitir os nomes pessoais

Na medida em que se tratava de tópicos importantes para o desenvolvimento deste trabalho, que não poderiam ser cortados sem perda para o mesmo, considerei que

a melhor opção seria o ocultamento da identidade dos informantes. O fato de muitos dos personagens citados serem figuras públicas, fez com que eu estendesse à ficção aos nomes de família.

Parte significativa do que está exposto aqui é não apenas de conhecimento público, como foi divulgada por escrito por personagens familiares, que assim buscaram consagrar o nome de família. Alguns depoimentos, entretanto, abordam aspectos mais ligados ao privado, e foi aí que a postura dos entrevistados em relatá-los se diferenciou.

A criação de uma ficção implicou em perdas para o trabalho, entre as quais eu destacaria o fato de me ver privada de fazer citações literais dos livros de família, aspecto especialmente importante para o último capítulo da dissertação, onde faço um confronto entre o teor da historiografia oficial e o dos livros de memória e genealogia.

Além disso, recaindo sobre tais grupos um reconhecimento social de sua excepcionalidade histórica, e sendo pública sua trajetória, o uso dos nomes verdadeiros conferiria maior valor histórico ao trabalho.

Por fim, o controle constante exercido sobre o que seria conveniente ou não de estar no texto, de forma a não romper com a ficção, acabou se revelando um fator limitante e difícil de lidar, uma espécie de armadilha no meu percurso etnográfico.

No entanto, acredito que isso não me impediu de fazer o essencial a que me propus: discutir os significados por trás do adjetivo tradicional, assim como o processo de sua construção. Minha intenção era abordar um fenômeno cuja amplitude não está circunscrita às famílias em questão, mas permeia todo um contexto local. Além do quê, muito do exposto na discussão do meu material etnográfico serve para pensar realidades que ultrapassam a cidade de Belém do Pará.

Ao selecionar os Albuquerque e os Duvignaud me ative a alguns critérios. Em vista do tema a ser abordado, busquei famílias onde houvesse uma relação histórica

com o poder local, que não fosse fortuita ou fugaz, mas se assentasse sobre uma continuidade histórica, garantindo a participação num segmento social de destaque em termos políticos e/ou econômicos, por várias gerações.

Segundo, procurei trabalhar com grupos onde ficasse evidenciada uma preocupação interna em conferir notoriedade pública à família, através da divulgação dos feitos de seus membros, especialmente de antepassados sobre os quais repousasse uma mística de elementos fundadores, na medida em que resumiam em sua trajetória aspectos cruciais à imagem do grupo. A existência de material escrito, na forma de livros de memória e genealogia, assim como de artigos em jornais locais, foi, assim, um dos referenciais de escolha.

A meu ver, a excepcionalidade histórica não garantia o reconhecimento desses grupos como tradicionais, mas era necessário uma divulgação da mesma, enfatizando e perpetuando as imagens adequadas, para que esse reconhecimento se efetivasse e permanecesse. As duas famílias em questão preenchiam esse requisito, oferecendo uma importante fonte escrita para análise do tema em questão.

Por fim, a leitura prévia dos livros de família, aliada a um conhecimento obtido pela própria vivência na cidade de Belém, permitiu-me atentar para as diferenças entre as trajetórias dos dois grupos. Assim, a escolha das duas famílias em questão foi orientada pela possibilidade vislumbrada de trabalhar com duas formas diferentes de construção da memória e de atribuição de significado ao adjetivo tradicional.

No caso dos Duvignaud, tratava-se de uma família de grandes proprietários, com raízes no Pará desde a época colonial, e que traduzia a trajetória comum a muitas famílias da elite local. , sobre as quais repousa um imaginário adequado a sua percepção como tradicionais.

Já sobre a família Albuquerque confluíam duas tradições diferentes: a primeira delas remetia a antepassados que construíram fortuna no Pará, enquanto

comerciantes, tornando-se figuras associadas ao poder imperial, representantes da ordem estabelecida em instância do interior do Estado. A outra, dizia respeito a antepassados ligados à oligarquia nordestina voltada para a lavoura canavieira, e que também se destacaram como mandatários do poder imperial. Esses dois grupos haviam se unido, via aliança matrimonial, no início do século XX, dando início aos Albuquerque do Pará.

Devo, ainda, mencionar que a possibilidade de acesso aos grupos familiares foi um aspecto considerado nessa seleção, recaindo a minha escolha sobre grupos com os quais eu poderia fazer uma aproximação a partir de minha rede de relações.

Dois livros publicados por membros dessas famílias se constituíram em material fundamental para a pesquisa da sua memória, já que neles se constrói uma versão da sua história, recobrando um longo período, que vai da migração dos primeiros membros para o Brasil, ainda na época colonial, até momentos mais recentes vividos dentro do Brasil Republicano.³ Paralelamente à análise desse material, entrevistei um grupo próximo de parentes em cada uma dessas famílias, centrando a conversa em torno da memória que tinham sobre o passado familiar.

A coleta desses dados etnográficos foi realizada entre os meses de setembro e dezembro de 1990 e correspondia à etapa de trabalho de campo de um projeto de dissertação que desenvolvia enquanto aluna do Programa de Pós-graduação de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas. Tendo me afastado da atividade acadêmica, esse trabalho permaneceu inconcluso e só foi retomado em 2003, já dentro do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, inicialmente como aluna especial (2003) e, em seguida, como aluna regular do curso (2004).

A primeira questão discutida com minha orientadora foi a viabilidade de redigir uma etnografia restringindo-me aos dados que já possuía. Diante da sua

³ Os livros citados correspondem a uma biografia de um descendente da família Albuquerque, onde está delineada a trajetória do grupo, e a um livro de memória histórica e genealógica da família Duvignaud.

concordância trabalhei em cima dos depoimentos já coletados e do material publicado. Embora a análise desses dados suscitasse dúvidas ou questões que poderiam ser melhor esclarecidas se eu fizesse novas entrevistas, ou retornasse aos meus antigos informantes, proceder dessa maneira daria um novo caráter ao conjunto do material coletado. Haveria um espaço de mais de dez anos separando os dois blocos de entrevistas, ou seja, seriam enfocados dois momentos distintos da vida familiar. Alguns dos entrevistados já haviam morrido, e os demais ocupavam novas posições no grupo em decorrência do ciclo de desenvolvimento de um grupo doméstico.⁴ Isso corroborou a decisão de me ater aos depoimentos que dispunha, que junto com os livros de família podiam ser encarados como documentos reveladores da memória familiar desses grupos num momento específico.

Fiz uma única complementação de dados a partir de incursões à Academia Paraense de Letras (APL). Nessas ocasiões procedi à leitura do material constante nas pastas referentes a membros de uma das famílias, os Albuquerque, que havia fornecido vários imortais à instituição. Essa documentação consistia, basicamente, em discursos proferidos dentro da Academia em sessões solenes, em especial o discurso de posse, e, também, em recortes de artigos publicados pelo ou sobre o imortal em jornais locais. A iniciativa de organizar essas pastas deve ter ocorrido no final da década de 70 do século XX, pois os recortes só começavam a aparecer a partir desse momento. Apenas um deles ainda permanece como ocupante de uma das cadeiras da instituição, tendo os demais morrido entre a década de 60 e o início dos anos 90 no século XX.

O levantamento de dados junto aos informantes foi feito através de dois procedimentos: a) um questionário com perguntas objetivas e padronizadas, para obter informações gerais sobre composição e carreiras da família do entrevistado (de origem – pai, mãe e irmãos – e aquela iniciada por ele – cônjuge e filhos), sua trajetória individual, e a guarda de fotografias e objetos que pertenceram a seus antecedentes; e b) uma conversa – via de regra gravada - sobre a memória do

⁴ Quando falo em ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, estou me referindo à clássica abordagem feita por Meyer Fortes (1958) acerca desse tema.

entrevistado a respeito da trajetória da família e sua vivência nesse ambiente. Em alguns casos, visitas adicionais foram feitas para observação das fotografias de família, preservadas pelos informantes.

A entrevista precedeu a aplicação dos questionários em todos os encontros e teve seu roteiro montado a partir da leitura prévia dos livros de família. O meu objetivo era reunir os elementos que estruturavam a memória oral, assim como verificar o significado assumido pela consagração do nome de família na vida e no percurso dos seus membros atuais.

Para isso procurei conduzir a conversa para os seguintes tópicos: o conhecimento sobre a vida de antepassados próximos (pais e avós) e a trajetória da família (que envolvia antecedentes mais distantes temporalmente); o conhecimento sobre antepassados e eventos tratados com destaque nos livros de família, de forma a verificar em que medida a memória oral se encontrava com a escrita; a trajetória pessoal do entrevistado, orientação e projetos desenvolvidos no seio das famílias que pudessem ser relacionados a imagem que acompanhava o nome de família; a importância conferida ao cultivo de uma memória familiar, considerando não apenas a ênfase sobre as lembranças transmitidas oralmente, mas também a guarda e transmissão de fotografias e demais objetos.

No caso de alguns entrevistados, especialmente os membros mais velhos da família Albuquerque, esclarecido, em linhas gerais, o que eu pretendia saber, não havia necessidade de fazer muitas intervenções para orientar a entrevista. Diante de outros entrevistados, foi necessário cercar o tema através de diferentes perguntas de forma a levantar alguma informação, mesmo que essa informação fosse a ausência de um conhecimento sobre os antepassados. Nesses casos, em geral, a conversa acabou se concentrando sobre o ambiente familiar e a vida do entrevistado.

Dessa forma, os depoimentos se constituíram no principal fonte de dados para esse estudo, ao lado do material publicado por membros dessas famílias, na forma de memória, artigos em periódicos e colunas mantidas em jornais locais.

Meu acesso aos entrevistados foi facilitado por estar pesquisando em minha cidade de origem e pelo fato de haver alguns cruzamentos em nossas redes de relações. Assim, embora ao iniciar o trabalho tivesse um relacionamento amigável apenas com um membro de uma dessas famílias, era possível utilizar diferentes pessoas da minha rede de relações (parentes e amigos) para estabelecer contato com vários deles. Se isso facilitou o acesso, pode também ter implicado em algumas limitações, já que muitas vezes a proximidade cerceia informações ao invés de fomentá-las.

Embora eu não chegasse a ser uma completa estranha – uma pessoa sobre quem os informantes não tivessem nenhuma referência –, não me inseri nesses grupos familiares de forma a participar de aspectos rotineiros de sua vida. A convivência estabelecida com cada um dos grupos familiares se limitou ao tempo das entrevistas que me foram concedidas, que não consumiram mais que dois encontros com cada um dos informantes. Em dois casos, não cheguei a conhecer a residência dos entrevistados, já que as entrevistas foram agendadas para o local de trabalho.

Como o tema da pesquisa remete à esfera do privado, é certo que as pessoas forneceram as entrevistas exercendo um constante controle sobre o que seria revelado. No entanto, passando de um informante a outro, alterava-se o ponto de vista sobre os detalhes a serem abstraídos da conversa, o que me permitiu minimizar os efeitos desse controle, já que onde um informante havia sido parcimonioso, outro revelava um grau maior de abertura.

Não foi difícil conseguir as entrevistas, tendo ocorrido apenas dois casos de recusa, o que lamento, pois eram pessoas que, pela sua trajetória ou posição na família,

seriam importantes de serem ouvidas.⁵ Em geral, os depoimentos foram obtidos por intervenção dos próprios entrevistados, que indicavam um parente e estabeleciam o contato inicial. Um único depoimento foi prestado por pessoa não pertencente a nenhuma das duas famílias, mas que me foi indicada como um elemento importante para recuperar o contexto onde havia se desenvolvido a vida dessas duas famílias ao longo do século XX.⁶ Assim, para os dois grupos familiares, entrevistei parentes próximos, enfocando para cada um deles um grupo de siblings. A posição dos entrevistados dentro de um quadro genealógico resumido era a seguinte:

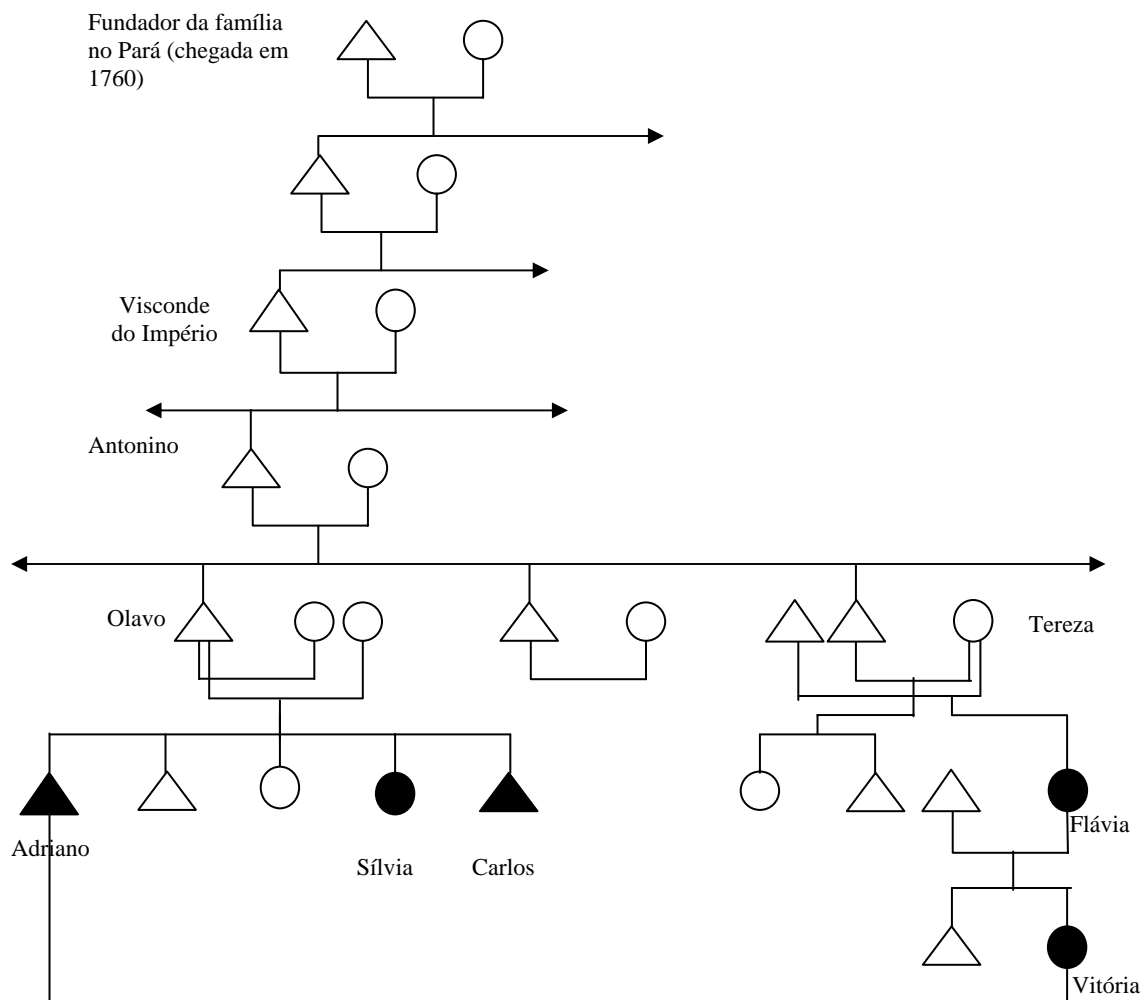
⁵ Uma dessas pessoas era um membro masculino da família Duvignaud, o único que na ocasião das entrevistas ainda dedicava-se à atividade política, que tanto marcou a trajetória desse grupo, e que era descrito pelos seus parentes como alguém que conhecia muito sobre o passado familiar. No período que antecedeu as eleições de 1990 chegou a ser publicado um artigo em jornal, ressaltando a trajetória política da família Duvignaud e a ele próprio, enquanto um representante atual da mesma. Ele foi eleito a um novo mandato nessas eleições. A outra pessoa era uma senhora da família Albuquerque, a única mulher ainda viva entre os filhos do fundador da família no Pará. Seus irmãos ressaltavam sua memória e cultura.

⁶ Esse informante havia nascido em Belém e tinha oitenta e quatro anos na ocasião da entrevista. Era neto de figura de destaque no passado histórico da cidade, que hoje empresta seu nome a uma de suas ruas. Formado em medicina, havia exercido e consolidado sua carreira em Belém, onde atuou como médico por mais de cinquenta anos.

Sua entrevista se orientou para o relato de aspectos do cotidiano das famílias abastadas no início do século XX, fornecendo informações variadas sobre a esfera doméstica e privada (ritual à mesa, utilização do trabalho de preceptoras, a formalização de muitos casamentos com base num encontro de interesses e não em uma ideologia romântica, a aceitação da infidelidade masculina no casamento). Relatou, também, o declínio econômico e a dispersão desses grupos familiares para o Rio de Janeiro, após o queda da borracha amazônica, assim como algumas estratégias de sobrevivência postas em prática, as quais evidenciam as dificuldades econômicas enfrentadas nesse período.

Situo a importância desta entrevista para o trabalho no fato dela não ter sido direcionada somente à memória que o informante tinha da sua vida familiar (ainda que isso tenha ocupado parte importante da entrevista), mas tenha se voltado principalmente para o contexto de vida das famílias de elite de uma determinada época, revelado por quem viveu a mesma.

Família Duvignaud



LEGENDA

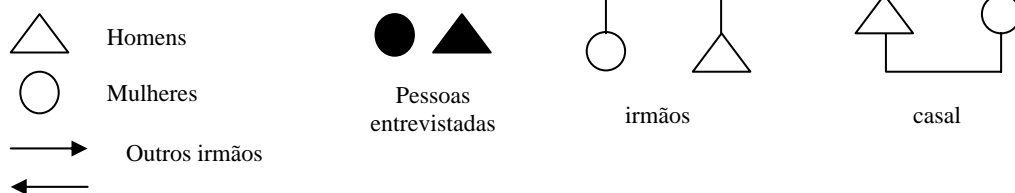
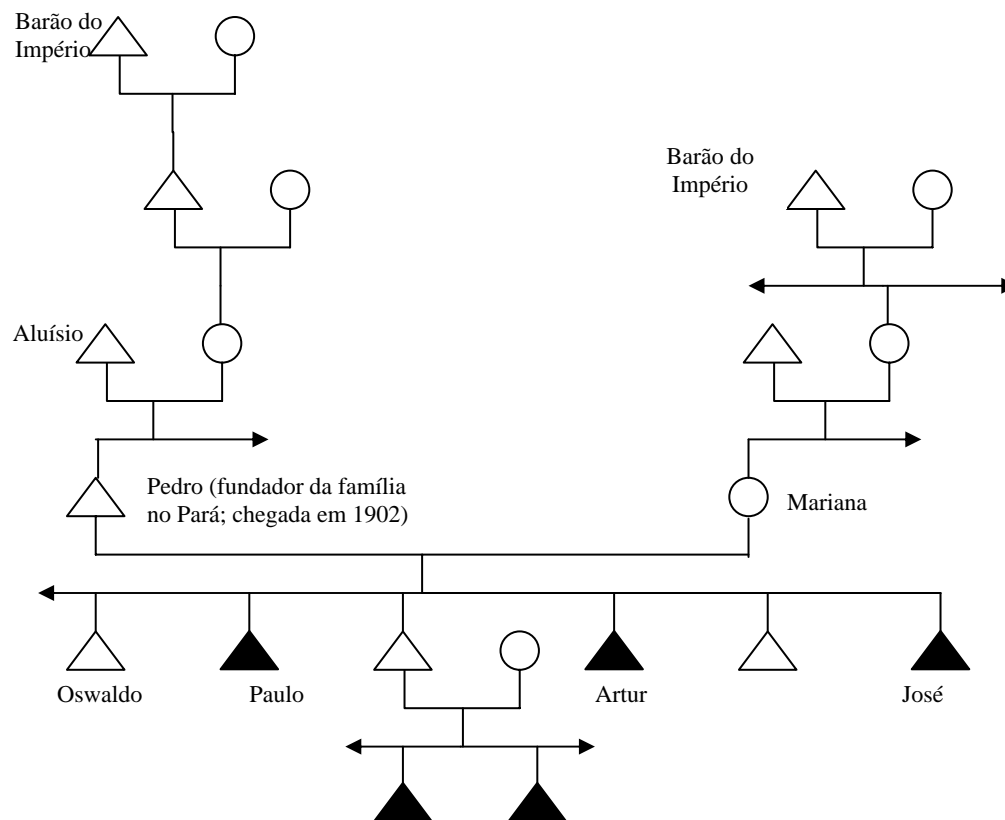


Ilustração 1. Árvore genealógica da família Duvignaud

Família Albuquerque



LEGENDA



Ilustração 2. Árvore genealógica da família Albuquerque

Para melhor situar o leitor no contexto familiar em que os entrevistados se inserem, convém fazer uma retrospectiva histórica da trajetória dessas famílias. Para cada uma delas, tomarei como referência a vida de um personagem que é, a um só tempo, tanto figura recorrente nos depoimentos, como elemento que viveu um momento onde se articulam as glórias de um passado construído por várias gerações e o início do descenso do grupo. Tendo nascido no final do século XIX e vivido até mais da metade do século XX, são referenciais próximos das gerações mais recentes dessas famílias, fornecendo um elo com um passado mais distante a partir de sua trajetória e das suas lembranças. A fonte básica dessa reconstituição foram os depoimentos orais, as publicações sobre as famílias e trabalhos acadêmicos sobre a história local.⁷

Os Albuquerque

Pedro Albuquerque chegou ao Pará nos primeiros anos do século XX. Era originário de uma região açucareira do Rio Grande do Norte, onde seus ancestrais maternos, de origem portuguesa, haviam se firmado ainda no século XVIII, consolidando-se como grandes proprietários rurais da lavoura canavieira e chefes políticos locais durante o Império. A importância econômica e política da família, e sua participação na elite que compunha o apoio local às forças imperiais, havia valido ao bisavô materno de Pedro Albuquerque o título nobiliárquico de barão.

O casamento de seus pais, ocorrido no início da década de 70 do século XIX, aproximou uma família de proprietários rurais de um político da capital, portanto de renome mais amplo, que havia sido presidente de duas províncias, sendo uma delas a do Pará. Após o casamento, Aluísio Albuquerque, pai de Pedro Albuquerque, afastou-se da política, passando a dedicar-se às atividades de um senhor de engenho. Descrito como um humanista possuidor de enorme cultura, parece ter feito uma opção pouco adequada àquele momento histórico. A decadência da lavoura canavieira apanhou de frente a família, fazendo com que ele tentasse retomar a carreira política, no que não obteve

⁷ Para fazer essa reconstituição utilizei a seguinte bibliografia: Acevedo Marin (1984, 1985), Daou (2000), Rodrigues (1979), Sarges (2000, 2002) e Weinstein (1993).

sucesso. Empenhou-se, então, na tarefa de educar Pedro, o filho mais velho desse seu matrimônio, procedimento que é descrito nos livros e nos depoimentos orais em termos artesanais: ele próprio teria escrito os livros através dos quais foi ensinando o filho, à luz de velas de cera de carnaúba feitas pela esposa, os conteúdos curriculares da época. Anualmente, pai e filho se deslocavam para as capitais do nordeste, em longas viagens a cavalo, para que Pedro Albuquerque prestasse os exames anuais, rotina que se repetiu até que ele ingressasse na Faculdade de Direito de Recife. Isso sugere o alto nível de expectativas que Aluísio Albuquerque nutria em relação à trajetória do filho, cuja dedicação, por sua vez, mostra que essas expectativas encontravam ressonância no filho e discípulo. Ao concluir o curso de Direito, ele obteve a *l*áurea em virtude de ter alcançado a nota máxima em todos os exames finais prestados.

A vinda de Pedro Albuquerque para o Pará, já diplomado em Direito, representou uma quebra de suas expectativas, que se voltavam para o principal centro político e cultural da época: a cidade do Rio de Janeiro, capital da República recentemente proclamada. As descrições de seus percalços iniciais evidenciam o descenso da família, inclusive em termos de articulação de uma rede de relações que viabilizasse a inserção almejada nos quadros funcionais da época. Não podendo concretizar suas expectativas, Pedro Albuquerque consegue carta de recomendação endereçada ao governador do Pará, Augusto Montenegro, diante do qual se apresentou em 1902, obtendo uma colocação como promotor numa cidade do interior. Note-se que o estado do Pará vivia o ápice do ciclo econômico da borracha, que representava o melhor momento de arrecadação para os cofres públicos, assim como o enriquecimento de um grupo de comerciantes, aos quais a elite tradicional ligada à propriedade agrária foi paulatinamente se associando.

No interior do Pará, na cidade que chamaremos aqui de Remanso⁸, Pedro Albuquerque se entronizou rapidamente nos quadros da elite local, o que é confirmado

⁸ Os nomes de algumas localidades que fazem parte da biografia de membros dessas famílias foram substituídos por termos fictícios, como é o caso de Remanso. As outras alterações surgem nas reproduções da fala dos entrevistados e estão grafadas em *itálico*.

pelo seu matrimônio poucos anos depois com a filha do principal chefe político da cidade que, como o próprio Pedro, podia citar uma ascendência nobiliárquica em sua biografia: era, também, neta de um barão do Império. Esse antepassado, Antônio Soares de Cabral, era filho de português, mas havia nascido no Pará, na própria cidade de Remanso, onde soube fazer fortuna, tornando-se próspero comerciante e proprietário de terras (fazenda de criação, engenho), alçando-se a altos cargos políticos na província de origem. O comércio praticado na Amazônia era dominado pelos portugueses e voltava-se para as chamadas drogas do sertão, que chegavam até os comerciantes pelas mãos dos nativos, figuras exploradas que acumulavam ressentimentos contra seus senhores. O movimento da Cabanagem, ocorrido poucos anos após a independência, reuniu entre os revoltosos essa população desejosa de ver-se livre das amarras que a mantinham numa posição subjugada. O pai de Antônio Soares de Cabral foi assassinado durante a revolta, ficando o filho para dar continuidade à atividade comercial que ele já vinha desenvolvendo. O livro de família mostra que a ascensão financeira do grupo familiar conjugou-se com sua inserção na esfera política, tendo Antônio Soares de Cabral e seus parentes mais próximos (irmão e genros) dominado por muitos anos a Câmara Municipal de Remanso, com ele chegando, inclusive, a assumir a presidência da Província do Pará, por várias vezes, em caráter provisório. Tornou-se, também, coronel da Guarda Nacional criada pelo Imperador, assumindo uma autoridade militar.

No momento em que se celebrava o casamento, a família Soares de Cabral, de onde provinha a noiva, vivia numa situação bastante favorável, tanto do ponto de vista político, quanto econômico, em função de seu posicionamento ao lado dos personagens que dominavam a política paraense e de suas participações no negócio da borracha. Antônio José de Lemos, intendente de Belém em mandatos sucessivos, de 1897 a 1911, era então a figura central do cenário político estadual. Astucioso, ele havia assumido o controle da cidade que era o centro da vida comercial e cultural do Pará, em virtude de sua posição de principal porto de exportação do látex. Paralelamente a isso, soube estender seu poder através da viabilização do nome de Augusto Montenegro, seu aliado, para o governo do Estado, o que lhe permitiu fazer amplo uso da máquina estatal. Para conseguir o apoio do interior ele desenvolveu uma política que assegurava

aos chefes municipais autonomia financeira, através da descentralização da autoridade fiscal. “Lemos só exigia lealdade dos conselhos eleitorais locais; em compensação, cada intendente municipal dispunha de completo arbítrio quanto à criação e à arrecadação de impostos municipais” (WEINSTEIN, 1993, p. 156). A família Soares de Cabral situava-se entre aquelas que apoiavam o intendente, conseguindo em troca assegurar seu amplo domínio sobre a cidade de Remanso.

Poucos anos depois, a queda do preço da borracha amazônica no mercado internacional reverteu esse quadro, respondendo pelo declínio econômico dos Soares de Cabral, agravado ainda mais por mudanças na política local, que afastaram seus antigos pares do poder. Para Pedro Albuquerque, que vivia então na capital do Estado, para onde havia obtido sua transferência como promotor, as mudanças no cenário político lhe custaram o cargo. Sua indicação havia sido feita por Augusto Montenegro, e seu posicionamento a favor do grupo do Antônio Lemos tinha se consolidado com a aliança matrimonial estabelecida com aliados do intendente e com a sua própria atuação como jornalista, escrevendo artigos contra seus opositores.

A narrativa escrita da história familiar põe em foco a decadência financeira dos Soares de Cabral, e as dificuldades econômicas e políticas enfrentadas pela família iniciada por Pedro Albuquerque, mesmo tendo ele conseguido se manter em outro emprego, obtido pela via do concurso, de professor da faculdade de Direito do Pará. Nesse ponto, as informações fornecidas pela historiografia, de novo, ajudam a entender melhor os acontecimentos. Ao lado das falências ou dificuldades financeiras dos negócios privados ligados mais diretamente ao negócio da borracha, o fim desse ciclo econômico teve repercussões imediatas sobre as receitas do Estado, que passou a não mais dispor de recursos para saldar as enormes dívidas contraídas durante a fase de expansão. Uma das repercussões desse fato na vida da população foi a falha no pagamento do funcionalismo público, que passou a acumular meses e até anos de atraso nos vencimentos (WEINSTEIN, 1993, p. 281).

Embora as dificuldades financeiras tenham marcado sua trajetória, ele conseguiu construir um nome a partir de sua atuação como professor da Faculdade de Direito do Pará, como advogado, como político e como homem das letras (publicou vários livros e inúmeros artigos em jornais). Mais que isso, conseguiu dar uma orientação bastante uniforme a sua numerosa prole, basicamente masculina, que, tendo como modelo a trajetória paterna, procurou consolidar sua posição no cenário local, articulando o exercício de uma profissão liberal respeitada (medicina, direito, engenharia) com funções públicas (às vezes políticas) e participação em instituições voltadas para o campo intelectual (Academias de Letras, Institutos Históricos, Ordens Profissionais). A visibilidade da família, e seu reconhecimento como tradicional no contexto da cidade de Belém, resulta, portanto, da somatória dessas trajetórias e de seu passado familiar glorioso, pontualmente divulgado.

Os Duvignaud

Em 1903, na cidade de Paris, Tereza Duvignaud, então com dez anos de idade, era aluna interna do Convento Sacre Couer de Jesus. Oriunda de uma família radicada no Pará desde a época colonial, e que havia se consolidado como grande proprietária de terras, ela seguia um percurso comum na época à descendência das famílias ricas locais: morar e estudar na Europa, para onde seguiam muitas vezes acompanhados por seus familiares, que intercalavam a vida no Pará com longas estadias no Velho Mundo.

As instituições e os parâmetros da educação recebida eram distintos para homens e mulheres, compatíveis com os papéis que esperavam que desempenhassem na modernidade que se instaurava na virada do século XIX ao XX. Mas, tanto Tereza quanto seus irmãos homens podiam usufruir dos requintes acessíveis a um grupo cada vez mais enriquecido com o crescimento da exploração da borracha. Seguindo uma tendência comum aos segmentos mais bem situados da terra, eles procuravam comungar de valores identificados com os grandes centros civilizadores da época. Tanto viajavam para a Europa para beber da fonte dessa modernidade, quanto recriavam o seu mundo

tendo por base esse modelo, o que se traduziu na efetivação de grandes mudanças urbanísticas em Belém e na introdução de novas formas de sociabilidade. Em vista da efervescência de interações sociais e das requisições de exibição pública (DAOU, 2000/ SARGES, 2000, 2002) as residências foram abertas para encontros e bailes, sofrendo alterações arquitetônicas que acompanhavam os novos tempos.

Os Duvignaud faziam parte de uma elite agrária que inicialmente havia se oposto à ênfase sobre uma atividade extrativista, considerando que isso poderia afetar negativamente seus interesses por requerer uma mão-de-obra que lhe era cara. De acordo com Weinstein (1993), a escassez de braços para o trabalho, embora fosse um problema que acompanhasse a história da Amazônia, tornou-se um verdadeiro flagelo na segunda metade do século XIX em virtude da revolta popular conhecida como Cabanagem, que havia “sido responsável pela perda de 30.000 vidas, de uma população estimada em 130.000, antes da revolução” (p. 59). Além disso, esse conturbado período havia impossibilitado a vigência de certas formas de controle sociais e políticas, permitindo a evasão de grupos de escravos negros das fazendas, assim como de trabalhadores índios semi-escravos, que ampliaram a população rural semi-autônoma.

Com a eclosão da revolta, o vigor que o setor agrário da região havia experimentado logo após a independência política do Brasil viu-se seriamente comprometido. Portanto, a elite agrária que havia sobrevivido ao conflito se opunha à ênfase sobre a atividade extrativista da borracha. No entanto, as dimensões assumidas por essa atividade, em virtude dos interesses do mercado internacional, fizeram com que eles mudassem de posição e diversificassem seus empreendimentos, aproveitando as novas oportunidades de negócio que estavam sendo abertas. Para isso, foi extremamente útil sua posição de mandatários políticos locais⁹, já que isso facilitou seu acesso à nova fonte de riqueza através da ocupação de funções-chaves no setor bancário e de seguros,

⁹ Acevedo Marin (1984, 1985) indica a antigüidade do poder dos grandes proprietários de terra, cuja base da riqueza era, além da terra, a mão-de-obra escrava africana e a semi-escravizada indígena. Ainda na época colonial conseguiram assenhorear-se do poder político das câmaras municipais e do importantíssimo poder militar, colocando-os a serviço de seus interesses.

que forneciam um apoio paralelo à atividade comercial. Além disso, a expansão e a modernização urbana de Belém requeria o implemento de serviços, dos quais eles se tornaram concessionários preferenciais, usufruindo das benesses oferecidas pelo poder público.

Aproximações foram feitas entre a tradicional elite agrária, que detinha o poder político local, e os comerciantes e promotores das muitas atividades econômicas que floresciam no principal centro urbano da região: a cidade de Belém. Alianças matrimoniais estabelecidas entre os dois grupos tornaram-se usuais, consolidando vínculos que satisfaziam interesses mútuos. Os comerciantes da borracha eram, em geral, estrangeiros de nascimento, e embora sua importância em termos econômicos fosse crescente, não era acompanhada de uma influência política proporcional. Para eles, o estabelecimento de alianças matrimoniais com a tradicional elite agrária era uma forma de mudar esse quadro, aproximando-os do poder e facilitando o acesso de sua descendência ao mesmo.

O próprio casamento de Tereza Duvignaud é um exemplo de como a escolha do cônjuge não respondia unicamente a interesses do casal que se formava, mas acompanhava os interesses mais amplos da família. Quando ela alcançou uma idade adequada ao casamento, seu pai tratou de intervir na escolha do futuro genro, pois isso era um assunto importante demais para ser deixado por conta dos chamados do coração. Contrariando os interesses românticos da filha, Afonso Duvignaud a fez aceitar um casamento com o filho de um amigo, também estabelecido no Pará, firmando uma aliança que selava não só uma amizade, mas aproximava homens que tinham interesses comuns ou complementares. Procedendo assim, ele incorporava uma prática que, repetida ao longo de várias gerações, tinha valido como um recurso de ascensão e consolidação do poder econômico e político, não apenas dos Duvignaud, mas da elite agrária local instalada desde a época colonial.

O primeiro membro dessa família de raízes francesas havia chegado ao Pará em 1760, oriundo de Portugal, na condição de militar a serviço do Regimento de

Infantaria instalado no que era na época a Capitania do Grão-Pará. Sua posição como militar lhe dava uma aproximação conveniente com o poder, que ele soube potencializar ao casar-se com a descendente de uma família já consolidada como grande proprietária de terras. Tornou-se, assim, genro do Capitão-mor das Ordenanças de Belém, cargo que garantia ao mesmo a concessão de sesmarias e uma série de benesses econômicas e políticas. Estabelecendo-se como grande proprietário, o fundador da família Duvignaud no Pará reuniu um patrimônio considerável que garantiu a seus descendentes condições privilegiadas de vida ao longo do século XIX. Esse patrimônio foi ampliado e diversificado por esses descendentes, num processo de concentração de riqueza através de gerações.

Enquanto a primeira e a segunda gerações nascidas no Pará casaram-se dentro do grupo de proprietários de terra, a terceira geração criou aproximações com o grupo dos comerciantes. A exploração do látex tinha, então, se tornado a principal atividade econômica e os Duvignaud, atentos às novas oportunidades, souberam diversificar seus negócios. Esse foi o período em que alcançaram o ápice de seu poder econômico, assim como maior projeção social e política. Embora a base de seu poder fosse local, o pai e os tios de Tereza conseguiram penetrar no cenário mais amplo da política, tornando-se figuras de destaque nos primeiros anos da República, movimento do qual foram precursores no Pará. Seus cargos políticos vieram somar-se ao título de visconde obtido pelo avô de Tereza, como elementos de distinção social da família. Distinção que era marcada também pelo estilo de vida que cultivavam, espelhados nos padrões europeus.

A queda do preço da borracha no mercado internacional foi acompanhada por inúmeras falências em Belém e pelo fim dos sonhos de modernidade, mas a diversificação dos negócios dos Duvignaud foi um amparo para que não se precipitassem de imediato numa queda. Os anos de expansão do comércio do látex haviam transformado essa cidade num centro urbano importante, e ainda que o período de decadência deixasse impressos sinais de calamidade no setor comercial ligado mais diretamente à viabilização dessa extração, e provocasse uma perda populacional

significativa¹⁰, as dimensões da população se mantiveram num nível que exigia um volume de serviços e mercadorias capazes de justificar a sobrevivência de alguns setores econômicos.

A pecuária foi uma das atividades que manteve-se como uma fonte de renda segura e estável nesse momento de decadência econômica. Como os Duvignaud incluíam-se entre as tradicionais famílias de pecuaristas do Pará, eles puderam manter um padrão de vida confortável e uma posição de destaque no cenário político mesmo após a derrocada da borracha. Porém, a partir daí, a família começou a se dispersar, pela migração de alguns ramos em direção à capital federal à época: a cidade do Rio de Janeiro. A família só iria perder efetivamente sua expressão a partir da década de 30, tanto em função da diluição de seu patrimônio, como das novas articulações que surgiram na política. Vale ressaltar, no entanto, o registro feito por Rodrigues (1979) de que, na década de 30, um dos problemas enfrentados pelo interventor Joaquim de Magalhães Barata, líder do movimento tenentista no Pará, se devia “[...] ao tratamento preferencial dado pelo Interventor aos pecuaristas” (p. 66). Acompanhando os depoimentos dos descendentes de Tereza Duvignaud é possível vislumbrar aspectos dessa realidade retratada pela historiografia. Mostrarei adiante que, embora sua trajetória pessoal seja marcada pela ruína financeira, ela pôde manter um padrão de vida condizente com o nome de família apoiando-se, em parte, numa parentela que se manteve atrelada a uma distinção, mesmo quando sua situação econômica e política já não espelhava a força do grupo no início do século XX.

¹⁰ Weinstein (1993, p.269) assinala que a população de Belém, que em 1912 - ano do colapso comercial - era de 275.167 habitantes, caíra em 1920 para 236.402 habitantes.

II. AS BASES DA MEMÓRIA

Na medida em que pretendo fazer uma abordagem que articule lembranças e representações sociais, estou considerando o nexó íntimo da memória com a vida social, dado pelo caráter uniformizador da linguagem, que rege a ambas com suas categorias de tempo, espaço e casualidade. Halbwachs (1990) foi o precursor dessa abordagem, que busca esclarecer os processos de construção da memória a partir da observação da vida social. E foi a partir de suas lições sobre a articulação entre memória individual e os grupos nos quais o indivíduo toma parte, que construí a abordagem dos processos sociais que interferiram na formulação das lembranças dos Albuquerque e dos Duvignaud.

Enquanto abordagens anteriores adotam perspectivas mais introspectivas, colocando a vida psíquica do indivíduo no centro da análise, Halbwachs (1990) inspira-se na tradição durkheimiana e afirma que a memória é construída socialmente. Ao fazer tal afirmação o autor está considerando a memória como uma dimensão simbólica da vida social, regida pelo mesmo sistema de convenção – a linguagem - que viabilizaria a construção de significados para a experiência humana durante a vigília e o sonho.

Essa atenção à dimensão simbólica da vida social remete a Durkheim (1989), em especial ao seu conceito de representações coletivas, vistas como fenômenos que traduzem o essencial das relações sociais a partir de uma representação metafórica. Para ele a tradução da sociedade é feita através de representações coletivas que, embora se formulem a partir da exteriorização das consciências individuais, lhe são transcendententes porque implicam num processo de comunicação que pressupõe o grupo. “Os fenômenos sociais originam-se, não no indivíduo, mas no grupo. Como quer que consideremos sua gênese, cada um de nós os recebe de fora” (DURKHEIM, 1989, p. 288). A sociedade representa uma ordem superior ao indivíduo, que a ele se impõe através da força moral e da tradição, ficando reduzido o espaço da ação individual.

A questão indivíduo e sociedade permeará também o texto de Halbwachs (1990), mas este, embora seja influenciado pela ênfase durkheimiana à vida social,

acabará estabelecendo um papel mais relevante para o indivíduo na estruturação de um fenômeno – a memória – aprendido sob uma perspectiva social.

Halbwachs (1990) considera o ato de rememorar como uma viagem ao passado que tem sempre como referência o tempo e o espaço vivenciado por quem relembra. A volta ao passado é referenciada ao presente, ao lugar social que o indivíduo ocupa, e implica em tentar encontrar no passado elementos para a construção e validação de certos modelos de vivência social. Estabelece-se uma relação dialética entre o passado e o presente: é este último que desencadeia o processo de lembranças, servindo como ponto de referência para interpretar os fatos passados, mas ao mesmo tempo esse passado é um referencial para orientar e dar sentido à experiência presente. A memória não deve, então, ser encarada como o arquivo de um passado morto, mas como um elemento dinâmico a construir continuamente o passado, tendo por base os fatos ocorridos. Ecléa Bosi, interpretando as palavras de Halbwachs, afirma: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (1987, p. 17).

Não existe a possibilidade de uma memória estritamente individual: “[...] só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo” (HALBWACHS, 1990, p. 36). Até as lembranças remotas de uma criança, que viveu uma experiência solitária e não a compartilhou com seus familiares, são perpassadas por imagens que advém do grupo. Só assim essas lembranças adquirem significado e permanecem:

É difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações fossem apenas o reflexo dos objetos exteriores, no qual não misturávamos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos prendiam aos homens e aos grupos que nos rodeavam.(HALBWACHS, 1990, p. 38)

A memória da pessoa vincula-se sempre a do grupo, embora não seja uma reprodução a nível individual da mesma. A memória individual não é uma colagem ou justaposição das memórias coletivas dos diversos grupos nos quais o indivíduo toma parte, mas resulta de um trabalho elaborado pelo sujeito – de seleção, destaque, ocultamento, reelaboração -, a partir da confluência das lembranças resultantes de sua experiência social. De acordo com Lins de Barros:

Ao pretender expor o caráter social da reconstrução das lembranças, Halbwachs acaba realçando o aspecto individual da memória, que encerra um sentimento próprio e particular. Sua existência tem um caráter único, decorrente de sua posição espacial e temporal e que apenas um único e determinado indivíduo possui em sua biografia. Mas, em relação a esse ponto, Halbwachs vai além. As lembranças estariam alojadas no inconsciente, e embora precisemos dos outros para a reconstrução, as marcas do caminho já estão presentes nos indivíduos (1989, p. 31).

A memória individual tem na memória do grupo uma fonte, mas é preciso que as lembranças deste último estejam em consonância com os acontecimentos que dizem respeito ao passado do sujeito. Ou seja, embora muitas de nossas lembranças se apoiem em depoimentos e racionalizações alheias, elas não podem ser completamente exteriores, pois resultariam num saber abstrato.

Assim como a memória individual vai buscar no legado das lembranças coletivas a substância para a sua estruturação, é, também, a partir do confronto das lembranças individuais que se formula a memória do grupo, de caráter coletivo. E uma e outra estão em permanente construção dada a dinamicidade da vida social. A memória coletiva advém de uma espécie de acordo do grupo – elaborado a partir das confrontações das lembranças individuais -, num trabalho de reconstrução do passado, onde fica o que significa dentro do contexto onde ela é construída.

Por se vincular ao grupo, visto como uma comunidade afetiva, a memória enfatizaria os laços de coesão social, definindo uma identidade a partir do enfoque do que é comum ao grupo e do que o diferencia dos demais. Enxergando o grupo de dentro,

a memória coletiva reforça o sentido de continuidade, tendendo a situar a mudança sobre as relações deste com o mundo, e não sobre a essência que define a sua identidade.

O ato de recordar apóia-se nos quadros sociais onde se desenrola a vida atual do indivíduo que recorda, e são eles que vão estabelecer o significado das lembranças. Esses quadros são estruturados por noções específicas de tempo e espaço que permitem a localização da lembrança e que são, dessa forma, condição essencial de sua construção. Na abordagem feita por Halbwachs (1990) é possível perceber a influência do tratamento dispensado por Durkheim (1989) à questão das categorias do entendimento humano. Durkheim dirá que “[...]essas noções essenciais que dominam toda a vida intelectual” (1989, p. 38) – tempo, espaço, gênero, número, causa, etc – tinham sido até então impropriamente explicadas por duas diferentes teses. A primeira, defendida por empiristas, considerava que essas categorias derivavam da experiência, sendo construídas pelas consciências particulares. A outra, afirmava que elas eram anteriores à experiência e a condicionavam. Em sua crítica a primeira delas, dirá que o caráter individual e subjetivo das sensações produzidas por objetos sobre as consciências individuais não poderia explicar categorias cuja amplitude está além do indivíduo, já que são universais e necessárias. “Portanto, não apenas elas não dependem de nós, mas impõem-se a nós”(DURKHEIM, 1989, p. 43). Em relação aos aprioristas, dirá que eles não conseguem explicar de onde advém o poder do espírito de ir além da experiência sensível, ou seja, não esclarecem a origem dessas categorias que moldam a própria experiência, já que se limitam a considerá-las imanentes ao espírito.

Para fugir a essas dificuldades, Durkheim (1989) propõe a abordagem das categorias de entendimento em novos termos, defendendo o ponto de vista de que elas são construídas socialmente. Dessa forma se explicaria porque essas categorias embora sejam universais, no sentido de que são encontradas em todas as sociedades, tomam formas diferentes em cada uma delas. É a organização social que traz as noções, a constituição das categorias, a explicação para o que existe. Defende sua tese através da exemplificação com as noções de tempo e espaço, mostrando a partir de dados etnográficos que uma e outra não são abstrações, marcadas por homogeneidade e

uniformidade, mas representações heterogêneas que variam de uma sociedade a outra. As marcações – divisões – estabelecidas nessas categorias representam “[...] uma primeira coordenação introduzida entre os dados da experiência sensível” (DURKHEIM, 1989, p. 40), experiência que tem um caráter social. As noções de tempo e espaço são, portanto, representações coletivas, elaboradas diferentemente pelas sociedades, estando nelas impressas pontos de referência cujo significado é dado pela vida social. O adjetivo coletivo aplicado às representações resgata um trabalho de construção contínuo, feito através de uma cooperação entre os indivíduos. Portanto, ao amarrar as categorias de entendimento à vida social, Durkheim (1989) destacará não só a sua heterogeneidade, mas também a sua dinamicidade.

Dando continuidade a perspectiva durkheimiana, Halbwachs (1990) irá assumir uma postura extremamente relativizadora ao tratar de tempo e espaço. Não só afirmará que cada sociedade os concebe de forma própria, mas procurará mostrar que os diversos grupos existentes no interior de cada uma delas vão compor um tempo e um espaço próprios. Parte de Durkheim quando afirma que “[...] a vida em sociedade implica que todos homens se ajustem aos tempos e às durações, e conheçam bem as convenções das quais são o objeto. É por isso que existe uma representação coletiva do tempo”. E acrescenta em seguida:

[...] porém a estes quadros gerais, a sociedade sobrepõe outros que se ajustam sobretudo às condições e grupos humanos concretos. Pode-se mesmo dizer: as datas e as divisões astronômicas do tempo estão encobertas pelas divisões sociais de tal maneira que elas desaparecem progressivamente e que a natureza deixa cada vez mais à sociedade o encargo de organizar a duração. (HALBWACHS, 1990, p. 90)

Isso faz sentido quando pensamos que essas duas noções são definidas por esse autor como campos de significados, ou como quadros onde a localização temporal dos fatos ou a percepção espacial dos objetos se impõe ao nosso pensamento a partir das relações que estabelecemos ao nos inserirmos nos diversos grupos. Considerando a noção de espaço, Halbwachs (1990) afirma que cada grupo estabelece com o meio

material uma relação específica pondo sua marca nesse entorno, mas sendo também marcado por ele, e é por isso que:

[...]cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembramos uma maneira de ser comum a muitos homens, e quando analisamos esse conjunto, fixamos nossa atenção sobre cada uma de suas partes, é como se dissecássemos um pensamento onde se confundem as relações de uma certa quantidade de grupos. (1990: 132)

A ênfase sobre essa modelação específica da vida social dentro dos diversos grupos atenua a idéia da sociedade como uma força única, determinante e coercitiva. Mais que isso, ela mostra a importância do papel do indivíduo, pois é ele que, ao transitar de um grupo a outro, estabelece intersecções entre percepções diferentes da vida social.

A partir das lições de Halbwachs (1990) sobre a articulação entre memória individual e os grupos nos quais o indivíduo toma parte, construí uma abordagem sobre os processos sociais que interferiram na formulação das lembranças das duas famílias investigadas nesse trabalho. Ao optar por trabalhar com dois grupos que, embora tenham um traço em comum- o adjetivo tradicional que lhes é aplicado -, apresentam diferenças quanto à trajetória e os vínculos com o Pará, acabei por vislumbrar duas construções distintas de memória. Diferenças que se dão tanto no nível da imagem que se formula acerca do passado do grupo, como da ação dos diversos elementos que interferiram na estruturação das lembranças. Nesse último caso, estou me referindo a processos ligados ao percurso do grupo e à própria trajetória individual que exerceram influência sobre o grau de intimidade com o passado e a extensão das lembranças de meus informantes.

Como já foi visto, a ligação dos Duvignaud com o Pará tem uma profundidade histórica que remete à época colonial, quando aqui chegou o primeiro membro dessa família. Desde, então, começaram a fazer parte do grupo de poder local, desenvolvendo paralelamente um patrimônio significativo como grandes proprietários, e alcançando o ápice de seu destaque social, político e econômico durante a Época da Borracha (1850-1910). Já a família Albuquerque surge no Pará no início do século XX,

a partir da migração de um descendente de um grupo oligárquico nordestino já arruinado financeiramente, seguida por sua união com a filha de um importante comerciante e chefe político de uma cidade do interior do Pará. Após essa união, a vida da família se desenrolou na cidade de Belém, e seu destaque se deu em torno da construção de carreiras públicas por seus descendentes.

Há, portanto, diferenças em termos da profundidade histórica do entrelaçamento de cada um dos grupos com a cidade de Belém do Pará. Chama a atenção o fato de que, enquanto para os Duvignaud os referenciais que permitem a associação entre família e tradição permeiam a história da cidade, no caso dos Albuquerque isso somente se viabilizou pelo trabalho do grupo, tanto no sentido de tornar a cidade conhecedora de sua distinção de outrora, como em criar uma nova tradição a partir do desenvolvimento de suas carreiras ao longo do século XX.

Quadro 1

A relação histórica dos Albuquerque e dos Duvignaud com o Pará

Os Albuquerque	Os Duvignaud
<p>Vínculos com o Pará: são construídos ao longo do século XX, através do desenvolvimento de carreiras públicas pelo fundador da família e seus descendentes. O estabelecimento de uma aliança matrimonial com uma família já consolidada no Pará, e a entronização de Pedro Albuquerque e seus filhos em importantes grupos políticos, são pontos de apoio para aproximações com a sociedade local.</p>	<p>Vínculos com o Pará: remetem ao período colonial e são definidos pela incorporação da família ao círculo de uma elite fundiária que, ao lado do poder econômico, detinha o poder político, alcançando seu ápice durante a Época da Borracha.</p>
<p>Tradição: os Albuquerque passam a ser reconhecidos como uma família tradicional a partir de um trabalho contínuo e uniforme do grupo em torno de uma rede de relações e da tecitura de aproximações políticas, que tem por resultado: tornar conhecido seu passado oligárquico e garantir o desenvolvimento de carreiras públicas bem sucedidas. Suas narrativas enfatizam a austeridade, a disciplina e a dedicação à consolidação de uma formação exemplar, tornando possível associar seus membros à competência exigida para o trato da coisa pública.</p>	<p>Tradição: as referências que permitem associar os Duvignaud a uma tradição local estão impressas na história da cidade, em seus monumentos e no imaginário local acerca dessa história. Isso se deve ao fato dos membros desse grupo terem se constituído em: personagens centrais da trama política por várias gerações, membros destacados da elite fundiária, e figuras da elite local a que costuma associar-se a recreação em Belém de uma civilização dentro dos moldes europeus por ocasião do Ciclo da Borracha.</p>

Os Albuquerque

Pedro Albuquerque, iniciador dessa família no Pará, é a figura central das memórias de seus descendentes, e é, também, o grande articulador de práticas que garantem preservar a memória familiar e torná-la conhecida entre os paraenses. Nota-se nas memórias, especialmente na oral, uma ligação mais íntima com as raízes nordestinas da família. As raízes paraenses são mencionadas e valorizadas (títulos de nobreza, poder político e econômico), mas os entrevistados não demonstram frente a ela a mesma intimidade, a mesma riqueza de detalhes que é expressa em relação a outra. Um dos filhos de Pedro Albuquerque nos dá indícios que ajudam a esclarecer tal fato: a postura reservada da mãe, que falava muito pouco sobre sua terra de origem, a qual não mais retornou após o casamento, e, também, a dispersão dos parentes.

Halbwachs (1990) levanta a importância dos testemunhos para a formação e permanência das lembranças. Ele afirma que muitos fatos de nossa vida permanecem como pontos obscuros na memória, pois quando os vivenciamos ainda não era possível perceber seu significado. Entretanto, a convivência com pessoas próximas, que também tomaram parte nesses acontecimentos, enquanto membros do grupo onde tudo ocorreu, irá trazer à tona e colocar sob nova luz o que até então estava oculto pelas sombras. O testemunho alheio não só nos ajudará a compreender a dimensão daquilo que foi vivido, como irá acrescentar à cena em questão aspectos ou detalhes dos quais não havíamos nos dado conta. E isso tudo passará a fazer parte da nossa própria recordação dos fatos, pois não podemos descartar aquilo que nos ajuda a dimensioná-los; de modo que, muitas vezes, torna-se impossível separar até onde vão nossas próprias lembranças e onde começa a dos outros.

O autor ressalta, também, a possibilidade de acontecimentos que não foram vivenciados por nós serem fundidos a nossa memória como se deles tivéssemos tomado parte, pela força com que o testemunho alheio chega até nós. Para que isso ocorra, no entanto, é preciso que já haja dentro de nós um caminho que nos conduza a incorporá-los, o que quer dizer que o quadro retratado tem que fazer parte da nossa vivência e

ajudar a iluminar o nosso percurso individual e social. Em outros termos, o testemunho alheio é incorporado quando ele ultrapassa a condição de saber abstrato e se torna uma imagem que adquire e dá sentido a outras imagens vivenciadas por nós, processo que é viabilizado pelo engajamento dessas lembranças no círculo da vivência do grupo. Conforme Halbwachs, “[...] temos desde a infância em contato com os adultos, adquirido muitos meios de encontrar e precisar muitas lembranças que, sem estes, as teríamos, em sua totalidade ou em parte, esquecido rapidamente” (1990, p.72).

Portanto, na formação da memória individual, sobressai o papel dos laços de convivência que estabelecemos com os membros dos diversos grupos que fazem parte do nosso dia a dia e da nossa trajetória, e que permitem o contínuo confronto entre nossas lembranças e as dos outros. É, também, a partir do confronto dos testemunhos dos que viveram experiências comuns, por tomarem parte de um mesmo grupo, que emerge uma memória coletiva. Ressaltando o papel da vida atual no mecanismo que desencadeia as lembranças, Halbwachs (1990) afirma que se o grupo se dissolve e se já não temos com quem partilhar nossas lembranças, o quadro vivido se esmaece e as imagens tornam-se fugidias. Afastada da sua cidade, do seu grupo familiar que se dispersa, dos amigos e vizinhos que compunham sua rede de relações, parece ter faltado a Mariana, esposa de Pedro Albuquerque, o apoio do testemunho alheio.

Pedro Albuquerque, também, afastou-se de sua terra natal, mas encontrou no Pará grupos de convívio com os quais pôde partilhar suas lembranças: famílias nordestinas, de posição e trajetória semelhante a dos Albuquerque. Um dos seus filhos afirma:

[...] quando o meu pai chegou aqui – chegou em *Remanso*¹ e depois veio prá Belém -, muitas famílias originárias do nordeste já floresciam aqui no Pará. Lá em *Remanso* mesmo, ele veio encontrar uns primos dele, o *Juliano Albuquerque*, que era um homem eminente lá em *Remanso* e Manaus. Ele foi encontrar a família *Tavares*, que está

¹ As palavras em itálico substituem outros termos utilizados pelos informantes em seus depoimentos, ou são esclarecimentos que julguei necessário fazer.

vinculada com a nossa ancestralmente, umas três ou quatro gerações mais prá trás. Que eram famílias já implantadas no Pará.[...] Se formos verificar, por exemplo, os professores da Faculdade de Direito, vinte anos passados, quase todos eles eram nordestinos e quase todos formados pela Faculdade de Direito do Recife. (Arthur Albuquerque, 73 anos)

Ele aproximou-se de grupos institucionais onde seu passado – ligado à nobreza imperial – era valorizado, e onde seu presente – voltado para a erudição e o mundo das letras – possibilitava sua incorporação. Foi promotor numa cidade pequena, onde figura pública de destaque tinha linha de parentesco consigo. Depois, tornou-se professor de Direito, numa faculdade onde o corpo docente era, predominantemente, oriundo da Faculdade de Direito do Recife, freqüentada também por ele. Além disso, sua atividade de escritor conduziu-o a tornar-se membro da Academia Paraense de Letras, onde encontrou o campo propício para o cultivo da memória familiar e sua divulgação.

Representando o início de uma nova tradição, e procurando guiar seus filhos pelos mesmos caminhos, Pedro Albuquerque transita entre o passado e o presente, tecendo uma história que é, também, um respaldo ao seu projeto de ascensão. Qual a tônica dos depoimentos dos seus filhos e netos? O que sempre vai ser lembrado é a trajetória dele próprio, tendo por pano de fundo o passado mais remoto de fausto e poder. É a história da dedicação absoluta do pai a sua formação, seu mestre da alfabetização até a entrada na faculdade de Direito. É a descrição dos percalços e sacrifícios vencidos através de um esforço ímpar, mas que conduz à glória representada pela erudição, riqueza que não lhe será tomada.

Através do contar e recontar dessas histórias, vai-se criando uma semelhança de elementos narrativos nos discursos dos diferentes membros da família. E é nessa uniformidade e nessa repetição que a memória dos Albuquerque se aproxima de uma lenda. Pedro Albuquerque narra sua trajetória, e, ao fazê-lo, orienta e aconselha os seus. Esse papel de orientador e conselheiro é sempre enfatizado pelos seus descendentes quando falam dele. Um dos netos enfatiza a forte ligação e obediência do seu pai e de seus tios frente àquele, pois mesmo quando já adultos, e tendo composto suas famílias,

costumavam consultar o pai acerca de decisões a serem tomadas. Já os filhos enfatizam a presença sempre próxima do pai, as histórias da família a que ele sempre voltava, especialmente nas temporadas que passavam no engenho da família no nordeste. Brincar, contar histórias e brigar são verbos que caminham junto para explicar a conduta de Pedro em seu papel de pai, conselheiro e educador. Nas recordações de seus filhos, ele aparece como um homem dedicado a acompanhar os estudos de sua prole, incorporando um papel semelhante àquele levado a efeito por seu pai em sua educação, aproximando, dessa forma, o seu discurso e a sua prática.

O meu pai foi um homem sempre voltado aos livros, desde...Ele estudou, se alfabetizou, com meu avô, no engenho, com vela de cera de carnaúba feita pela minha avó. Não tinha luz elétrica, não tinha querosene, não tinha nada. Era cera de carnaúba. Minha avó fazia aquelas velas e o meu avô fez uma cartilha de abc, por onde ensinou meu pai. Esta cartilha de abc, salvo engano, está em mãos da minha irmã *Lígia*, não sei bem por onde está. Mas ela existe, ela foi feita pelo meu avô e nela, nessa cartilha de abc, meu pai aprendeu a ler e a escrever. (Arthur Albuquerque, 73 anos)

Papai deu um valor tão grande ... como já lhe disse, colocava um filho aos cinco anos no primário, onze no ginásio e dezessete nas faculdades. Quem nos visitava naquele tempo, que nós morávamos na avenida *das Andorinhas 21*, era uma coisa espantosa. Oito horas da noite estava o papai na cabeceira, e todos os filhos, ele ensinando. Um ensinando Geografia, outro História. Todo mundo que viveu naquele tempo dizia: “quando nós íamos à casa do *Pedro Albuquerque*, nós encontrávamos vocês todos estudando.” [...] Papai só nos liberava do estudo sábado. (Paulo Albuquerque, 76 anos)

Para estabelecer a ligação com o passado nordestino, vai além das narrativas. Põe os filhos em contato com o ambiente em que viveram os antepassados, através das viagens constantes a um dos engenhos da família no nordeste, que ele procurou recuperar e manter. As descrições dessas viagens remetem à importância das mesmas na construção e permanência de uma memória familiar. O mundo físico que circundava os antepassados passa a ser vivido e usufruído. Ouvem-se narrativas diversas, contadas pelos personagens desses engenhos, que vão compondo um quadro vivo do que foi a vida do bisavô major ou do tataravô barão.

As férias nós passávamos lá, sempre, sempre. Quem passava no Ginásio já sabia: ia prá lá. Fazia uma força prá ir mesmo.[...] Convivemos muito no Rio Grande do Norte. Eu sei mais coisa do Rio Grande do Norte do que daqui. Do Rio Grande do Norte se conta muito, papai contava assunto, muito, muito. E nós íamos muito prá lá. Tanto que quando eu encontro um nordestino ... “tu és nordestino mesmo?” – “Sou”. Digo: “vou te fazer dez perguntas e tu não vais acertar nenhuma”. E eu faço dez perguntas e não acerta nenhuma, não acerta. Coisas de lá, de menino, confidências, que eu aprendi . (José Albuquerque, 68 anos)

Houve um ano que eu tive que acompanhar minha mãe. Diferente de meus irmãos, eu não passei dias, passei mais de ano, permanente. Perdi até um ano do Ginásio Paes de Carvalho e fiquei lá [*se refere ao engenho*]. E aí, eles contavam, então, as histórias, principalmente do meu bisavô, que era o major *Carlos Seabra*, que era um homem muito rico, dizia que ele montava em cavalo com arreios de prata. Um homem muito bondoso. (Paulo Albuquerque, 76 anos)

Eu esquecia um pouco os livros quando ia pro *engenho*. Mas, lá mesmo, chegava cinco horas da tarde, já cansado, estafado, eu tomava um banho no olheiro, armava uma rede embalada pelos ventos que vinham do oceano e, ali, eu procurava aqueles livros antigos da estante de meu pai. E lá li belos romances, belos livros. (Arthur Albuquerque, 73 anos)

O passado adquire cor e sons. Passar as férias no engenho era fazer uma viagem ao passado. Diante do ambiente no qual passou a infância e juventude, as histórias fluíam de Pedro Albuquerque, e os elementos que compunham a narrativa eram absorvidos pelos filhos, que podiam não apenas imaginar o espaço onde viveram os antepassados, mas desfrutar do mesmo. Conforme Pollack: “Nas lembranças mais próximas, aquelas que guardamos recordações pessoais, os pontos de referência geralmente apresentados nas discussões são, como mostrou Dominique Veillon, de ordem sensorial: o barulho, os cheiros, as cores.” (1989, p. 11)

Parece não ter havido alterações espaciais significativas, daí que nas descrições permanece a ausência de certas comodidades: no engenho, como na época dos antepassados, não havia sanitários. Os filhos de Pedro Albuquerque tiveram, também, a oportunidade de conviver com personagens que acompanhavam a família a anos, como ex-escravos e seus filhos. E o proprietário, embora não dispusesse da mesma

situação que seus antepassados, ainda se apresentava aos criados da mesma forma que aqueles, deixando de lado as roupas domésticas e envergando calça, camisa, paletó e gravata, já que o traje distinguia o dono.

Halbwachs (1990) fala sobre o papel do meio material no desenvolvimento de uma memória coletiva, pois ele pensa o espaço, os objetos circundantes, sob uma perspectiva social e não apenas física. Sua reflexão vai além da qualidade física e sensível das coisas e toca no seu significado. É o homem que ordena seu espaço, transformando-o à sua imagem. Se os homens são seres sociais, que estabelecem relações específicas, a partir das quais se formam os grupos, então o espaço será marcado por tais relações, e pode também ser pensado a partir delas. Ele afirma:

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. Como a imagem do quadro evocaria aquilo que nele traçamos, já que o quadro é indiferente aos signos, e como, sobre um mesmo quadro, poderemos reproduzir todas as figuras que se quiser? Não. Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. (1990, p.133)

É por isso que as imagens espaciais desempenham um papel importante na memória coletiva: espaço e memória são regidos pelos símbolos e significados que impregnam a vida social. Se o meio espacial é marcado pela vida social, e esta é dinâmica, então, o entorno material também muda. Mas isso não se processa sem que ocorram resistências. E se certos segmentos sociais, ou certos grupos se opõem às mudanças, o meio material refletirá essa luta. Mesmo quando as pedras não resistem, o grupo pode conservar o espaço na memória, trazendo-o continuamente à tona, transformando a ausência em presença.

Pode, também, ocorrer que, em dada sociedade, o centro dinâmico se desloque de um lugar para outro, e a perda de importância de uma região acabe conduzindo a que a vida ali transcorra em passos lentos, conservando antigas relações, e tudo isso se refletirá no espaço. Não terá acontecido isso na região onde situava-se o

engenho da família Albuquerque, no Rio Grande do Norte, após a queda da economia açucareira? A perda de importância e a estagnação não teriam conduzido à criação de um nicho do passado? As narrativas revelam muitas permanências, muitas continuidades. O passado é evocado não apenas nas histórias de Pedro Albuquerque, mas o ambiente, os personagens do engenho e vários aspectos da rotina diária parecem trazer de volta os antepassados. O filho que mais permaneceu no engenho fala com tal intimidade da avó, que parece ter convivido com ela. Não parece estar falando de um passado que lhe foi contado, mas de algo que ele viveu. E não terá, de fato, vivido, ao menos em parte, por terem permanecido muitas das relações que caracterizavam o mundo dos avós?

As reflexões que Bosi (1987) faz sobre o entorno material, apoiada no referencial criado por Halbwachs, ajudam a pensar sobre outros detalhes revelados pelos depoimentos dos Albuquerque. Nas autobiografias colhidas pela autora destaca-se a importância da casa materna, a casa onde se viveu a infância e, em alguns casos, a juventude, e que para a criança pequena representa os limites do próprio mundo.

Quando os filhos de Pedro Albuquerque falam sobre o passado, as principais referências espaciais são o engenho no nordeste, onde passavam as férias, e as casas onde viveram a infância e a juventude. Nas descrições dessas casas, os livros parecem dominar o espaço, reforçando a marca da família. É também nessas casas que Pedro dedica-se a ensinar aos filhos, tal como seu pai fez com ele. As próprias moradias para onde os filhos se transferem após o casamento refletem uma continuidade com a casa da infância. É a partir da divisão do quintal da residência paterna que surgem as casas de dois filhos. Mais adiante, na mesma rua, situam-se as casas de outros dois. Na relação entre o grupo e o espaço circundante se estabelece uma identidade que será melhor compreendida se considerarmos o poder aglutinador de Pedro Albuquerque. No entanto, é bom notar que, embora seja ressaltada pelos entrevistados a permanência de um convívio muito próximo dos irmãos após o casamento, as relações familiares não envolvem outros parentes, nem se desenrolam num único espaço doméstico. Cada filho inicia um novo núcleo familiar em espaço físico próprio, embora próximos entre si.

Sua força, como elemento de referência, se reflete, também, no direcionamento profissional dos filhos e na continuidade, por parte desses últimos, do cultivo e divulgação de uma memória familiar. Ao procurar retomar as propriedades que haviam pertencido aos seus antepassados em seu estado natal no nordeste, e ao estreitar os laços dos filhos com essa terra e com seu passado, a atitude de Pedro é de resistência. Resiste contra a dissolução de uma tradição, mas não resiste sozinho, pois o grupo familiar iniciado por ele é conduzido à mesma luta. As narrativas de Pedro são conservadas pelos seus descendentes, mas também os objetos que são o amparo material dessa história familiar: a espada do antepassado barão, que está nas mãos de um neto; o livro escrito por seu pai para lhe ensinar as primeiras letras, ou os retratos emoldurados dos antepassados, dominando a sala de um dos entrevistados.

Com a morte de Pedro, no início da década de 60 do século XX, e depois a de alguns de seus filhos, ocorreram mudanças frente às referências materiais que faziam parte do cotidiano da família. Essas modificações se devem, em parte, às rupturas que acompanham o próprio desenvolvimento da família, como o casamento e a formação de novos núcleos familiares, que, por ocasião do casamento dos filhos de Pedro Albuquerque, havia sido, em parte, compensada pelo seu papel unificador.

No início da década de 90, quando realizei as entrevistas, entre as alterações espaciais já perceptíveis estava a demolição da casa paterna. Em seu lugar, havia sido erguido um edifício que, para homenagear o antigo morador, recebia o seu nome. No terreno ao lado, permaneciam as casas de dois de seus filhos, mas só um ainda residia lá. O outro havia morrido e a casa estava alugada para um estabelecimento comercial. Mais adiante, na mesma rua, localizavam-se as casas de outros dois irmãos, mas apenas um deles tinha residência fixa em Belém. Um outro filho havia se mudado para um apartamento em bairro diferente. As entrevistas revelaram, também, que as terras da família situadas no nordeste tinham sido vendidas na década de 80. Além do próprio desenvolvimento da família, as disposições espaciais sofreram alterações em virtude do desenvolvimento urbano, e da complexidade crescente das relações na cidade.

As entrevistas com dois netos de Pedro Albuquerque revelam que não são apenas as referências materiais que se alteram. A relação com o passado e com a tradição familiar também muda. Nos depoimentos dos seus filhos não se percebe, em nenhum momento, uma discordância em relação à educação recebida ou ao teor da memória familiar cultivada. Há diferenças em termos da ênfase dada à importância da própria família, mas, em geral, a retórica é de enaltecimento do grupo. Apenas um dos filhos – o caçula – não utiliza o termo tradicional, nem enfatiza um passado de distinção. Centra seu discurso no próprio pai, referido em termos de seu caráter aguerrido, de sua dedicação ao mundo das letras, e de seu forte vínculo com o nordeste. É interessante notar que, dos filhos homens de Pedro, este é o único que não ocupou uma função pública, tendo trabalhado sempre como autônomo, tampouco aproximou-se de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Academia Paraense de Letras ou Conselho de Cultura. No entanto, ele não critica o cultivo de uma imagem familiar caracterizada pela distinção, nem a rigidez da educação paterna. O pai é descrito num tom extremamente afetoso, mesmo quando se refere ao seu rigor:

[...] papai também era muito aborrecido. Papai dizia sempre: “meu filho, há certas ocasiões, que se o mundo for um peão, a gente sustenta na unha” [...] Quer dizer, não afrouxa mesmo. O *meu pai* era assim, ele não afrouxava mesmo. Se você pegar artigos dele do tempo do Lauro Sodré ... não sei como é que não mataram ele, não deram surra na rua nele. Era uma coisa horrível, horrível! Ele era lealista. (José Albuquerque, 68 anos)

Já no depoimento dos dois netos entrevistados, o cultivo de uma memória familiar, apoiada na idéia da tradição da família, surge como algo anacrônico. Ambos procuram ressaltar um distanciamento em relação a essa prática: um deles, considerando-a destoante do mundo atual; o outro criticando a tônica das histórias sobre a família, comparando-a à história oficial, onde se enfoca apenas o lado positivo dos personagens.

Além de considerá-la como anacrônica, a colocam como um peso. Falam da rigidez e controle existente nas famílias iniciadas pelo pai e tios paternos, onde tentava-

se impor padrões de comportamento adequados à tradição familiar. Havia uma preocupação com a preservação do núcleo familiar, e com a manutenção de uma imagem de família unida e harmônica. Elaborava-se um discurso de prosperidade que ressaltava a importância do estudo e da opção por uma profissão valorizada socialmente. Ambos relatam que vivenciaram, em sua juventude, os conflitos gerados pelo choque entre a influência dos movimentos contra-culturais de 68 e a orientação recebida dos pais.

Esses dois depoimentos não são suficientes para assinalar um rompimento com a elaboração de uma imagem de distinção da família Albuquerque na terceira geração. Os próprios entrevistados enfatizam diferentes reações entre seus irmãos e primos. Uns se adequando ao padrão de comportamento exigido, outros se rebelando, e alguns com sérias dificuldades em lidar com essa situação, tal o nível de conflitos vivenciados.

Por outro lado, o fato de tecerem críticas à imagem tradicional da família, não significa que rompam, completamente, com ela. A conversa com um deles inicia-se pela crítica à educação recebida, mas acaba caminhando para uma ênfase positiva sobre a marca da família: a cultura. Ao mesmo tempo, ele procura evidenciar sua inclusão no grupo, chamando atenção para alguns sinais que assinalam ser possuidor de tal marca. O outro neto de Pedro Albuquerque critica o encaminhamento dos membros masculinos para profissões valorizadas socialmente, mas exibe no dedo o anel de formatura. Também enfatiza sua atividade de escritor, mostrando-nos poesias que falam sobre família e tradição. Seria necessária uma investigação de maior amplitude para avaliar melhor como as novas gerações lidam com a questão da memória e da tradição. No entanto, nosso material permite dizer que a orientação dada por Pedro Albuquerque, ainda é uma realidade presente, embora seu projeto já não encontre a mesma ressonância entre seus descendentes. O empenho do herói fundador e seus filhos em resguardar, partilhar e divulgar uma memória familiar não tem sido renovado com a mesma força nas atuais gerações, embora a imagem construída seja buscada por alguns deles, e tenha se fixado e atualizado em outros.

Os Duvignaud

Embora tanto os Albuquerque quanto os Duvignaud sejam adjetivados de tradicionais, percebe-se que se trata de duas construções distintas de memória familiar. Essas diferenças compreendem a extensão temporal que as lembranças recobrem, a intimidade com o passado dos antecedentes e a imagem fixada sobre as famílias a partir daí. Em outros termos, as distinções se situam nas respostas às seguintes indagações: até onde eles lembram? Como lembram? E que aspectos são ressaltados? Também envolvem a ênfase dada ao retorno a esse passado, e sua articulação com estratégias de manutenção ou recuperação de posição social. Considerando a memória como um fenômeno social, compreende-se a formulação dessas diferenças a partir da observação das trajetórias – individuais e do grupo familiar – em suas relações com o contexto mais amplo.

A iniciativa de um dos membros da família Duvignaud de pesquisar e registrar por escrito o passado de sua família, divulgando uma versão, de fazer o lançamento do livro nos dois lugares onde os atuais membros da família se concentram – Belém e Rio de Janeiro -, procurando nessas ocasiões reunir o maior número possível deles, nos faz vislumbrar, na sua figura, um guardião da memória familiar. Lins de Barros nos fala desses sujeitos que “ciosos da importância da família na construção da identidade dos indivíduos, tomam para si a tarefa de preservar os arquivos da memória familiar” (1989, p. 37).

Pollack (1989) destaca que a toda memória coletiva corresponde um “trabalho de enquadramento”, onde são estabelecidas as referências sobre as quais se constroem as fronteiras que definem a identidade do grupo. Esse trabalho apoia-se sobre a história, material que permite diferentes interpretações, sendo o limite dado pelo reconhecimento, por parte do grupo, de sua imagem na versão construída. Os guardiões da memória agem como atores desse processo, controlando a imagem do grupo pela divulgação de uma dada versão, que só se consolida e permanece, obviamente, enquanto o grupo se reconhece nela.

Na versão de Antônio Duvignaud, autor da obra, o destaque é dado à proeminência econômica e política da família, construída através de várias gerações, assinalando não uma situação passageira, mas uma tradição. Partindo dos ramos e personagens destacados do grupo, o autor enfatiza o período áureo da família no Pará, vivido no início do século, momento maior de expressão do seu refinamento e proximidade com o poder. O livro não só diz quem eram os Duvignaud, mas procura estabelecer linhas de continuidade entre o passado e o presente, naturalizando o que é fruto de circunstâncias históricas, e enxergando na atual descendência traços do que seria a marca dos Duvignaud. E um desses elementos é exatamente esse olhar para o passado, ou o cultivo das tradições.

Embora a imagem elaborada no texto – os Duvignaud como pessoas ciosas de seu passado – não seja exatamente a mesma que surge nas entrevistas que realizei, isso não me permite afirmar que o quadro construído pelo autor não exista. Mas, é possível supor que o cultivo cuidadoso de tradições familiares pode ser uma prática de alguns membros – entre os quais se inclui o autor -, mas não de todos, ou pelo menos não com a mesma intensidade. Cabe notar que, tanto as representações sociais, quanto o uso social da memória, podem ser afetados por diferenciações internas a essas famílias e pelas particularidades das trajetórias individuais. Assim, pode haver um grupo de parentes que se destaca por controlar, efetivamente, os recursos materiais, sociais e simbólicos herdados, e que compõe o atual patrimônio familiar.² Mesmo entre os membros da família que foram entrevistados, é possível visualizar diferenças em termos de maior ou menor aproximação com o passado, compreendidas quando confrontadas com as particularidades de suas trajetórias.

² Essa colocação pode ser exemplificada, também, pela família Albuquerque. A dedicação de Aluísio Albuquerque à educação de seu filho Pedro o transformou em herdeiro e continuador da distinção familiar, pois é a ele, e não aos irmãos mais novos, que é transmitido um importante recurso de ascensão social: o saber do pai. Não à toa, sua trajetória se distingue da dos demais, e é ele que é referido com destaque nos textos que biografam a carreira pública de Aluísio. Inclusive, num momento em que estava melhor estabelecido, ele veio a comprar parcelas dos engenhos no nordeste, que haviam cabido por herança a seus irmãos.

Ressalto que as entrevistas que realizei não negam, absolutamente, a imagem de distinção da família, tal como está traçada no livro de Antônio Duvignaud. O seu texto é inclusive citado, ficando claro que constitui uma referência. Se fosse de outra forma, a figura do autor não seria a de um guardião da memória. Ou então, isso indicaria modos diferenciados dos membros do grupo enxergarem a si próprios, havendo múltiplas versões que, provavelmente, disputariam entre si o papel de versão válida. Vale lembrar a aproximação feita por Pollack entre memória e identidade, a partir da consideração da primeira como “[...] um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva” (1992: 204), chamando a atenção para o processo contínuo de construção que as engendra. E isso envolve uma permanente negociação entre os agentes envolvidos nas definições construídas. Mas, nesse caso em particular, as diferenças não dizem respeito à natureza das versões, e sim aos graus de envolvimento do autor e dos entrevistados com o cultivo de uma memória familiar.

Em termos de narrativa oral, não encontrei nada parecido com a sistematização feita no livro. Está claro que ele não foi escrito com base apenas na memória do autor, mas num minucioso trabalho de investigação que incluiu não só os depoimentos de familiares, mas uma ampla pesquisa de fontes escritas. Para que o conteúdo das entrevistas tivesse uma aproximação maior com o do livro, a busca de informações sobre o passado familiar, e o cultivo dessa memória, deveria ser algo recorrente entre os entrevistados. Nesse caso, o próprio livro teria se tornado uma fonte importante na composição de um discurso sobre o passado familiar. No entanto, os entrevistados fazem menção ao livro, mas não costumam repetir o seu conteúdo, mostrando que ele não foi plenamente incorporado.³ Não apresentam, como o autor, uma versão que reconstrua a trajetória do grupo. Dos cinco entrevistados, três enfatizam apenas as marcas que caracterizariam os Duvignaud e denotariam sua distinção. Já nos outros dois casos, mãe e filha reconstituem fragmentos de trajetórias individuais de antepassados próximos, mas não sintetizam o percurso da família. Remetendo, em

³ As entrevistas junto aos Duvignaud foram realizadas oito anos após a publicação do livro. Todos os entrevistados participaram de seu lançamento em Belém, e possuem exemplares do mesmo. Foi um deles,

especial, à “memória herdada”⁴ de uma antepassada comum, falam sobre comportamento, hábitos do cotidiano e interação de um grupo de parentes que viveu no final do século XIX e parte do século XX. Foi possível, assim, enxergar aspectos da vida dos Duvignaud, tanto em seu período de apogeu, como num momento já marcado pelo declínio de sua expressão, mas onde os traços de distinção social eram ainda muito atuantes. Se não sintetizam a história do grupo, dão vida a pedaços de uma história familiar, ao traçarem um perfil dos antepassados, que completa a descrição de Antônio Duvignaud, voltada para as carreiras públicas e para a análise do percurso da família.

Note-se que a situação é bem diferente entre os Albuquerque, onde a partir de antecedentes próximos – pai e avô - realiza-se um retorno ao passado que denota uma incorporação da história familiar. É possível, através de suas lembranças, resvalar o cotidiano da família, desde a época do seu apogeu enquanto parte da oligarquia canavieira nordestina, passando pelo seu declínio e chegando à construção mais recente de uma tradição que enfatiza a erudição do grupo e suas carreiras públicas. Os membros dessa família – especialmente os entrevistados mais velhos – conseguem reconstruir verbalmente a trajetória da família, e de forma muito semelhante a como ela está escrita e publicada em livros e crônicas. Aqui e acolá, aparecem informações que demonstram a existência, entre os membros da segunda geração, de um trânsito de informações e objetos de família – fotografias, manuscritos, quadros, objetos pessoais e aqueles que assinalam a distinção dos antepassados -, revelando que o passado se constitui em matéria de interesse a que continuamente retornam. Provavelmente, um fator de aproximação entre o registro escrito da história dos Albuquerque e as memórias particulares de seus descendentes é o fato de alguns dos informantes terem se dedicado à construção de uma versão da história familiar, não individualmente, mas através de um esforço conjunto, onde contribuições particulares foram sendo incorporadas, após serem

inclusive, que nos reportou como havia sido esse evento, assinalando ter tomado parte no empenho em reunir o maior número possível de parentes para participarem do mesmo.

⁴ Pollack define a “memória herdada” como aquela que se formula a partir de acontecimentos, personagens e lugares “vivos e conhecidos por tabela”, já que dizem respeito a experiências pessoais de outros. Ela seria fruto de uma socialização que conduziria a “um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado” (1992, p.201) que não foi vivido pela pessoa, mas que é incorporado como parte de suas memórias.

reveladas ao grupo e se tornarem recorrentes – talvez por exporem alguma faceta que se pretendia destacar. As vinculações de vários deles a instituições culturais valorizadoras de uma dada versão histórica, centrada nos grandes personagens e em biografias, foi outro elemento importante na criação de uma uniformidade no discurso. Também contribuiu para isso, o fato de Oswaldo Albuquerque – filho de Pedro e autor da biografia onde é narrada a trajetória familiar - assumir algumas vezes, em seu texto, um tom coloquial, voltando-se para aspectos do cotidiano e trazendo à tona histórias que faziam parte do repertório doméstico.

Entrevistei, entre os Duvignaud, pessoas muito próximas em termos de laços de parentesco: três irmãos, uma prima destes, e a filha dela, que era também esposa de um dos irmãos entrevistados. Os três primeiros tiveram o nome Duvignaud transmitido pelo pai que foi pecuarista, político e empresário. São filhos de seu segundo casamento e não herdaram sua propriedade rural no Marajó – onde o grupo familiar se estabeleceu como grande pecuarista -, que foi repassada aos filhos do primeiro casamento, num acordo para a obtenção de desquite. O que dizem quando solicitados a falar sobre o passado dos Duvignaud? Em linhas gerais, enfocam as marcas da família: sua riqueza, a vocação política, o gosto por posições de mando, o refinamento de seus hábitos, a vinculação do nome da família às terras do Marajó e, até mesmo, semelhanças físicas (beleza e altura).

Embora o nascimento de Olavo, pai deles, remeta ao auge do ciclo da borracha, são lembrados apenas aspectos de sua trajetória mais recente. Um refinamento pessoal é evocado, como que traçando uma correspondência entre o pai e o nome de família. Praticamente nada é dito sobre os avós paternos. Dois deles deixam claro que não era usual ouvirem histórias da família durante a infância e adolescência, e que só tomaram conhecimento de suas origens através do livro de Antônio Duvignaud, ou por informações que eles próprios buscaram na leitura de jornais ou na conversa com pessoas próximas. Conquanto o terceiro deles dê um depoimento contrário, afirmando ter ouvido muitas histórias sobre os Duvignaud dentro do núcleo familiar, limita-se a

descrever aspectos pontuais que assinalam a distinção do ambiente em que viveu seu pai.

Como compreender que um passado tão próximo, já que vivido por pai e avós, chegue até eles de forma tão residual? A resposta parece estar, em grande parte, nas rupturas que acompanharam a formação desse núcleo familiar. A primeira delas é o rompimento do pai com sua primeira união, que havia sido realizada com pessoa de origem familiar semelhante. Em seguida, ele casa-se de novo, agora com pessoa bem mais jovem e de origem mais humilde, dando início a esse novo núcleo familiar.⁵ Finalmente, ele reorienta a sua vida profissional, deixando de ser pecuarista – atividade que marcou a trajetória da família –, já que a fazenda que possuía foi legada aos filhos do primeiro casamento. Essas rupturas parecem ter contribuído para um distanciamento em relação ao grupo familiar mais amplo e a uma rede de relações que poderia ter servido de apoio ao cultivo de lembranças ligadas a um passado comum ou entrelaçado. Não à toa, os entrevistados descrevem o pai como alguém moderno, voltado para o novo e sem preocupações em preservar o passado, seja através de histórias, seja através da guarda de objetos.

Afirmam que foi preservado pelo pai apenas o convívio próximo com uma irmã, já que dois irmãos morreram muito cedo, um terceiro morava no Rio de Janeiro e uma outra irmã no exterior. Assim, há uma dispersão na geração anterior aos nossos informantes e que, associada às quebras anteriores já citadas, conduz a um distanciamento do passado, pela ausência daqueles com os quais se poderia compartilhar e cultivar lembranças. Como diz Ecléa Bosi: “Se nossos mortos recuam, se a distância se alonga entre nós, a culpa não é do tempo, mas da dispersão de grupo onde viveram e que sentia necessidade de nomeá-los, de chamá-los de vez em quando” (1987, p. 348).

⁵ Sua segunda esposa vinha de uma família de pequenos criadores do Marajó, lugar onde os Duvignaud ficaram conhecidos como grandes pecuaristas. As diferenças de origem ficam claras nas fotografias de família, sendo que uma delas é particularmente esclarecedora da distância social entre os dois grupos: de um lado, aparece Olavo e um dos filhos do casal, e de outro, os pais da segunda esposa. Todos estão de pé, olhando para a câmera, e a distância que separa os dois lados é muito grande, causa estranhamento e sugere ausência de intimidade, e um afastamento respeitoso da parte dos pais da esposa. A indumentária e a postura reforçam essa sugestão.

A partir do livro e das entrevistas, percebe-se que a quebra da ligação territorial que havia marcado a ascensão de grandes e poderosos grupos familiares locais, não é um fato isolado, mas algo que se tornou usual e que acompanhou o declínio dos preços da borracha no mercado internacional. A ruína do estado do Pará, em especial da cidade de Belém – centro dinâmico da economia exportadora local -, conduziu a que muitos remanescentes dessas famílias convergissem sua atenção – e muitas vezes seus locais de residência – para outros lugares, preferencialmente para o Rio de Janeiro. Enquanto, no auge da riqueza, essas famílias transformaram Paris em local de referência para estudar, passear e mesmo como moradia, no momento em que vivem seu declínio, elas buscam o centro político e cultural do país como alternativa para refazer trajetórias e carreiras.

Luís Alves – o entrevistado que não pertence a nenhuma das duas famílias - afirma que a migração para o Rio de Janeiro foi comum nessa época, incluindo tanto os que retornavam do exterior – normalmente de Paris -, como os que desejavam partir de Belém. Para ele, isso se deveu, por um lado, à impossibilidade de se manter no exterior, pelo custo que isso representava numa época de crise. Por outro lado, a vida em Belém se tornara muito difícil, pelas dificuldades em conseguir emprego, pelas dificuldades políticas e pela crise econômica que criava uma série de instabilidades. Ainda segundo ele, o Rio de Janeiro se tornava atrativo por oferecer melhores opções em termos de emprego, educação e maior estabilidade dos preços. Em seu livro, Antônio Duvignaud fala que a migração de membros da família, de Belém para o Rio de Janeiro, diluiu a força da presença física da família no Pará.

O Rio de Janeiro é citado, também, pelos informantes de ambas as famílias como o local preferencial para estudar e passear, quando referem suas próprias trajetórias. Por fim, vale notar que as temporadas fora do Pará – seja em Paris ou no Rio de Janeiro – conferem distinção, assim como evidenciam quais eram os lugares com os quais se estabeleciam aproximações – políticas e culturais – e em que momento.

Voltando à memória dos três entrevistados, é possível dizer que, embora não reconstituam a vida dos antepassados nem o percurso familiar, apontam com nitidez as marcas da família. Em parte, porque foi possível extrair isso da própria conduta do pai, que é descrito em termos de sua elegância, de sua imponência e do gosto por posições de mando. E, também, por conta de aspectos da vida da família vislumbrados em jornais, livros e conversas com pessoas próximas, que servem a eles como um espelho. É como se eles tivessem tido acesso a fragmentos de um cenário e a uma conduta peculiar à família, mas não à vida de personagens específicos, pelo menos não de modo a incorporá-las a sua memória.

A partir do momento que o pai deixou de ser proprietário de terra e pecuarista, reorientou sua carreira e teceu outros projetos para eles, filhos do seu segundo casamento, encaminhando-os para profissões liberais. Inicialmente, Olavo buscou na política um caminho para refazer sua trajetória profissional, mantendo nisso uma aproximação com a tradição familiar. Embora tenha conseguido algum destaque, mudanças nas circunstâncias econômicas e políticas do grupo familiar devem ter fornecido um limite de perspectivas. Em seguida, dedicou-se a empreendimentos comerciais. Os dois filhos mais velhos de sua segunda união foram encaminhados para um conceituado colégio no estado do Rio de Janeiro, onde permaneceram até a conclusão do científico. A carreira dos três irmãos entrevistados indica um afastamento das opções que tradicionalmente acompanharam os Duvignaud: pecuária e política. E, rompendo-se as cadeias da tradição, a memória perde sua mola propulsora. A fazenda que havia pertencido ao pai – e antes dele, aos avós - é um cenário distante, que chega aos filhos mais novos apenas pelas lembranças de parentes próximos.

Entre as pessoas citadas como importantes canais de acesso ao passado familiar, a que parece ter desempenhado melhor esse papel foi Tereza Duvignaud, tia paterna dos mesmos, e a única que permaneceu em Belém e com quem havia uma relação de proximidade. Conquanto a vida desta também tenha sido marcada por várias rupturas, ela manteve uma ampla rede de relações, composta predominantemente por

parentes, e é retratada pelos entrevistados como contadora recorrente de histórias que remetiam ao passado familiar. Um dos três irmãos entrevistados, Adriano, é casado com a neta de Tereza, e afirma que foi graças ao convívio mais próximo que estabeleceu com ela, após seu casamento, que veio a ter maiores informações sobre a vida dos Duvignaud. Não à toa, ele foi o único dos três irmãos que nos prestou informações sobre antepassados, a partir da observação do desenho da árvore genealógica do ramo da família a que pertence. Sua esposa e prima, Vitória, participou desta parte da entrevista e, embora as informações tenham sido prestadas por ambos, ela demonstrou maior conhecimento e desenvoltura ao falar de parentes que os precederam. Isso se deve ao convívio com a avó que lhe legou uma maior intimidade com o passado.⁶

E isso nos remete a um outro dado importante para esclarecer a ausência de conhecimento e de lembranças pelos irmãos entrevistados: eles não conviveram, sequer conheceram seus avós paternos, importante canal de ligação com o passado familiar. Se estes tivessem compartilhado com aqueles suas lembranças, os tornariam partícipes e cúmplices, tanto do que viveram, quanto do que lhes foi contado, porque os “[...] avós reconstróem suas vidas, relembando a trajetória familiar e estabelecendo, na lembrança,

⁶ Foi com base nessas informações e naquelas prestadas por Flávia, mãe de Vitória, que foi possível reconstituir parte da trajetória do pai e do avô paterno dos três irmãos entrevistados. O avô paterno, Antonino, formou-se em medicina, mas nunca chegou a exercer a profissão. Foi político e grande proprietário de terras na Ilha do Marajó, adquiridas a partir de aliança matrimonial com outra família, que em época anterior havia comprado uma grande extensão de terras dos Duvignaud. Assim, foi pela via da herança, recebida pela esposa de Antonino, que parte dessas terras retornou a eles. Como político, Antonino chegou a Senador da República, mudando-se com a família para o Rio de Janeiro. Abandonou o cargo, alegando que “política é para quem não tem vergonha”, e passou a viver no exterior, onde seus filhos estudaram.

Um dos irmãos de Antonino foi o político de maior destaque dentro da família, tendo sido precursor do movimento republicano no Pará. E, embora este não fosse o filho mais velho, era o que tinha maior autoridade dentro da família. Além de político, era um grande proprietário de terras que, também, vieram para suas mãos pela via do casamento. Na geração seguinte, Olavo - filho de Antonino e pai de Adriano - cursou até o quinto ano de medicina na Bahia, tendo abandonado o curso para assumir as atividades na fazenda do pai. Quando este último morreu, a fazenda foi herdada por Olavo e seus irmãos homens, cabendo às irmãs outros tipos de bens (imóveis e jóias). Essa forma de repartição de bens conduziu a reclamações posteriores, de parte delas, por se sentirem prejudicadas, sendo prova disso a menção às queixas feitas por Tereza Duvignaud. A opção de Olavo pela pecuária o conduziu a comprar, posteriormente, as partes que haviam cabido aos irmãos, que passaram a viver de rendas e cultivaram um estilo de vida refinado, enquanto isso foi possível.

o espaço familiar, a representação da família e suas relações internas” (LINS DE BARROS, 1987, p. 77).

A importância dos avós para a atividade mnemônica é reforçada pelo depoimento de Vitória. Ela foi criada pela avó materna, Tereza, com quem ela e seu irmão residiam, enquanto seus pais trabalhavam em terras que possuíam no Marajó.⁷ A sua entrevista apresenta uma diferença significativa em termos de intimidade com o passado, reconstituindo em suas lembranças a trajetória da avó, e remetendo a muitas situações cotidianas, envolvendo ela própria, enquanto companhia constante daquela. São lembradas as visitas de fim de tarde a parentes - usuais nas décadas de 50 e 60 em Belém -, os lugares freqüentados – de passeio, compras, atividade religiosa -, as viagens ao Rio de Janeiro, aspectos da educação que recebeu – a maneira de se vestir, de se portar à mesa, de pensar sua condição de mulher – e as reuniões familiares durante o Círio de Nazaré e o Natal.⁸

A partir da avó, surgem outras mulheres em suas lembranças – tias e prima daquela -, e que são pessoas próximas, tanto pelo parentesco e convivência, como pelo estilo de vida. A entrevista de Vitória traz à tona, portanto, um mundo feminino. Nem os

⁷ Na entrevista que fizemos com Flávia, mãe de Vitória, ela esclareceu que, inicialmente, ela e o marido adquiriram uma pequena área de terras, em condomínio, na Ilha do Marajó, e se estabeleceram como pequenos criadores. Flávia é fruto do segundo casamento de Tereza e, quando nasceu, sua mãe não possuía mais um patrimônio significativo, pois este havia sido dilapidado pelo primeiro marido, morto precocemente. Após dez anos de trabalho árduo plantando tomate, criando porcos e fazendo carvão, Flávia herdou uma grande extensão de terras, de sua madrinha e tia-avó - casada com seu tio-avô consanguíneo, de sobrenome Duvignaud -, passando à condição de grande proprietária e pecuarista.

⁸ O Círio de Nazaré é uma festa religiosa realizada anualmente no Pará, no mês de outubro, com duração de quinze dias. O centro da festa é a procissão realizada na manhã do segundo domingo de outubro, que conduz a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira dos paraenses, pelas ruas centrais de Belém, até a basílica que leva o seu nome. Os milhares de romeiros que acompanham a procissão, chegam de todos os lugares do Brasil. Após a romaria, as famílias costumam se reunir em casa, num almoço em homenagem à santa, onde são servidas comidas típicas. As casas localizadas no trajeto da procissão costumam se abrir, também, a parentes e amigos que desejam ver a passagem da santa. Esse era o caso de Tereza, cuja casa localizava-se na avenida principal da cidade, onde está a basílica. Essa celebração anual é um elemento de identidade dos paraenses, tendo sido reconhecido como patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 2004. Sobre esse assunto ver, entre outros, ALVES, Isidoro (1980). O Carnaval Devoto: Um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém. Petrópolis, Vozes; MAUÉS, R. Heraldo (1995). Padres, Pajés, Santos e Festas: catolicismo popular e controle eclesiástico. Belém: CEJUP; Dossiê Círio de Nazaré (2004). Vol. I e II. Belém. IPHAN.

homens que se pressupõe mais próximos – pai, avó, irmão – têm espaço em sua narrativa. O avô paterno e o pai são apenas mencionados, rapidamente, em momentos em que está falando da avó.

Vitória narra a história da avó desde as circunstâncias privilegiadas em que passou a infância e parte da juventude, assinalando os estudos feitos em Paris, seu traquejo social e sua elegância. Descreve, também, os percalços de sua vida, iniciados com um matrimônio acordado pelo pai, e que se revelou desastroso, não apenas pela ausência de sentimentos, mas porque a trajetória do marido de Tereza foi marcada pela ruína econômica, seguida de sua morte precoce. Desse casamento resultaram dois filhos, uma mulher e um homem. Posteriormente, Tereza Duvignaud voltou a se casar e teve mais uma filha, Flávia, mãe de Vitória.

Quando Vitória fala da avó materna, a descreve como uma mulher forte e articuladora de relações, que mesmo já não tendo um patrimônio que se igualasse a alguns de seus parentes, manteve a proximidade com eles, inclusive através do estilo de vida que cultivou. Essa proximidade converteu-a, primeiro, em protegida e, posteriormente, em herdeira do patrimônio da viúva de um tio consangüíneo, a qual não possuía herdeiros diretos.⁹ Os lugares de passeio, a maneira de se vestir, o exercício da filantropia, a formalidade e o respeito que exigia durante as refeições, assim como seu comportamento rígido, são aspectos de uma vida que, nos detalhes, elaborava um estilo e marcava uma distinção.¹⁰

Vitória foi criada dentro dos parâmetros da avó. No momento em que se efetivou a doação de bens, ela tinha por volta de doze anos e foi mandada para um

⁹ A proximidade dessa relação fica evidente não só nesse fato, mas também em outras informações fornecidas por Vitória e Flávia. O nascimento de Flávia, por exemplo, ocorreu na casa dessa senhora, tendo ela e o marido tornado-se seus padrinhos. Já Vitória relata as freqüentes visitas de fim de tarde a ela e a outra tia de sua avó. Por fim, vale notar que essa senhora, ao repassar seus bens para Tereza e sua filha Flávia, converteu em herdeiras não parentes consangüíneas suas, mas sim de seu marido, já falecido. Por intervenção de Tereza, coube a ela os imóveis e jóias, sendo a fazenda repassada à Flávia.

¹⁰ Provavelmente, alguns desses aspectos só se viabilizaram quando Tereza recebeu a herança de sua tia, o que explicaria porque Vitória remete a eles, mas sua mãe não. A trajetória delas é também, bem diferente, estando claro que Flávia viveu a infância e juventude em circunstâncias mais modestas.

colégio interno no Rio de Janeiro, que orientasse “[...] não só a parte intelectual, mas a parte da postura” (Vitória Duvignaud, 42 anos). Era importante saber falar, saber receber, saber sentar à mesa, de modo a ter um comportamento que se traduzisse como fino e educado. Frequentou esse colégio até os dezessete anos. Sua narrativa revela sua rotina junto à avó durante a década de 50 e 60 em Belém:

As minhas tardes eram assim: nós íamos pra lá e ficávamos [*refere-se às casas das tias de sua avó*]. Matinês de cinema, matinês de teatro, passear no museu. Quer dizer, passear no bosque era uma coisa assim fantástica, porque o museu era perto, mas o bosque, né? E ela, minha avó, não queria ir pro bosque, porque achava que o bosque era popular, de gentinha. A gente tinha que ir pro museu que era mais importante.[...]Que mais? Teatro da Paz que a gente ía, viagens para o Rio de Janeiro, com a minha avó, viagem de navio.¹¹ (Vitória Duvignaud, 42 anos)

Vitória explica essa aproximação com o Rio de Janeiro:

Eu acho que para eles o Rio de Janeiro era a capital do país, centro político, centro cultural, né? Tanto que eu me lembro bem que nós íamos ao Teatro Municipal, normalmente, à Casa [*refere-se à Sala*] Cecília Meireles, assistir concertos, balés, teatro. Quer dizer, então, devia ser isso. Aquelas casas de chá que a gente ia, aquelas todas bonitas, a Colombo, cheia de espelhos. Nós não tínhamos isso aqui! Aquelas casas de moda, tinha aquelas casas de moda famosas... Canadá. Pra nós, crianças, a Bonita, a Boneca. Quer dizer, isso é que atraía quem tinha dinheiro. [...] Era um lazer mesmo. Viajar para o Rio de Janeiro era importantíssimo. Tanto que nós estudávamos no Rio de Janeiro, porque cultura lá era melhor, o estudo lá era melhor, a educação lá era melhor.

Comenta, ainda, aspectos da educação que recebeu da avó:

Ela achava que educação é berço e que se você não passa para a outra geração menor, aquilo acaba com a família. Porque a família tem que

¹¹ Vitória refere-se ao parque zoológico do Museu Paraense Emílio Goeldi e ao Bosque Rodrigues Alves, que até hoje fazem parte do circuito de lazer e roteiro turístico da cidade de Belém. Esses dois locais, assim como o Teatro da Paz, foram construídos ou assumiram sua atual feição (caso do Bosque Rodrigues Alves) à Época da Borracha, tornando-se referências importantes para a cidade, a ponto da palavra museu ser utilizada para se referir ao primeiro sem a necessidade de outros designativos, a despeito da existência de outros museus na cidade.

saber sentar na mesa [sic], a família tem que se portar. [...] A postura, a maneira da pessoa ser era importante dentro deles. Você se portava e isso dizia se você era fina, se você era educada: da maneira de você se vestir à maneira de você sentar numa mesa [...] Isso eu aprendi, a Helena [*refere-se a sua filha*] aprendeu, também, com ela.

Diz que foi educada para casar e ter filhos, e não para exercer uma profissão. O bom casamento, para sua avó, era aquele que dava uma “estabilidade emocional” e permitia um bom padrão de vida. Vitória parece atualizar essa perspectiva, e aqui se estabelece, de novo, um contraponto com a trajetória da sua mãe, voltada para o trabalho desde a juventude, e que não enxerga na educação que recebeu de Tereza uma preocupação com casamento, por se tratar ela de filha mulher. No entanto, quando Vitória confronta o comportamento da avó com o da mãe, é esta última que ela qualifica como machista. O parâmetro para ela é a força da avó dentro do ambiente doméstico, onde era ela que ditava as regras. Essa força ia além da família nuclear, do que é exemplo a atuação de Tereza diante de situações de rupturas enfrentadas por parentes, promovendo o reatamento de relações familiares. Sua filha Flávia, também, chama a atenção para esse traço, caracterizando-a como conselheira das mulheres da família. Em vários momentos Vitória assinala a autoridade da avó:

Eu achava um absurdo a pessoa ser submissa ao marido, ser submissa até nas idéias. Naquela época era terrível isso! Você não podia ter idéias próprias. Os homens é que ditavam as idéias, pelo menos na minha casa [*refere-se à casa da mãe*]. [...] Eu admirava a minha avó, porque a minha avó não era assim. A minha avó, sempre era a palavra dela que predominava, ela que controlava o dinheiro, ela que decidia as coisas, tudo ela é que fazia. Ela dominava a família toda, mas assim de uma coisa que ninguém sentia. Todo mundo gostava muito dela: avô, mãe [*Vitória refere-se ao seu próprio avô e mãe*], filhos, genro – meu pai tinha verdadeiro pavor dela. E não era dominação pelo dinheiro, era dominação pela palavra, dominação pela vontade, dominação, assim, pela maneira dela ser. Ela transava para que tudo saísse da maneira que ela queria. Ela chantageava, ela usava de todas as armas possíveis e imagináveis [...] Na mesa, antigamente, ninguém podia falar, a não ser quando a vovó desse a palavra pra todo mundo. A primeira que falava na mesa era ela, ela que servia todo mundo.

Observa-se uma linha de continuidade entre a vida de Vitória e da avó, no essencial e nos detalhes. Nas paredes de seu moderno apartamento ela repete as cores da

casa onde viveu a infância, e num dos quartos estão as camas que pertenceram à avó. Ela mantém um cuidado com a aparência e com a maneira de se vestir aprendido com aquela, e conserva consigo a imagem de Nossa Senhora de Nazaré que pertenceu à avó, e foi repassada a ela por vontade daquela. Tereza Duvignaud, também, é um referencial em questões de maior importância como a atualização de um modelo de casamento e a tentativa de manter vivo certos rituais familiares: as reuniões à mesa e durante datas de celebração, como o Natal. Vitória, continuamente, retorna a esses últimos pontos, evidenciando dois aspectos: de um lado, eles seriam ocasião de reforço de uma distinção da família, pelo cultivo de hábitos considerados finos e educados. Por outro lado, seriam rituais onde se reforçaria a coesão do grupo. Ela cita o empenho da avó em reunir os familiares nessas ocasiões, e em procurar reaproximar membros do grupo, distanciados por brigas, mágoas e rupturas matrimoniais. Mas, ao mesmo tempo em que deixa claro seu empenho em manter viva a prática da avó, revela a mudança de circunstâncias e as suas limitações para articular relações familiares, o que restringe a sua atuação, praticamente, ao núcleo familiar iniciado por ela.

A tentativa de dar continuidade às práticas da avó é um ponto importante para marcar a proximidade com esta e o distanciamento com o modelo de vida estabelecido pela mãe. Aliás, as entrevistas de Vitória e Flávia são reveladoras dos caminhos diferentes percorridos por uma e outra, embora ambas tenham sido criadas por Tereza. As entrevistas não geram duas versões distintas de fatos vivenciados pelos antepassados, já que os relatos não são contraditórios. Mas, se distinguem na postura que uma e outra assumiu diante da tarefa de falar do passado familiar, naquilo que foi reforçado como marca distintiva da família, e especialmente, nas particularidades de sua trajetória, que parecem ser, também, reveladoras de diferentes circunstâncias econômicas.

Solicitada a falar sobre a história dos Duvignaud, Vitória se fixou no convívio com a avó e na trajetória desta, demonstrando uma atitude prazerosa em lembrar alguém tão próximo e que lhe serviu de modelo. Toda a sua entrevista é marcada pelo reforço de uma distinção associada ao nome de família, espelhada na

conduta e no estilo de vida cultivado pela avó. Embora relate as agruras que conduziram esta última a perder seus bens, ela a descreve em termos que assinalam uma continuidade com uma época anterior, destacando aspectos do seu comportamento que denotam seu poder no seio da família, assim como uma imponência e refinamento que assinalam seu destaque no meio social. Também ressalta a manutenção de algumas práticas habituais, condizentes com quem dispunha de algum recurso financeiro, o que talvez revele que durante a infância de Vitória sua avó dispôs de uma maior proteção por parte da tia que, mais tarde – no início da adolescência de Vitória -, doou seus bens a ela e sua filha Flávia. Vitória também indica a relação de intimidade que a unia à avó. Essa é retratada como pessoa rígida, mas não em relação a ela própria. Nesse caso, a autoridade era deixada de lado, e prevalecia a relação de cumplicidade

Na entrevista com Flávia predominou outro tom. Condizente com a descrição feita por Vitória, ela se apresentou de forma simples, embora sua residência espelhasse uma situação econômica favorável e tivesse um estilo apropriado ao adjetivo tradicional aplicado aos Duvignaud. Havia vários móveis antigos, que ela afirmou ter herdado de sua mãe, entre eles duas cadeiras que haviam pertencido a sua bisavó. Havia, também, muitos quadros, entre os quais se incluíam obras de pintores conhecidos, tendo afirmado que os melhores foram herdados de sua irmã mais velha, já falecida, e que era admiradora e colecionadora de trabalhos de pintura.¹²

A conversa foi marcada por fatos curiosos e histórias envolvendo seus antepassados, muitos dos quais só conheceu através das histórias contadas por sua mãe. Talvez, por seu próprio receio em revelar detalhes da vida privada, tenha tentado se ater ao curioso, ao inusitado, deixando evidente o que para ela particularizava os Duvignaud: sua afobação e seu espírito gozador. Mesmo assim, ela denotou familiaridade com esses

¹² Essa irmã de Flávia foi fruto do primeiro casamento de sua mãe, do qual resultou, ainda, um filho homem. Após viver dos seis aos dezoito anos em Paris, com a avó materna, retornou ao Brasil. Estabeleceu-se inicialmente em Belém, mas não adaptou-se. Fez um concurso público, passou em primeiro lugar e conseguiu transferência para o Rio de Janeiro. Foi casada com um diplomata, separando-se, posteriormente. Costumava vir a Belém durante o Círio e o Natal. Seu irmão foi criado pela mãe e o padrasto – pai de Flávia. Viveu em Belém até concluir o científico, e mudou-se então, para o Rio de Janeiro, onde formou-se em medicina. Casou-se com uma descendente de outra família tradicional do Pará.

antepassados, assinalando suas características marcantes, e relatando episódios que reconstituíam a sua maneira de ser.

Ao lhe indagarmos diretamente sobre determinados personagens, acabou revelando certo conhecimento da trajetória do avô paterno e seus irmãos, assim como da geração de sua mãe. Essas informações particularizam alguns antepassados em aspectos que marcaram a sua feição dentro do grupo familiar, lembrando a afirmação de Bosi de que “[...] nenhuma comunidade consegue como a família valorizar tanto a diferença de pessoa a pessoa” (1987, p. 346). É aí que aparece o tio-avô gourmet, um outro que era filósofo, o tio dos carros importados, a avó que adorava enterros, a pitoresca bisavó que vivia entre Belém e Paris sem saber falar francês, e de lá trazia maçãs em penicos. Os parentes são, assim, revelados através de “[...] uma face ideal que se perpetua” (BOSI, 1987, p. 352).

A entrevista de Flávia diz pouco sobre carreiras públicas, mas remete a dados sobre o estabelecimento de relação de propriedade de membros da família com algumas fazendas do Marajó. Um aspecto interessante é a visualização da endogamia de classe das famílias que compunham a elite paraense, cujo domínio, em alguns casos, se estendeu do período colonial até a República, como é, aliás, o caso dos Duvignaud. Rosa Acevedo Marin (1984, 1985), ao descrever os processos que viabilizaram a manutenção do poder político e econômico por parte de um reduzido grupo de famílias durante esse amplo período, destaca o papel das alianças matrimoniais que conduziram a certa circularidade dos bens, que permaneceram sempre nas mãos desses grupos, aparentados entre si, reforçando mutuamente seu domínio. Pela entrevista, observa-se que parte das terras que haviam sido vendidas pelo bisavô de Flávia retornaram às mãos de seu avô através do casamento. É, ainda, pela via matrimonial que pelo menos dois de seus tios-avós retomam a condição de grandes proprietários. Finalmente, o próprio casamento de sua mãe reflete esse padrão de união.

O que não significa que não havia espaço para o amor romântico, pois, como afirma Abreu Filho (1981, p. 147), até em contextos onde se evidencia uma “regra” de

casamento, existe espaço para a manifestação individual “mesmo que esse espaço apareça cortado por toda uma série de exigências sociais”. A ideologia do amor está presente nas histórias de paixões vividas por antepassados de Flávia, inclusive pela sua mãe que, como nos relatou, teve uma história de amor encerrada pelo pai, sendo em seguida compelida a consumir um casamento arrumado. É interessante notar que Tereza se apaixonou, em Paris, por um rapaz brasileiro de posição social semelhante a sua, revelando-se aqui que este não era o único fator determinante das uniões, mas a proximidade de relações. Afinal, o escolhido para seu esposo era membro de outra família da elite paraense, ligado ao grupo dos comerciantes, com os quais os proprietários de terra estabeleceram vários vínculos matrimoniais.

Voltando às distinções entre as entrevistas de Vitória e Flávia, elas se concentram no relato de sua trajetória pessoal, e no seu cotidiano durante a infância e juventude, o que interfere no discurso através do qual trazem à tona o passado familiar. Enquanto Vitória nos mostra os Duvignaud sob a ótica com a qual enxergava a avó, evidenciando sinais de elegância, imponência, refinamento e riqueza, sua mãe reporta uma infância e juventude mais distante do passado de fausto que assinalou a trajetória da família. Isso transparece na descrição de sua trajetória escolar, realizada em escolas da própria cidade de Belém, no exercício do bandeirantismo, no fato de ter entrado ainda jovem no mundo do trabalho e nos percalços vividos junto ao marido enquanto pequenos criadores do Marajó. Ela também foi ouvinte das histórias de Tereza, sendo capaz de revivê-las com muitos detalhes. Enfatiza a riqueza dos Duvignaud, exemplificada por ter se tornado corriqueiro entre seus antepassados o circuito Belém-Paris e pelas terras que possuíam, e fala, também, da proximidade com o poder. Mas, ao contrário de Vitória, não os descreve em termos de seu refinamento, preferindo caracterizá-los por sua afobação – talvez para justificar a sua própria – e pelo senso de humor, arrolando histórias correntes na família sobre gafes cometidas por antepassados e outras histórias pitorescas, que passaram a fazer parte do anedotário familiar.

Como ponto comum aos relatos, pode-se dizer que ambos dão vida a personagens que no livro de família não aparecem, ou são tratados apenas em termos de

sua vida pública. O que Flávia e Vitória nos contam sobre os Duvignaud, mergulhando nas histórias de Tereza, são outras faces desse passado, nas quais é assinalada a distinção da família, mas remetendo principalmente ao cotidiano e a elementos de uma trajetória que foi acompanhada de perto, e passou a fazer parte das conversas domésticas. E Flávia, como Vitória, também remete mais a antepassados femininos. Embora o avô paterno de Tereza seja o único membro consanguíneo da família homenageado com um título nobiliárquico brasileiro, sendo esse fato destacado no livro de família, as duas entrevistadas não o enfatizam e nem mesmo têm histórias a contar sobre esse antepassado. Mas Flávia fala da bisavó, esposa deste, relatando diversos episódios vividos por ela, quando já idosa e viúva. Em sua residência encontram-se dois móveis que não só pertenceram a esta, como estão intrinsecamente ligados a sua figura:

As duas cadeirinhas, tu notas que são baixas, que a mamãe diz que ela era pequenina. E a que está dentro do closet era pra ela botar... que tinha bota, mas bota de mulher era com botão, do lado, assim. Era baixinho pra ela abotoar as botas. Isso é outra coisa que eu me lembro. (Flávia Duvignaud, 64 anos)

Tereza Duvignaud foi, sem dúvida, uma guardiã da memória familiar, e sua retomada desse passado foi enriquecida por sua vida social intensa e, em especial, pelo cultivo das relações com parentes. A manutenção de uma agenda com nomes e datas de nascimento de parentes, a vasta correspondência que manteve ao longo de sua vida, e sua constituição como uma figura adequada para lidar com problemas familiares, mostra uma mulher para quem a vida familiar extrapolava os limites de sua residência ou de sua família nuclear. Um dos trechos da entrevista de Flávia detalha bem o perfil da mãe:

Mamãe era intensíssima de vida social. Correspondência, vida social era tremenda, também. [...] E depois, consultora espiritual e lamúrias. E, quando brigavam os maridos, era com ela que iam conversar [*refere-se a parentes femininas*]. [...] E depois, ela era muito gozadora, a mamãe. Ela era alegre, a mamãe exalava alegria. Ela tinha umas histórias extraordinárias! (Flávia Duvignaud, 64 anos)

Em sua dedicação ao passado, os guardiães formam coleções – de objetos, fotografias, histórias - que permitem entrever o passado não como fragmentos esparsos e exteriores ao sujeito, mas como vibrações que trazem à tona a atmosfera vivida pelos

antepassados. Pedro Albuquerque também agiu como um perfeito guardião, tanto pelas histórias que “coleccionou” e contou, como por mediar o contato dos filhos com os locais onde havia se desenrolado a vida dos avós. Os engenhos da família no nordeste assemelham-se a “ilhas de passado conservadas”, onde nos sentimos “subitamente transportados” a um tempo anterior (HALBWACHS, 1990, p. 68).

A existência dessas figuras-chaves na preservação da memória chama a atenção para como o indivíduo pode tornar-se ponto de confluência de propósitos de manutenção do grupo, ou das representações a ele vinculadas. Tereza Duvignaud e Pedro Albuquerque são sujeitos atuantes, interessados em preservar, resgatar ou criar imagens para os grupos nos quais se incluem. É interessante notar que desempenham esse papel após vivenciar rupturas, o que mostra que a tecitura das lembranças torna-se ainda mais urgente nos momentos em que todo um passado e uma tradição parece se esvanecer.

**

Os depoimentos dos descendentes de ambas as famílias são inspiradores para se pensar o papel desempenhado pelo indivíduo e pela sociedade na estruturação das lembranças. O diferencial em termos de intimidade com o passado, e da importância que este assume no contexto presente dessas famílias, pode ser explicado se, como Halbwachs (1990), considerarmos o peso do grupo na estruturação das lembranças. O autor chama a atenção para o fato de que construímos nossa memória recorrendo ao testemunho daqueles que fazem parte dos grupos nos quais tomamos parte, e que partilham conosco não apenas fatos de uma vida em comum, mas modos de pensar muito próximos, desenvolvidos no interior dos mesmos. A esse respeito ele afirma:

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns

aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também: é preciso que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazíamos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e usando todas as noções que são comuns a seus membros (1990, p. 28-29).

Observamos que Pedro Albuquerque e seus filhos homens vão compor um grupo bastante homogêneo em termos de suas trajetórias, comungando objetivos próximos a partir da sólida orientação do patriarca da família. Usando as mesmas noções, e tendo a memória do pai como guia, eles vão partilhar um vasto repertório de lembranças, as quais dizem respeito não apenas aos fatos vividos, mas àqueles trazidos à tona por Pedro Albuquerque e pelos cenários a que ele os conduz.

A situação é bem distinta entre os Duvignaud. No momento em que realizei as entrevistas, era clara a dispersão familiar, assim como a ausência de um convívio próximo com parentes por parte dos informantes. Os núcleos de convívio remontavam ao passado, tal como é revelado pela história de vida de Tereza Duvignaud. O grupo subsiste enquanto uma realidade genealógica que partilha um referencial simbólico em comum: o nome de família. Mas este por si só já não permite delimitar um grupo unificado em torno de uma vivência em comum, havendo um enorme fosso entre o passado e o presente familiar.

As lembranças colhidas junto a essas famílias evidenciam, assim, uma outra importante lição de Halbwachs (1990): se por um lado é o presente que desencadeia as lembranças, por outro lado é mergulhando no passado que os homens buscam sentido para suas experiências cotidianas. O distanciamento de alguns descendentes dos Duvignaud frente à memória do grupo mostra que novos caminhos estão sendo trilhados, e que eles já não remetem tanto a esse passado; os referenciais são outros. E se as lembranças da segunda geração dos Albuquerque no Pará incluem de forma tão significativa os seus antepassados, não é só porque suas histórias lhes foram continuamente contadas, mas porque elas davam sentido a um projeto que só se viabilizaria enquanto gerido pelo grupo.

Por fim, o papel do indivíduo na estruturação da memória pode ser percebido nas diferenças que marcam as narrativas feitas por membros de um mesmo grupo familiar. Como já ressaltai, embora exista entre os filhos de Pedro Albuquerque um discurso bastante uniforme, o filho caçula apresentará o passado num tom diferente dos demais, por não enfatizar a distinção familiar. Não tendo se incorporado, como os irmãos, a instituições culturais e profissionais valorizadoras de um discurso enaltecido de personagens e suas origens, apresentará o passado sob uma ótica que conjuga alguns aspectos caros à família – como, por exemplo, a trajetória de Pedro Albuquerque – com noções desenvolvidas em outros círculos que fazem parte de sua vida. Do lado dos Duvignaud, as diferenças entre o depoimento de Vitória e sua mãe, também dão conta de como dois indivíduos podem recriar um passado em comum, cada qual de uma forma particular. De novo entra em cena a vivência do indivíduo e seu trânsito entre os diversos grupos, permitindo que ele elabore sua memória individual através de uma tecitura, onde a memória coletiva é um referencial, mas um referencial assumido sob uma perspectiva bastante particular.

III . OS SINAIS DE DISTINÇÃO

Sendo o homem um ser com uma historicidade, sua identidade está, inextricavelmente, presa à memória. Se apagássemos os percursos, as relações que estabelecemos ao longo de uma vida, não estaríamos apenas dando fim às nossas lembranças, estaríamos eliminando a possibilidade de nos auto-referenciar. Nossa posição no mundo é dada pela conjunção das relações presentes – permanentemente atualizadas – e nosso trajeto social. Esse trajeto remete aos grupos onde vamos nos inserindo, que apresentam características definidoras próprias, que também atualizam-se. Para isso, bebem, continuamente, na fonte da história e da vida social. Nossa identidade é forjada no interior desses grupos, num processo que se realiza como um jogo contínuo, dado pelo nosso trânsito entre eles.

Trabalhando com grupos familiares tradicionais, perscrutei o que está por trás desse último termo, definidor de suas identidades. Partindo do termo tradição, como sinalizador de uma distinção social, busquei na memória familiar um retrato dessas famílias, de forma a resgatar a imagem que elas formulam sobre si próprias. A partir daí, foi possível ver, então, que aos nomes Albuquerque e Duvignaud aplicam-se adjetivos que formalizam duas imagens marcadamente diferentes, embora se conjuguem em alguns pontos essenciais e, por isso mesmo, sejam agrupadas sob o mesmo termo: o de tradicionais. Neste capítulo explicitarei essas imagens, apresentando-as, depois, através de um quadro resumido.

O ponto de confluência da memória dessas duas famílias é a elaboração de um discurso onde é traçada uma continuidade com um passado histórico apropriado. Os depoimentos reconstróem pedaços da história desses grupos, compondo um discurso bastante uniforme para cada um deles, e com isso consolidam uma imagem de distinção. Posso dizer que os membros dessas famílias “inventam uma tradição” (HOBSBAWN, 1997), não no sentido de forjarem fatos históricos, mas por realizarem uma reconstrução do passado onde a continuidade histórica real é extrapolada pela lenda.

O caráter “inventado” está, portanto, no ato de pinçar, do meio de acontecimentos e fatos que cercam a trajetórias desses grupos, um repertório adequado de lembranças que passa a transitar tanto interna quanto externamente, servindo para legitimar ações e consolidar uma coesão social.

Os Albuquerque:

O principal material escrito sobre os Albuquerque não é, de fato, um livro sobre a família, mas a biografia de um dos filhos do fundador da família no Pará. Nesse livro, Oswaldo Albuquerque traça suas memórias a partir de uma ótica peculiar aos grupos e instituições envolvidos em sua trajetória, moldando os fatos de modo a conformarem uma versão que, em muitos momentos, se aproxima dos textos da história oficial.

Enquanto um depoimento sobre parte da história republicana em Belém, da qual o autor participou ativamente, o texto é tanto informativo, quanto revelador da posição de quem escreve. Embora pretenda apresentar uma versão verdadeira dos fatos, apoiada na sua posição de construtor dessa história, o livro é, de fato, marcado por juízos de valor e pela estereotipia dos personagens.

O ato de rememorar o passado visa alguns objetivos: o primeiro – claramente colocado no prólogo – é o de dar sua contribuição à memória histórica da República; o segundo – já não tão explícito – é o de preservar e divulgar uma memória familiar, fortemente conectada com a visão do grupo sobre sua posição social. E, finalmente, o autor pretende exaltar sua própria figura, relatando a trajetória ascendente de um homem público, cuja vida confirma a tradição familiar.

Regina Abreu (1996) comenta a feição, e o sentido próprio, que as memórias individuais assumem no mundo moderno, marcado pela transformação do indivíduo no centro do universo. Elas ligam-se, então, ao culto do eu e à preocupação com a permanência póstuma, a partir de uma imortalização no sentido laico. Os homens

públicos imortalizam-se através de suas obras, cuidadosamente registradas em suas biografias.

Encarando suas memórias como uma tarefa, o autor procedeu à indagação e pesquisa do passado para escrevê-las. Recobre muitas gerações, mergulhando em séculos passados ao descrever a trajetória da família a que pertence. Mesmo a narrativa dos fatos republicanos não se inicia pelo momento de sua entrada em cena, mas a antecede em alguns anos. Reconstitui os acontecimentos decorridos desde a primeira década do século XX, embora sua participação política ativa só tenha se dado a partir da década de 30 (o autor nasceu em 1908).

O resultado é um trabalho longo e minucioso, que tem como ponto de partida a família de pertencimento do autor, já que os primeiros capítulos correspondem a uma investigação sobre os ramos que deram origem aos Albuquerque no Pará e, também, a um relato sobre o ambiente familiar. Seguem a lógica de que, antes de narrar os fatos de uma vida, é preciso situar o seu contexto. Esse contexto é a família: a trajetória do grupo e o ambiente em que se cresceu.

O autor aborda de forma semelhante os antecedentes paternos e maternos. Vai traçando linhas de descendência a partir de cada um deles, dando destaque aos feitos profissionais, cargos públicos e patrimônio construído por seus membros, desde os tempos idos até o atual. Da ênfase sobre o cenário público resulta uma história basicamente masculina. As mulheres, na maioria das vezes, são apenas mencionadas, e, mesmo quando se trata de parentesco consanguíneo, é comum fazer acompanhar a referência ao nome dessas pela descrição da trajetória profissional do marido, no caso, um parente afim. Nas curtas menções às mulheres, se descrevem aspectos físicos ou morais, ou contam-se casos pitorescos. As figuras masculinas são também retratadas em seus aspectos físicos e morais. No entanto, a consideração da moral está, via de regra, vinculada a uma atuação pública e, algumas vezes, surge articulada com aspectos intelectuais. Honestidade, integridade, caráter reto, capacidade de trabalho, inteligência, são alguns adjetivos aplicados aos homens.

A descrição da trajetória profissional dos parentes não se restringe aos consangüíneos, mas abarca uma gama considerável de afins e seus parentes. Numa abordagem onde o enaltecimento é a regra¹, isso significa dignificar a família por dois lados: pelo seu caráter intrínseco, revelado na atuação dos consangüíneos, e pela sua associação com famílias igualmente dignas, como é demonstrado na trajetória dos afins.

Mas, os antepassados masculinos diretos são as figuras de maior destaque no texto. Deve-se considerar que os títulos de nobreza, as honrarias e fortunas mais significativas remetem a bisavós do autor. Esse mergulho no passado é, portanto, fundamental ao enaltecimento da família. A citação desses familiares em livros de viajantes, de historiadores e em obras de genealogia é trazida para o texto como prova de sua importância histórica. Corroborando os comentários desses autores, o texto de Oswaldo Albuquerque faz uma série de considerações onde se destacam seus feitos, seus cargos públicos, seus títulos, sua fortuna e, também, suas virtudes morais, ressaltando-se que a esses homens ilustres e dignos não se imputam erros.

Já seus avós, embora tenham vivido um pouco as glórias do passado, representam uma transição para períodos mais difíceis. A decadência da borracha atinge de frente seu avô materno, embora numa fase já adiantada de sua vida. Já a trajetória de seu avô paterno, Aluísio, exemplifica as amarguras de um senhor de engenho decadente. Esse último personagem, no entanto, é também o representante de uma outra tradição que confere sua marca à família, especialmente porque se converte no caminho de ascensão possível aos novos descendentes, desprovidos de fortunas herdadas. Essa tradição é a de obtenção de uma formação profissional, dentre aquelas consideradas nobres, e sua vivência com papel de destaque. A advocacia surge como campo privilegiado de ação, sendo trilhada por gerações sucessivas.

¹ O autor critica de forma incisiva dois de seus parentes: um irmão de sua mãe – apenas por parte de pai – e um cunhado de sua mãe, casado com uma irmã desta – também apenas por parte de pai. Critica o primeiro por ter se dedicado a nada fazer, à sombra de cargos públicos, e o segundo por empreendimento inconseqüente em que se meteu, às custas da fortuna do avô do autor. Esses dois casos não quebram o teor laudatório do texto.

O estudo adquire um valor muito grande, e são descritos com detalhes os caminhos pelos quais ele se realiza, principalmente quando isso implica uma dose considerável de sacrifícios que são, no entanto, coroados por êxitos. Estudo e vivência de uma profissão são termos que se articulam, consubstanciando um recurso de ascensão ou pelo menos de manutenção de posição. Nessa linha, ao mesmo tempo em que é descrita a trajetória descendente do avô paterno, é também ressaltado o novo caminho que é aberto por ele, e que será trilhado pelo filho Pedro e seus descendentes. Aluísio Albuquerque, advogado de formação e político de destaque em sua terra, foi um homem público cuja trajetória remete mais ao ambiente citadino que à vida rural que abraçou após o casamento com a filha de um proprietário de engenho e chefe político local. Com a decadência da economia açucareira, ele buscou retomar a carreira pública sem sucesso, passando a dedicar-se à formação de Pedro Albuquerque.

A trajetória de seu filho como advogado, professor, escritor e político se fez no Pará e resultou numa vitória. Não em termos econômicos, pois o autor assinala as dificuldades financeiras de sua família durante a infância e adolescência, mas em termos de construção do nome da família Albuquerque, numa terra onde ele era provavelmente pouco conhecido.

Na educação dos filhos, Pedro deu continuidade ao caminho iniciado por seu pai, procurando criar uma esfera de dedicação aos estudos. Seja na descrição que o autor faz do ambiente familiar, seja na descrição da sua trajetória desde a infância à idade adulta, estão sempre presentes elementos que enunciam uma esfera de erudição, cultura, estudo. Isso às vezes se faz de modo bem explícito, como, por exemplo, quando o autor enaltece a erudição do pai, fazendo um rol das áreas de conhecimento que ele dominava. Mas existem muitos outros comentários que passam a mesma mensagem, de forma mais sub-reptícia (às vezes, nem tanto): quando se comenta que os espaços da casa eram dominados pelos livros, quando se enuncia as relações de amizade do pai – com destaque para o teor intelectual dessas relações -, ou quando se abre um capítulo – ainda que pequeno – para falar das aulas de música recebidas na infância.

O autor faz um longo comentário sobre suas primeiras professoras, e a importância destas pode ser bem avaliada pelo fato da fotografia de três delas figurarem no livro, junto com retratos de seus familiares. A época de ginásio também merece todo um capítulo, onde os professores são descritos em seus aspectos físicos, traços de personalidade e métodos de ensino. A escola figura, portanto, como uma instituição central na vida do autor, e pode-se dizer que ela se conjuga com o ambiente de estudo já existente no meio familiar.

Assim, indo além da família, despontam os grupos acadêmicos, onde inicia-se a entrada do indivíduo no espaço público, entendido como um mundo individualizado ou um “amplo mercado de circulação de indivíduos” em oposição ao “mundo hierarquizado”, próprio das famílias (ABREU, 1996). O papel da escola como porta de entrada para o mundo público deve ser relativizado, já que podemos enxergar elementos de continuidade com a casa, tanto na visão que se tem dos mestres, aproximando-os de papéis que caberiam na casa aos genitores, quanto porque é possível visualizar um sistema hierárquico que classifica os alunos de acordo com sua origem familiar. A própria referência ao nome da instituição freqüentada já permite dizer a que tipo de família o indivíduo pertence.

A trajetória do autor está de acordo com as expectativas do meio em que se criou. Aos vinte e um anos de idade já está formado em Direito e dá início a uma carreira marcada por êxitos profissionais, que tanto reforçam o nome da família, quanto parecem lhe assegurar um patrimônio bastante razoável. Ele faz menção, também às carreiras dos irmãos homens, todos profissionais liberais como ele próprio (médico, engenheiros e advogados).

A maior parte do livro está voltada para a reconstrução de sua carreira, especialmente para a sua vivência dos fatos políticos da história republicana do Pará, através dos cargos públicos e políticos que exerceu. Aqui o texto se transforma num documento político, com os fatos sendo descritos pela ótica do autor. Se a posição de participante dá a ele a possibilidade de fornecer ao leitor uma gama considerável de

informações, não é, no entanto, garantia de uma visão crítica dos acontecimentos, já que sua adesão a um grupo conduz à idealização e exaltação dos personagens, do lado dos quais se põe. Idealização semelhante aquela que faz de seus antepassados, que também não têm erros, embora, nesse último caso, a idealização seja mais forte, pelo próprio caráter que assume o vínculo de parentesco – mais significativo que as vinculações políticas ou de amizade.

Além desse material, há os depoimentos orais que coletei, nos quais também é possível perceber os elementos que garantem à família Albuquerque se ver e ser vista como tradicional. A partir de um e outro, vemos que essa adjetivação se apóia numa história familiar marcada pelo destaque, delimitado espacial e temporalmente, de vários de seus membros, em um ou mais campos da vida social, garantindo a essa família uma marca específica. Marca que, aliás, variou ao longo do tempo, conforme se alterou o espaço onde a família se destacou.

O conteúdo dos depoimentos orais se aproxima daquele presente no livro, na medida em que, em ambos, o passado oligárquico fornece um ponto de apoio às recordações e, conseqüentemente, ajuda a compor a imagem familiar. Sem dúvida, o que mais aproxima a memória escrita e a oral é o destaque dado à trajetória do iniciador da família no Pará, estando a sua descrição presente em todas as lembranças do passado, e sempre através de uma retórica enaltecida do sacrifício, da disciplina e da erudição. É o momento da transição, quando o proprietário rural e o chefe oligárquico cedem lugar ao homem público, erudito e conhecedor do seu ofício.

Assim, os depoimentos – orais e escritos – remetem às oligarquias rurais, mas num passado mais próximo centram-se na construção de carreiras de destaque em ambiente citadino. Elabora-se um discurso onde o que garante a diferenciação não é mais o poder econômico, mas o saber. No caso dessa família, o contínuo retorno ao passado, realizado especialmente pelo iniciador da família no Pará e seus filhos, orienta os de dentro e os de fora, ao lhes dizer quem são os Albuquerque. Prática que pode ser melhor entendida a partir da observação de um dos entrevistados de que, diante do

declínio da família, Pedro Albuquerque tomou como missão reerguer o seu nome, procurando guiar a sua trajetória e a de seus descendentes por caminhos públicos e privados apropriados a seu intento.

Mas, como um projeto dessa ordem se articula com o cultivo da memória? A maneira como se evoca o passado ajuda a entender esse processo, sendo a narrativa um caminho possível e que se fez bem presente no seio dessa família. Já mencionei anteriormente como Pedro Albuquerque assumiu o papel de narrador da vida familiar, sendo sua atuação fundamental na elaboração de um discurso uníssono em torno do passado do grupo, o que aproxima a história da família de um mito, tal sua uniformidade e repetição. A narrativa de sua história de vida, tal como a de um herói fundador, oferece um norte às novas gerações, indicando o caminho possível para a retomada de um equilíbrio que foi rompido, e busca, assim, colocar de novo a família no centro da história. De acordo com Bosi:

Há episódios que gostamos de repetir, pois a atuação de um parente parece definir a natureza íntima da família, fica sendo uma atitude símbolo. Reconstituir o episódio é transmitir a moral do grupo e inspirar os menores. Podemos reconstruir um período a partir desse episódio. (1987, p. 345 – 346)

Lins de Barros (1987, 1989) chama a atenção para como a preservação da identidade de uma família tem um ponto de apoio importante nas figuras dos avós, vistos pelos netos “como a fonte de transmissão de determinados bens simbólicos, que representam, a seus olhos, uma situação social e ao mesmo tempo uma ordem moral”(1987, p. 87). Dessa forma, ressaltar sua importância é um meio de demonstrar a permanência de uma situação familiar adjetivada positivamente, seja em termos de *status*, seja em termos morais. Ao colocarem Pedro Albuquerque no centro de suas lembranças, seus filhos e netos irão reforçar um sentimento de pertencimento a um grupo familiar coeso, cuja força está relacionada ao poder de agregação e a influência exercida por esse velho patriarca sobre os seus descendentes.

Pedro Albuquerque se aproxima da figura do narrador de Walter Benjamin, que toma o passado como fonte de sabedoria inspiradora do presente, e que aconselha a partir de sua experiência. Ecléa Bosi (1987) faz uma bela reflexão sobre a arte da narrativa, a partir de outros autores (Benjamin, Vernant), mostrando seu valor e sua riqueza em contraposição à informação dominante no mundo moderno. A informação se pretende verdadeira, plausível e esgota em si mesma todas as explicações, por isso não sugere, nem inspira. A narrativa, ao contrário, pode assumir a forma de uma lenda e tocar no mundo mágico, pois o que está em questão não é a veracidade dos fatos, mas o que eles sugerem. Ao omitir muitos nexos psicológicos, a narrativa deixa ao ouvinte a tarefa de interpretá-la e, por isso, desloca o lugar da verdade, dos fatos para a lição que é possível extrair do que foi narrado. O narrador é, portanto, alguém que aconselha. E para aconselhar, constrói uma ponte até o passado, através da qual viaja para poder aprender e para poder ensinar.

Mas, a narrativa não é a única possibilidade de evocação do passado. Os objetos, também, têm esse poder, quando trazem de volta uma época, ou mesmo um episódio. Além de valerem como referência temporal, podem nos dar outras indicações, conduzindo a um determinado grupo social e a certo *status*. Regina Abreu (1996) nos fala dos objetos semióforos, ou seja, daquela classe de objetos cuja contemplação remete a certos significados, na medida em que eles são a ponte entre o mundo visível e o invisível. Destituídos de valor de uso, valem o que significam. Estendendo esse adjetivo aos homens, ela nos fala dos homens-semióforos, que são aqueles que estabelecem uma distância com os demais, cercando-se de objetos semióforos. Nesse caso, eles se tornam símbolos, pois condensam significados que orientam a vida social do mundo em que vivem. Aí se encaixariam determinados homens públicos que, a partir de um cuidadoso trabalho de construção de uma imagem, se tornam referência de uma determinada época, de certa tradição, e, portanto, elementos-chave para a compreensão de uma corrente dominante de pensamento.

Poderíamos pensar em Pedro Albuquerque como um homem-semióforo? Através das narrativas é fácil visualizar um homem que soube estabelecer uma distância

frente aos outros, pela reserva, pela austeridade, por uma postura que um dos netos tem dificuldade de adjetivar, transitando, sem se fixar, entre termos como arrogância e antipatia. Uma postura que descreve, enfim, como um viver à parte. E os objetos? Herdeiro de um grupo familiar em declínio, empobrecido, Pedro não carrega nos braços traços materiais das riquezas e tradições de outrora. Mas faz da sua memória a depositária do modo de vida que cercava os seus antepassados, das suas tradições, dos seus títulos nobiliárquicos e, principalmente, do papel que lhe foi reservado na história. E, tornando essa memória pública, oferece-a à contemplação.

Sua narrativa é reforçada pela adoção de um estilo de vida austero, que não é relacionada pelos seus descendentes aos poucos recursos que dispôs ao longo da maior parte de sua vida, mas encarada como opção de um homem que pôs a literatura e a vida pública acima de seus interesses pessoais. Estabeleceu uma aproximação com instituições acadêmicas, a exemplo da Academia Paraense de Letras e da Faculdade de Direito, que ajudou a compor uma imagem, que é trabalhada em detalhes nas lembranças de seus descendentes. O tom inflamado de seus artigos regularmente publicados em jornais, as lutas a favor do Pará travadas no campo da advocacia, a sua atuação como professor e literato, são pontos continuamente destacados por filhos e netos, ao lado de aspectos de uma vida privada consonante com esse perfil de competência, seriedade e erudição.

Dessa forma, Pedro Albuquerque é transformado num homem semióforo, pela conjugação de um estilo de vida apropriado com um repertório de narrativas que, ao recriarem sua ascendência familiar e sua trajetória, remetem a uma série de elementos presentes na imagem recorrente de um homem público. Parte atuante desse processo, ele trabalha, paralelamente, um discurso público e um discurso interno, que na essência são um só, apenas direcionados a espectadores diferentes: os de dentro e os de fora do grupo familiar. Conta e reconta aos filhos os episódios que resumem a história familiar, transformando-os, também, em reprodutores dessas histórias, novos guardiães que vão dar continuidade à preservação e divulgação da memória familiar.

Além da antigüidade e da familiaridade com o poder, é ressaltada a nobreza do grupo, enfatizando-se os títulos nobiliárquicos, elementos de distinção concedidos a poucos. O título confere a quem o recebe um reconhecimento de qualidades especiais que, antes de serem explicadas por circunstâncias concretas, são vistas como naturais. Essa naturalização permite a extensão do título, ou da sua aura, ao grupo familiar do membro convertido a nobre. E mais: ao explicar a riqueza e o poder, ao invés de serem explicadas por eles, essas qualidades adquirem caráter de permanência, independente das circunstâncias.

De acordo com Abreu (1996), Simmel aborda o caráter distintivo da nobreza, situando-o na relação específica que o grupo social - a nobreza - mantém com cada membro, ou seja, com cada nobre. Utilizando-se da metáfora da árvore genealógica, o autor fala do compartilhamento de uma mesma substância - seiva/sangue - por todos os membros do grupo, independente do ramo a que pertencem. Nesse caso, os valores positivos atribuídos a um membro, passam a fazer parte do legado do grupo e são compartilhados por todos. Em suma, cada membro em particular usufrui do *status* atribuído ao grupo.

No texto de Oswaldo Albuquerque e nos depoimentos colhidos, a nobreza está referida a qualidades morais, ao refinamento do espírito e ao domínio de certas habilidades. Quando um dos entrevistados me conta sobre as habilidades de cavaleiro de seu bisavô, filho de um barão, não é de qualidades distintivas que ele está tratando?

[...] Câmara Cascudo, escrevendo um artigo sobre ele, dizia que ele costumava frear o cavalo com tal domínio, que quando ele freava o cavalo, o cavalo fazia o risco no chão. E os escravos vinham: 'vamos medir a freagem do Major *Carlos Seabra* no chão!' Mediam. Tinha freagem às vezes de dois, três, quatro, cinco metros. Só um cavaleiro sabia fazer aquelas coisas. Foi escrito pelo grande Câmara Cascudo do Rio Grande do Norte, grande escritor, grande folclorista. (Paulo Albuquerque, 76 anos)

Simmel utiliza-se, também, de outra metáfora, a do metal nobre, para referir-se à indestrutibilidade da nobreza. Esta se perpetua alheia às circunstâncias materiais, pois se refere a atributos e não apenas a bens materiais.

A imagem que é resgatada do passado torna clara a vocação para o exercício do poder. Focaliza os membros da oligarquia rural, seu domínio local assentado sobre uma riqueza pessoal, suas qualidades distintivas, que remetem a uma nobreza vista como intrínseca, das quais os títulos nobiliárquicos são a óbvia coroação. Falam também de eventos e práticas onde se evidencia a riqueza, retratando as casas não apenas em seu aspecto privado, mas como centros de convergência e irradiação do poder.

Papai me dizia: ‘meu filho, nunca na mesa do meu avô *Carlos Seabra*, ele comeu sozinho com a *Maria Antônia*, com a Dindinha. Sempre tinha gente. Quatro, cinco, seis, oito, dez comensais. Vinham do sertão, vinham do *Pontal*, vinham de Natal’. Entravam na casa de meu bisavô como se entrassem na própria casa. Sempre a mesa farta. E ela, filha única, pode imaginar!

O vovô era governador do Rio Grande do Norte, em 1865, na guerra do Paraguai, e foi fazer uma visita. O homem ilustre de lá era o Major *Carlos Seabra*. Aí encontrou a vovó, parece que simpatizou com ela. Depois foi mais uma vez, mais duas, e acabou casando com ela.

Disse o papai, era uma coisa que ele contava: ‘meu filho, o casamento da minha mãe foi tão extraordinário que eles contavam que, só de cabeça de peru morto prá festa, eles encheram vários caçuaís’. Você sabe o que é caçuaí? Caçuaí é uma espécie de cesta, de um paneiro grande, que se coloca na costa do animal. Só de cabeça de peru ... tinha caçuaí cheio de cabeça peru.

Foi uma festa retumbante no casamento, e o papai quando nasceu, eles tinham aquelas histórias que, se desse um banho com moedas de ouro dentro da água, a pessoa seria afortunada. O papai conta que o primeiro banho que ele tomou, a minha avó veio com moedas de ouro. E o papai, num certo sentido, foi afortunado. Teve nove filhos, nenhum deu problema prá ele, foi senador da República, foi professor aqui. Lutou muito porque, você sabe, naquele tempo criar filhos! Papai lutou muito. O primeiro período do papai foi muito duro. (Paulo Albuquerque, 76 anos)

Como vimos, o discurso sobre o passado é reorientado quando centra-se na figura de Pedro Albuquerque. Na sua trajetória vemos confluir duas tradições. De um lado, o mundo da oligarquia rural, onde surgem seus avós barões, agentes dominantes de

uma economia açucareira apoiada na ordem escravocrata e na prática clientelista. De outro lado, temos o caminho trilhado pelo seu pai. Enquanto político de proeminência local, sua trajetória se vincula à dinâmica própria das oligarquias rurais. No entanto, tendo-se formado em Direito, ele também representa uma nova tradição, edificada em ambiente urbano, pautada na obtenção de uma profissão consagrada, a partir da passagem pelas instituições acadêmicas universitárias. A essa tradição acopla-se uma moderna ética pública, na qual os homens públicos são vistos como agentes construtores da nação moderna. Caberia à elite, educada, erudita e conhecedora do mundo das técnicas, conduzir as massas na direção de um ideal civilizatório, tendo por parâmetro as sociedades européias. De acordo com Abreu:

Imbuídas dos pressupostos forjados pelo iluminismo e intensificadas pelo evolucionismo - pano de fundo das idéias correntes no final do século passado e início deste -, as elites assumiam messianicamente o papel de condutoras de um processo civilizatório destinado a redimir os povos que ainda estivessem nos estágios de selvageria e barbárie. (1996, p. 106)

Nesse novo momento vivido pela família, as vitórias são vistas sob a ótica de uma articulação entre dedicação aos estudos, domínio de um ou mais campos do saber, reconhecimento público e consolidação de um nome. A tônica das memórias não é mais a tríade riqueza - poder - nobreza e, sim, erudição - disciplina - austeridade. Todos os filhos, quando narram a trajetória do pai, remetem sempre a esses elementos, presentes tanto na educação dele próprio, quanto na que ele deu aos filhos. É o mito fundador da família no Pará, é o caminho possível para manter - retomar? - a distinção familiar. A seguinte descrição de Pedro Albuquerque, feita por um de seus filhos, é exemplar:

Então, ele muito voltado à leitura, muito voltado à literatura, ele escritor, ele professor, ele poeta, vivia fazendo versos, vivia escrevendo, vivia voltando ... todo invertido para a literatura. Não tinha tempo para outras coisas. Eu nunca lembro de papai ter saído de casa dizendo: 'vou ao cinema com sua mãe'. Não recordo. Não recordo, em época nenhuma da minha vida, dele ter saído para o cinema. Às vezes, eu o via muito bem vestido, de smoking, muito bem vestido, perfumado - minha mãe, também, muito bem vestida -, que ele ia prá sessões da Academia Paraense de Letras, no Teatro da Paz. Eram sessões solenes e muitas vezes eu o vi, lembro essa lembrança,

de smoking, os punhos duros, com uma abotoadura bonita nos punhos, o colarinho bem passado, e ele ia prá essas tertúlias noturnas. De outra forma, eu me lembro, ou então quando ele saía, uma ou outra vez, prá ir pra casa dos amigos, esses mesmos de que já referi [...] ...a cultura atraía a cultura, o estudo atraía o estudo, e os amigos dele estavam, justamente, em torno das letras, em torno das artes, em torno do estudo. (Artur Albuquerque, 73 anos)

Os novos descendentes do ramo estabelecido no Pará são direcionados à obtenção de uma formação profissional e sua vivência com papel de destaque. A advocacia, a engenharia e a medicina surgem como campos de ação privilegiados, e percebe-se linhas de continuidade entre as opções feitas pela segunda geração - os filhos de Pedro Albuquerque - e aquelas feitas pelos seus respectivos descendentes. Para uma reflexão sobre a construção do nome Albuquerque no Pará, com seu reconhecimento como uma família tradicional, é inspiradora a seguinte colocação de Abreu Filho:

A área da construção do nome é então a sociedade. Critérios, como tradição, posição econômica, prestígio político, tornam-se fundamentais. Assim, sendo o nome algo herdado, a sua realização cotidiana passa pelo desempenho dos indivíduos e da família. Neste nível, a honra individual está fortemente circunscrita pelo nome de família. E, em outro nível, as possibilidades individuais estão também referidas ao nome da família. (1981, p. 142)

Em relação a Pedro Albuquerque, observamos que sua migração para o Pará não equivale à chegada de um desconhecido. Seu pai havia sido, em época anterior a seu nascimento, presidente dessa província, e a possibilidade de acionar relações com pessoas-chaves, era ainda uma realidade para esse descendente de uma arruinada família oligárquica nordestina. Ele chegou com um encaminhamento para falar com Augusto Montenegro, que era governador do Pará naquele momento, obtendo a partir daí o cargo de promotor na cidade de Remanso. Sua aceitação dentro do círculo que reunia os importantes daquela cidade deve ter sido facilitada pelo fato de um parente seu já ser, ali, figura de destaque, contribuindo para que, rapidamente, sua história familiar corresse à boca miúda. O diploma de Direito, a obtenção de láurea na conclusão dos estudos, e o cargo público exercido, devem ter completado o circuito de reconhecimento e aceitação. A rapidez desse processo fica evidente no seu casamento, realizado em 1905 – apenas

três anos após sua chegada à Remanso – com uma mulher de uma importante família de comerciantes locais, e que estava nessa ocasião em ótima posição econômica, já que o Pará vivia o período áureo da borracha. É quando ele obtém sua transferência para Belém, como presente de casamento do governador Augusto Montenegro. Poucos anos depois, a derrocada da borracha amazônica, a queda de líderes políticos com os quais mantinha associações, e o declínio das finanças do poder estadual e municipal, refletiu-se sobre sua vida e da família recém-iniciada. Esse momento está longe de ser um período de ascensão social, mas, ainda assim, situando-se as dificuldades pessoais de Pedro Albuquerque no contexto de decadência e estagnação da cidade, ele não pode ser caracterizado como de ruína pessoal. As dificuldades – econômicas e políticas – não impediram que ele se mantivesse dentro dos círculos intelectuais da época, assumindo então o cargo de professor da Faculdade de Direito. Ele pôde, também, continuar seu projeto de ascensão familiar através dos filhos, encaminhando-os para a vida pública.

Parece-me central para a consolidação do nome Albuquerque, e para a extensão desse reconhecimento público, a trajetória ascendente de Oswaldo Albuquerque, seu filho homem mais velho. Também formado em Direito, e tendo-se tornado precocemente professor, ele conseguiu realizar aproximações políticas que puxaram a família para melhores posições. É muito significativo o presente que ele concedeu ao pai, articulando a nomeação desse para senador da República pelo Pará, a partir de um convite feito a ele próprio. Coroou, assim, a trajetória do pai com um cargo político de destaque, que ficou, definitivamente, vinculado à figura do Pedro Albuquerque, fornecendo um detalhe estratégico para a sua biografia.

Oswaldo Albuquerque projetou-se socialmente, tanto pelas associações políticas, como pelo patrimônio que conseguiu amealhar, tornando-se um advogado reconhecido na cidade. Embora tenha seguido, como o pai e os irmãos, a carreira de professor universitário, seu destaque ultrapassou o meio acadêmico, adquirindo visibilidade em outros campos. Assim, ao mesmo tempo que puxou a família para cima, ele, também, se diferenciou dos irmãos, seja pelo destaque político – chegou a ser interventor do Pará –, seja por sua ascensão econômica. Em torno de si, e da família por

ele iniciada, foram-se forjando símbolos que denotam esse destaque, como as três casas, em estilo moderno, que foram construídas, lado a lado, na principal avenida da cidade para servir de residência a ele e seus dois filhos homens; e o *glamour* em torno de suas noras, transformadas em figuras de destaque das colunas sociais. A dimensão de suas posses, provavelmente, não era nada extraordinária, mas se tornou particularmente expressiva numa cidade que, ainda na década de 50, estava “estruturada, materialmente em torno de atividades de governo, serviços em geral, comércio em particular, e alguma indústria residenciária” (MENDES, 1998, p. 26-27). Numa sociedade marcada pela estagnação pós-borracha, trajetórias ascendentes já eram, em si, dignas de nota. A própria dimensão populacional ajudava no reconhecimento, pois segundo Mendes (1998, p. 26), somente na década de 50 é que, após “três décadas, Belém parecia principiar a parar de perder população, recompondo os patamares de 1920 em torno de 250 mil habitantes.”

Sua carreira pública se distanciou da de seus irmãos apenas em termos da dimensão de seu destaque, mas não de seu caráter intrínseco. Em termos gerais, elas são consoantes e giram em torno dos mesmos elementos, em especial, o exercício de cargos públicos e uma propalada dedicação às letras. Independente da opção profissional, os membros masculinos atuam, também, como escritores, voltando-se, principalmente, à publicação de artigos e livros de caráter histórico e memorialista, mas, também, de literatura. Eles foram, ou são, membros da Academia Paraense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, ou do Conselho de Cultura. Isso lhes garantiu tanto um reconhecimento como homens das letras, como uma maior visibilidade.

Já indiquei anteriormente que a imagem de distinção que se elabora em torno dos Albuquerque insere-se numa construção de memória familiar. A teoria de Halbwachs (1990), considerando a memória como um fato social, ajuda a esclarecer os mecanismos que permitem a vinculação entre memória e a identidade de um grupo. Por isso ela é valiosa para entender o que acontece com essa família, já que mostra como a memória fundamenta o sentido de pertencimento a um grupo, estabelecendo, simbolicamente, fronteiras que nos situam socialmente.

Mas, enquanto Halbwachs (1990) enfatiza as funções positivas da memória, ou seja, seu papel na coesão social pela adesão afetiva ao grupo, autores posteriores vão se deter a investigar como se cria esse fato social, entrevedo a intervenção de mecanismos de imposição. Isso implica em considerar a noção de conflito, ausente nas formulações de Halbwachs (1990). Além de associar as memórias coletivas de diferentes grupos a demarcações de fronteiras sócio-culturais, esses autores procuram mostrar que essas demarcações evidenciam a existência de oposições entre os grupos, sendo os conflitos controlados através do estabelecimento de relações marcadas pela dominação de alguns grupos sobre outros.

Esta é a posição de Pollack, que afirma que a memória coletiva nacional – a mais legítima das memórias coletivas – apresenta um “caráter destruidor, uniformizador e opressor” (1989, p. 4). A legitimação dessa memória se faz a partir de um processo que seleciona o que deve ser lembrado, e faz calar as vozes dissonantes. A memória nacional é a mais ampla, mais legítima, mas não é a única memória coletiva existente. O autor classifica estas últimas em dois grupos: as que se integram bem à memória nacional, e as que se apresentam como dissidentes e são, por isso, difíceis de localizar (subterrâneas).

Isso ajuda a refletir sobre o papel de uma família, como os Albuquerque, em resguardar a identidade de um grupo, cujas fronteiras estão além de sua própria família. Ou, talvez seja melhor dizer que, nesse caso, o cultivo da memória particular de um grupo se integra à formulação de uma memória mais ampla, que se apresenta como dominante. Não está aí a chave para entender as relações que se estabelecem entre os membros dessa família e instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a Academia Paraense de Letras? Na medida em que estas foram instituições onde eles encontraram guarida, e onde dispuseram de espaço de atuação, cabe perguntar qual o papel desempenhado por elas na manutenção e transmissão dos valores da chamada “nobreza brasileira”. Esses parecem ter sido os espaços adequados para o culto, atualização e divulgação de uma memória familiar construída sobre os pilares de distinção já descritos, e que tem por trás de si uma determinada visão da história.

Abreu (1996) mostra como o Museu Histórico Nacional, à época de sua fundação, se vinculava a uma noção de história que, ao valorizar a categoria tradição, conferia legitimidade a um grupo social. A visão de história do MHN se pautava por aquela em vigor na primeira agência destinada a escrever a história do Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Uma visão marcada pelo iluminismo e pelo evolucionismo, que considerava que cabia às elites a condução da nação na direção de um ideal civilizatório.

Os elementos oriundos das famílias tradicionais, convertidos em homens públicos, tornam-se os agentes criadores da história e são cultuados como símbolos da nacionalidade. Não são vistos como homens cuja origem e atuação remete a um grupo em particular, mas como sujeitos que se colocam acima de interesses específicos, voltados unicamente para a construção da nação brasileira. Esse desvencilhamento estaria ligado à nobreza intrínseca de seu caráter - a uma natureza diferenciada -, no que se destacariam de outros homens, justificando um espaço público de atuação.

A incorporação dos Albuquerque às instituições acima citadas, e a importância delas na consolidação de seu nome, é um dado fundamental para se entender o contexto em que se formula a memória desse grupo, em específico, e o seu significado na constituição e perenidade do tecido social. Voltarei a esse ponto no último capítulo.

Os Duvignaud:

Ao escrever um livro abordando a trajetória de sua família, Antônio Duvignaud transita entre duas perspectivas: uma externa e outra interna. Quando dá ao texto um formato que lembra trabalhos acadêmicos, o autor parece fazer fé na neutralidade científica, e se colocar do lado de fora do grupo (perspectiva externa), como um estudioso capaz de realizar uma análise criteriosa e distanciada da evolução histórica da família. Chama atenção o desenvolvimento sistemático do texto e as inúmeras citações de fontes – documentos, manuscritos e impressos -, revelando uma pesquisa

cuidadosa por trás da obra. Os dados genealógicos são apresentados de forma padronizada e bem ordenada, seguindo preceitos estabelecidos pelos estudiosos de genealogia.²

No entanto, um exame mais cuidadoso revela outra perspectiva, de caráter interno, através da qual se constrói uma representação da família, acentuando suas marcas e sua continuidade através do tempo, como se as mudanças ocorridas se localizassem apenas nas relações do grupo com o mundo exterior, mas não na sua essência.

No final do livro, como anexo, há uma relação dos descendentes do fundador da família Duvignaud no Pará, indo do ano de 1776 a 1982. Eles estão separados por ramos, compondo seis listas distintas, que partem dos nomes dos seus fundadores. Embora não tenha feito um exame crítico aprofundado da genealogia apresentada, algumas lacunas são perceptíveis, mesmo diante de um exame superficial. Nessas listas genealógicas, não há, por exemplo, registro de datas de nascimento, casamento e morte para os descendentes, sendo essas informações fornecidas somente para alguns deles, num capítulo anterior, onde o autor trata dos fundadores de ramos e linhas de família. É, também, nesse capítulo que antecede as listas genealógicas que o autor constrói uma hierarquia interna ao grupo, ao aplicar um tratamento diferenciado à descendência, destacando os ramos principais e fornecendo informações mais detalhadas sobre os mesmos. Note-se que os ramos em evidência são aqueles que conseguiram preservar o nome de família através de uma descendência masculina. Dessa forma, as linhas que partem, ou são continuadas por parentes consanguíneas mulheres, desaparecem no texto, e são encaradas pelo autor como uma perda.

² O autor não faz esse tipo de afirmação. Cheguei a essa conclusão após examinar o trabalho de Brioschi (1985), onde ela levanta e analisa as genealogias do sudeste brasileiro, revelando a forma de apresentação dos textos.

Isso encaminha a um outro problema, comum às genealogias: a sub-representação feminina no texto. No capítulo mencionado acima, isso é perceptível. Os casais fundadores dos diversos ramos da família são apresentados através de uma pequena biografia, que torna-se mais curta ao referir os membros femininos, sejam consangüíneos, ou afins. Além das datas de nascimento, casamento e morte, nome do cônjuge e dos filhos, as outras referências utilizadas para situar socialmente a mulher, são os títulos do pai ou do marido. Embora sejam apresentadas enquanto filhas ou esposas, o autor não faz menção às virtudes femininas, normalmente associadas a esses papéis.

As biografias masculinas incluem descrição de carreira, títulos e vida pública, ressaltando-se a proximidade com o poder. Há um capítulo dedicado a cinco elementos masculinos de destaque: três deles pertencentes à família – parentes consangüíneos – e dois a ela incorporados pela via matrimonial. Todos eles desenvolveram sua vida pública entre a metade do século XIX e as décadas iniciais do nosso século, o que é um elemento indicativo da força desse período como definidor da memória familiar. O destaque dado aos afins deixa claro, também, o papel desempenhado pelas alianças matrimoniais na composição de um patrimônio familiar, tanto financeiro quanto simbólico.

As descrições de carreiras de todos eles são enaltecidas, e pontuadas de referências que reforçam o seu destaque no âmbito social e a sua capacidade de gerir os negócios públicos. Aliás, essa forma de descrever os antepassados está presente em todo o texto, desde as referências iniciais – feitas nos primeiros capítulos -, sobre os antepassados remotos da França. Nesse último caso, os títulos de nobreza são o ponto central da descrição. Ao falar de seus antepassados, Antônio Duvignaud usualmente refere outros autores, dando força a seu texto. Também é comum a menção de praças e ruas que levam o nome de seus familiares.³

³ As duas famílias consideradas nesse trabalho emprestam seu nome a diversos logradouros situados na região metropolitana de Belém: praças, ruas, avenidas e rodovias. Vários membros dessas famílias foram, também, homenageados pela atribuição de seus nomes a escolas e outros prédios públicos. Para a família

Além da ausência de datas biográficas para todos os descendentes, e da sub-representação feminina no texto, há ainda outras limitações, como o fato da relação dos descendentes não permitir distinguir filhos consangüíneos de filhos adotados. A conjugação dessas lacunas mostra as dificuldades de utilização do texto para trabalhos de Demografia Histórica ou História Social. No entanto, ao considerarmos esse material do ponto de vista ideológico, ele cresce em importância, na medida em que apresenta uma representação de família.

Já no início do texto, encontrei algumas ambigüidades, que a leitura do livro tornou, ainda, mais explícitas. O autor nega propósitos nobiliárquicos, para, em seguida, deixar claro que está tratando de uma família de tradição, como assinalam os títulos e brasões que cita. Afirma o valor de se preservar um passado, onde se incluem os grandes ou pequenos que nos precederam, mas, de fato, se prende a relatar a biografia de antepassados ilustres. Assinala que o valor social de um homem é antes de tudo uma construção individual – e não algo que pode ser avaliado sob a ótica da família a que pertence -, mas, no momento seguinte, fala da gente Duvignaud e de suas características, que enunciam um grupo de elite, determinado, gente de mando e de poder.

Fica claro que o que justifica a obra é a distinção do sobrenome e do seu passado, e o que interessa ao autor é preservar uma memória que assinala a tradição da família. Memória que não pode ser destruída, perdida, pois é um bem precioso aos Duvignaud. Ao torná-la pública, ao mostrar seus antepassados como construtores da história e da sociedade paraense, o autor confere ao grupo um lugar distinto no meio social. Conforme Brioschi:

[...] da preocupação nobiliárquica à exaltação dos feitos dos antepassados, passando pela simples curiosidade em relação aos ancestrais, ou a referência às glórias do passado como exemplo para as gerações futuras, as genealogias conferem legitimidade a uma série de

Albuquerque, destaco a emissão de um selo comemorativo por ocasião do centenário de nascimento de Pedro Albuquerque. Em termos da iniciativa das próprias famílias, vale destacar os prédios residenciais que levam o nome de seus descendentes.

sobrenomes como constituindo ‘as famílias brasileiras’. O seu lugar de destaque na sociedade é assegurado pela imagem de primeiros povoadores e construtores da história (1983, p. 83)

A dissimulação dos propósitos nobiliárquicos e enaltecedores do texto está de acordo com um aspecto próprio às “tradições inventadas”. Essas se forjam a partir de processos de formalização e ritualização de práticas que objetivam legitimar *status* e relações de autoridade, encarando certos aspectos da vida social como naturais e imutáveis. No entanto, na medida em que essas invenções surgem num mundo marcado pela ideologia da igualdade entre os homens, têm que recorrer a uma dissimulação do seu caráter intrínseco, que encoraja “alguns a se sentirem mais iguais do que outros” (HOBSBAWN, 1997, p. 18).

O livro traça a trajetória da família a partir de um antepassado francês que viveu na França durante o século XVI, onde era dono de vastos domínios. Parte de sua descendência se radicou em Portugal, tendo um dos seus descendentes mudado-se para o Pará, em 1760. O autor aborda a história dos Duvignaud no Pará, mostrando como construíram seu nome apoiados num crescente patrimônio e poder político. Com base numa bibliografia histórica e nos dados que levantou, o autor tenta esclarecer os diversos fatores que levaram sua família a assumir um papel social marcante no Pará, especialmente no início desse século. Mostra como o poder econômico se conjugou com a projeção política e social, sendo que nesse último aspecto os ornamentos nobiliárquicos desempenharam um importante papel. Prova disso é o relato feito pelo autor sobre o fato do fundador da família no Pará ter mandado levantar sua ascendência e brasão de armas, estabelecendo sua ligação com a antiga nobreza da França, o que deve ter se traduzido num reconhecimento social bastante adequado a uma figura chegada recentemente à capitania. Os títulos de nobreza têm um papel de destaque no texto, seja através da menção da obtenção dessa honraria por parte de parentes masculinos consangüíneos, seja pela citação da extensão desses títulos a parentes femininas em vista de seu consórcio com famílias agraciadas pelos mesmos.

Quando trata do papel da família na vida do Pará, o autor assume uma postura analítica, dando uma interpretação aos dados. Isso ocorre, também – embora com menos intensidade – em outros momentos do texto. No entanto, sua interpretação é limitada pela própria representação de família que pretende construir. Ele diz que o poder dos Duvignaud foi resultante da conjunção de fatores econômicos, políticos e sociais, mas não leva a análise adiante, de modo a esclarecer que a porção de poder que cabia a sua família, e às outras poucas que faziam parte do reduzido círculo da elite paraense, era exercido a partir da exclusão de outros grupos sociais, engendrando um campo propício aos conflitos, como os ocorridos entre 1835 e 1840, na revolução de caráter popular que ficou conhecida como Cabanagem.

Não atentando para as contradições sociais, e ressaltando a dignidade e competência com que seus antepassados exerceram as mais altas funções públicas, a análise do autor se converte num discurso enaltecedor da família. Ao contar a história dos Duvignaud, o autor vai desenvolvendo, paralelamente, a história do Pará, da Colônia à República, entrelaçando uma na outra, através de relatos biográficos de membros destacados da família, que aparecem como personagens centrais da trama histórica. Nesse relato, o Período da Borracha tem um papel de destaque, enquanto o momento de maior expressão da família, e ocasião de aproximação com a França, encarada como o país berço dos Duvignaud. O relato assume um tom prazeroso e saudosista, com destaque para as descrições de detalhes que assinalam o requinte social de que se revestiu a vida familiar nesse período. A suntuosidade das residências, o apuro da indumentária, o brilho intelectual obtido a partir de longas temporadas em instituições de ensino no exterior, a adoção dos hábitos mundanos próprios à burguesia européia ascendente, tudo isso vai compondo uma descrição nostálgica de um período findo.

A decadência da cidade de Belém após a queda da borracha e as alterações ocorridas no cenário político ao longo das primeiras décadas do século XX foram minando as posições conquistadas pelos Duvignaud através de gerações. A diluição da força da presença física acompanha o próprio declínio da família, com a migração de muitos descendentes para a cidade do Rio de Janeiro. No capítulo final, o autor se volta

para o presente e tenta mostrar linhas de continuidade com o passado. Embora tenha ocorrido uma dispersão, faz notar que a maioria dos parentes se concentra em Belém e no Rio de Janeiro. Hoje, como ontem, continua havendo a ligação dos Duvignaud com segmentos destacados da sociedade. Também, cita nomes de parentes e o seu destaque recente. Por fim, um outro exemplo da busca do autor em estabelecer linhas de continuidade, está na imagem que constrói dos membros da família como pessoas que cultivam cotidianamente a tradição e o passado familiar.

O autor conclui o livro indagando-se sobre uma possível marca de família. Responde à questão de maneira afirmativa, mostrando como essa marca está presente na repetição de certas características de uma geração a outra e num sentimento de família que permite identificar como compartilhando um mesmo sangue todos aqueles que trazem o nome Duvignaud. Ao descrever essas características, notamos que ele naturaliza a posição de destaque da família, como se ela lhe fosse inerente, dada a marca que os acompanha, onde se arrolam traços próprios a figuras que assumem posições de mando e poder. E, finalmente, quando menciona os vínculos inquebrantáveis dos Duvignaud com o Pará, completa a idéia de naturalização do poder, fixando o lugar de sua manifestação.

O teor das entrevistas corrobora alguns aspectos enunciados acima, mas deve-se ressaltar algumas diferenças entre o registro escrito e a memória oral. O livro traça a trajetória do grupo familiar desde sua origem francesa até o declínio da família na década de 30 do século XX. Ressalta seu destaque econômico e político através da descrição de carreiras públicas e da participação de membros da família em eventos históricos que marcaram a história do Pará. Dá especial atenção ao Período da Borracha, mostrando uma aproximação da família não apenas com o poder local, mas com o parâmetro maior de civilização da época: o mundo europeu. Não se trata de um registro de memórias pessoais, mas de um resumo histórico da trajetória do grupo. Já os entrevistados se detêm nas características mais visíveis da família, mas não reconstróem sua trajetória. Chegam, no máximo, a abordar aspectos da vida de antepassados próximos: pais, tios e avós. Nenhuma dessas descrições – e nem mesmo as que

aparecem no livro – traz à tona um herói conformador das características do grupo, como acontece com os Albuquerque. Enquanto as histórias desses últimos assumem um caráter moral, com um personagem símbolo sintetizando características que definem e orientam o grupo, as memórias dos Duvignaud têm a marca da saudade. Ambas apresentam um caráter lendário, que, no caso dos Albuquerque, se constrói especialmente em torno de um homem, e para os Duvignaud, em torno de uma época. A saudade volta-se para a chamada Era da Borracha, a qual, se já é destaque no livro, transforma-se praticamente no foco único de atenção dos depoimentos orais. É daí que extraem as principais características da família, quase todas relacionadas com uma aproximação com a Europa. Destacam o caráter cosmopolita de seus antepassados, sendo mencionadas as constantes viagens à Europa – incluindo longas estadias -, os estudos lá realizados, o domínio de vários idiomas, o exercício da diplomacia, hábitos europeus incorporados ao cotidiano e as influências estéticas absorvidas, que iam dos trajes às habitações, nesse último caso definindo não só o estilo arquitetônico, mas também os elementos decorativos do interior e exterior. Resumo no quadro a seguir as características associadas a cada grupo familiar.

Quadro 2

Os emblemas da tradição entre os Albuquerque e os Duvignaud

Os Albuquerque	Os Duvignaud
<p>Origens: remete a raízes europeias ibéricas, já que os antepassados mais remotos são descritos como oriundos de Portugal e Espanha. Destaque à ascendência nobre e a atuações heróicas de antepassados em eventos históricos de defesa do solo português ou brasileiro. O levantamento das origens mistura a descrição de antepassados próximos e personagens remotos, onde a relação de parentesco é afirmada com base no nome em comum.</p>	<p>Origens: destaque para a ascendência francesa, para as posses e os títulos nobiliárquicos de seus antepassados mais remotos. A reconstituição histórica também mistura genealogia possível de ser comprovada com elementos de suposição baseados no nome e em levantamentos nobiliárquicos feitos em outra época. A nobreza se reveste de aspectos fantasiosos, com a menção a um castelo francês lendariamente associado aos Duvignaud.</p>
<p>A memória familiar enfatiza as raízes nordestinas, a abundância de recursos que circundava a oligarquia canavieira e a posição da família no centro do poder. Em termos mais recentes, enfatiza a reconstrução do nome de família a partir da consolidação das carreiras públicas de seus descendentes no Pará.</p>	<p>A memória familiar enfatiza o poder político, a riqueza e a nobreza que cercava o grupo, centrando sua atenção no período de maior destaque dos Duvignaud: a Época da Borracha. O livro de família mostra como sua trajetória se mistura à própria história do Pará, onde seus membros assumiram posições no centro do poder.</p>
<p>Destaque para a trajetória de Pedro Albuquerque, antepassado em cuja trajetória se articula o passado oligárquico da família e um presente marcado pela austeridade e pelo mito do homem público.</p>	<p>Destaque para as trajetórias de antepassados que viveram o Ciclo da Borracha, quando se dá uma aproximação com as origens da família a partir de um “viver na França”, tanto literal quanto pela recriação, nos moldes europeus, do ambiente a sua volta.</p>
<p>Marcas: em termos do passado, as marcas podem ser resumidas na tríade fausto – poder – nobreza. Já em termos mais recentes, a tríade erudição – disciplina – austeridade marca os depoimentos, que também dão ênfase à noção de luta e à capacidade de recompor posições perdidas.</p>	<p>Marcas: enfatiza-se a tríade fausto – poder – nobreza, descrita em cores fortes, saudosistas, e num confronto melancólico com a situação atual dos seus descendentes.</p>

Os entrevistados da família Duvignaud ressaltam as bases sólidas sobre as quais se construiu o nome de família: o destaque na pecuária, assim como no exercício de altas funções públicas, ou seja, o poder econômico e político que garantiu à família uma posição privilegiada. E esses são aspectos que remetem a uma época anterior ao

Ciclo do Látex, embora os proprietários e os políticos citados sejam aqueles mais próximos em termos temporais e consangüíneos.

Enquanto o livro dá bastante destaque aos títulos nobiliárquicos e às origens aristocráticas francesas, os entrevistados – embora não alheios a essa relação original com a França – descrevem a nobreza da família mais em termos de hábitos e de padrões estéticos peculiares à elite paraense durante o fastígio da borracha. Autores como Bassalo (1984) e Sarges (2000, 2002) fizeram abordagens históricas desse período, chamando atenção para a absorção de padrões estéticos e concepções urbanas européias pela elite local. A Amazônia que, desde o período colonial, havia se caracterizado como fornecedora de matérias-primas dentro da ordem regida pelo capitalismo comercial, passou a principal produtora e fornecedora de uma matéria-prima essencial ao capitalismo industrial. Inserida na nova ordem como país periférico, outras relações de dependência serão estabelecidas, desta feita não mais com Lisboa, e sim com os centros hegemônicos do capitalismo mundial: Europa (Inglaterra e França) e Estados Unidos.

Acompanhando a dependência econômica, ocorreu uma subordinação cultural e estética, concretizada na absorção do gosto burguês europeu. Belém e Manaus, maiores centros urbanos regionais, refletem essa aproximação e identificação da elite local com a Europa. A Belle Époque – “[...]materialização diversificada de uma estética de imediata aceitação por parte da burguesia européia” (BASSALO, 1984, s.p) – é, assim, transposta para a Amazônia. E é sobre essa Belém europeizada que falam os Duvignaud em seus depoimentos:

Todos eles foram educados em Paris, a geração do meu pai. Meu avô, que morava em Belém, e era costume, na época, das pessoas ricas de Belém mandarem seus filhos prá Europa, serem educados na Europa. Foi exatamente na Época da Borracha, na época que Belém mais parecia, digamos, uma filial de alguma cidade da Europa, do que uma cidade brasileira. Inclusive, a gente vê muito isso aí, muito exemplo dessa época aí. Então, ela contava que todos eles foram educados na Europa. E que – você imagina! – no princípio do século, esse tio Carlos, que tem o mesmo nome meu – ele nunca quis estudar -, e que ele correu a Europa toda de moto. (Carlos Duvignaud, 41 anos)

Definindo-se como proprietários de terra e partícipes do grupo de poder local, desde a chegada do primeiro membro da família no Pará no século XVIII, esses serão elementos identificadores dos Duvignaud na memória dos seus descendentes. No entanto, o mundo da fazenda, a rotina da atividade econômica desenvolvida, e das casas aí situadas, não são mencionadas. Há uma ausência de descrições das propriedades rurais, enquanto locais de moradia, e as construções das fazendas não são citadas como monumentos do poder familiar.

De acordo com Weinstein (1993), a origem dos latifúndios paraenses, voltados para a pecuária e a agricultura, relaciona-se às sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa durante a fase de colonização. A tendência era que essas propriedades se localizassem próximo à cidade de Belém, facilitando o acesso ao porto e ao principal centro comercial da Amazônia. A zona pecuária instalou-se na Ilha do Marajó, aproveitando os campos e pastagens naturais aí existentes, onde surgiram grandes propriedades exploradas pelos jesuítas. Após sua expulsão, parte dessas terras passaram às mãos de particulares, entre os quais se incluíam os Duvignaud.

Tanto no livro, quanto nas entrevistas, os monumentos e os referenciais citados são urbanos, observando-se no registro iconográfico do livro de Antônio Duvignaud a reprodução de algumas construções que serviram de residência à família e simbolizam o poder econômico e o refinamento de outrora. De um solar de influência portuguesa aos palacetes neoclássicos do início do século XX, são todos construções citadinas. Numa das entrevistas, são feitas menções a três construções emblemáticas de Belém, duas delas erguidas na Época da Borracha, tecendo-se aproximações com as mesmas, já que elas foram construídas ou pertenceram a uma família que uniu-se matrimonialmente aos Duvignaud.

É feita referência ao Grande Hotel, primeiro hotel de luxo de grande porte da cidade, construído durante a Época da Borracha e que, durante décadas, foi um local de encontro da alta sociedade paraense. Foi demolido na década de 70 e, em seu lugar, erguido um hotel da rede Hilton que tem, em algumas de suas dependências, nomes que

lembram a antiga construção, assim como mantém algumas peças de louças e objetos do antigo hotel.

É citado, também, o Cinema Olympia, ainda hoje existente e em funcionamento, inaugurado em 1912 e freqüentado pela elite local, quando ir ao cinema era um acontecimento social. A entrevistada afirma que foi por solicitação da geração de sua avó que a tela do cinema foi posicionada entre as entradas laterais que davam acesso à sala de exibição, invertendo a posição usual, e permitindo aos presentes observar os que chegavam. Recordando a Belém da década de 50 e 60, Mendes (1998) comenta como, por essa época, as sessões dessa sala cinematográfica ainda se traduziam em programa elegante na cidade.

De acordo com Lobato (2001), o Cinema Olympia e o Grande Hotel foram construídos pelos mesmos empreendedores, que eram empresários locais. Separados apenas por uma via, situavam-se no Largo da Pólvora, área da cidade na qual também tinha sido erguido em 1878 o Teatro da Paz, e onde pontilhavam grandes lojas e cafés. A exemplo do que ocorria em importantes centros urbanos da Europa, esse foi o local escolhido para sinalizar o poder burguês, passando a ser “palco do progresso da cidade de Belém e expressão da burguesia em ascensão”(p.9).

Finalmente é lembrada a rocinha, onde hoje funciona o Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emilio Goeldi. O termo rocinha é usado, no Pará, para designar vivendas construídas, ao longo do século XVIII e XIX, em áreas fora do perímetro urbano, e utilizadas pelas famílias da elite local para lazer e descanso. O conjunto incluía a casa, pomar, e mesmo trechos da mata. Com a evolução da cidade, essas vivendas foram incorporadas ao centro ativo e passaram a ser locais de residência permanente (PENTEADO, 1968) . Umhas poucas chegaram até os dias de hoje, como é o caso da rocinha citada .

Centralizando suas memórias na Era da Borracha, os relatos vão evocar um período marcado pela tendência das famílias de grandes proprietários de transferirem seu

local de residência das áreas rurais para a cidade de Belém. No apogeu do ciclo, o maior fluxo de riqueza e a característica exportadora do negócio da borracha transformaram essa cidade no centro da vida política, comercial e cultural do Pará. Belém passou por um vertiginoso crescimento de sua população, ampliação de seus limites, reestruturação de sua concepção urbana, melhoramento dos serviços públicos já existentes, assim como a criação de serviços próprios do mundo moderno (telefone, luz, telégrafo, transporte coletivo, etc.). Sobre a Belém da década de 1890, Weinstein afirma:

A capital se tornara o lugar de residência principal da elite da região, que incluía fazendeiros, grandes seringalistas, comerciantes e profissionais liberais. Ainda que em 1890, a classe alta de Belém se constituísse realmente de apenas quatrocentas famílias, como afirmou um visitante, esse grupo cada vez mais rico estava em excelente situação para exigir e financiar serviços urbanos, indústrias de pequeno porte e casas de varejo. Enquanto isso, os governos municipal e estadual, cujas receitas cresceram espantosamente durante toda a década de 1890, estavam em situação ainda melhor para corresponder a essas demandas, com subvenções, subsídios e concessões (1993, p.105).

Os grandes proprietários mudaram seu lugar de residência principal, diversificaram seus negócios, associaram-se aos comerciantes – inclusive pela via matrimonial – e mergulharam no mundo moderno, cujo parâmetro era dado pela Europa. E foi sob essa influência que absorveram uma nova estética, marcada pelo Art Nouveau, e alteraram o padrão de suas residências criando ambientes especializados e incorporando a ela um novo mobiliário, distante da simplicidade e despojamento da tradição colonial, que havia marcado as residências até então. Alguns desses requintes devem ter chegado às sedes das fazendas, mesmo que elas não fossem mais o lugar principal de moradia. No único comentário feito sobre a sede de uma delas, um informante afirma:

Então, ele gostava tudo dele do bom e do melhor. Prá você ter uma idéia, na fazenda, a história que a mamãe conta – eu realmente não conheci – era que todos os talheres eram de prata, prata importada, etc. Todas as louças eram de porcelana. Papai tinha um cais na fazenda que durou até quase... um sobrinho que ficou com essa parte da fazenda me diz que esse cais, até uns cinco anos atrás, ele existia ainda. E os lençóis de linho... papai sempre foi um homem que gostou desse aspecto, se vestia muito bem, talvez até melhor que a gente. Sempre

uma elegância a toda prova, não só de vestir, como da roupa de dormir, da maneira de se alimentar, etc. E a gente ouvia todas essas histórias. (Carlos Duvignaud, 41 anos)

Práticas que se tornaram comum entre a elite da época surgem na memória dos informantes ao caracterizarem antepassados, ou fazerem descrições de aspectos biográficos dos mesmos. Observa-se a valorização de uma maneira elegante e diferenciada de se vestir, e de um cuidado com a postura e regras de etiqueta, ao qual recorriam não apenas em eventos sociais, mas também no ambiente privado. Hábitos que foram preservados mesmo quando as trajetórias já indicavam um processo de descenso social. Assim, uma informante lembra como aprendeu com a avó os cuidados com a aparência, e como incorporou a preocupação com as reuniões familiares diárias à mesa, dirigidas imponentemente pela avó.

A concretização de uma educação dentro do melhor padrão civilizatório da época fazia-se em dois sentidos: por um lado, buscava-se ostentar uma formação intelectual privilegiada, recorrendo aos estudos e formações realizadas nos grandes centros da Europa. Obviamente, essa era uma opção dada aos elementos masculinos. Por outro lado, as mulheres eram conduzidas a instituições educacionais que lhes garantissem habilidade ou traquejo social, podendo freqüentar colégios femininos na Europa. Tornou-se também usual incorporar à família a figura de uma preceptora, muitas vezes francesa, que respondia pelos cuidados com a educação dos filhos. O informante de fora das duas famílias pesquisadas afirmou que era comum se manterem agregadas em casa. Normalmente, eram moças “de uma classe razoável, acima da pobre”, que costumavam morar com essas famílias, ajudar em afazeres domésticos e a cuidar dos filhos. As que tinham melhor formação ficavam, também, com incumbências educacionais.

Tivemos uma francesa, que ficou agregada muito tempo, e até ajudou a ensinar minhas irmãs. Tínhamos, também, duas mocinhas, que mais tarde acabaram casando [...] ... a família do Malcher tinha a professora Schiwazzappa. Ela era agregada à família Malcher, era uma senhora preparada e ensinava lá. (Luís Alves, 84 anos).⁴

⁴ Margarida Schiwazzappa nasceu em Belém no ano de 1895, devendo o sobrenome ao pai, que era natural da Itália. Destacou-se no cenário cultural da cidade pelo seu trabalho junto ao teatro, à música e ao

Essa busca por uma educação diferenciada perdurou após o fim do Ciclo da Borracha, recorrendo-se, então, não mais às instituições européias – agora inacessíveis -, mas às instituições de ensino do Rio de Janeiro, centro cultural e político do país. Informantes que viveram a juventude na década de 50 e 60 ainda passaram por esse encaminhamento.

As referências à Europa são dominantes, tanto nas entrevistas, quanto no livro, privilegiando sempre a França: os Duvignaud são retratados como originários da nobreza francesa, sua vida na Pará tendo se traduzido sempre em óbvias demonstrações do requinte de sua ascendência, particularmente na Época da Borracha, quando eles são descritos como que, praticamente, retornando às origens: “Minha avó casou-se nababescamente em Paris”, “nas férias eles percorriam a Europa de trem”, “o parente tal tinha casa montada em Paris, e lá nasceram os seus filhos”, “toda a geração de meu pai estudou na Europa”, “minha bisavó vivia em trânsito: Belém-Paris, Paris-Belém”, “todos falavam o francês fluentemente”, etc.

Incorporada à modernidade, ainda que periféricamente, Belém assistiu à ampliação e enriquecimento de sua elite comercial, durante o Ciclo do Látex. Também, os tradicionais proprietários de terra tiveram seu patrimônio alçado a um novo patamar, diversificando seus empreendimentos e associando-se aos comerciantes por duas vias: a matrimonial e a dos negócios. É feita a seguinte observação sobre uma dessas famílias:

[...] haviam se aproveitado amplamente das novas oportunidades financeiras criadas pela expansão da borracha, em princípios da década de 1890, aumentando o ativo da família com uma casa aviadora, uma fábrica de tijolos, um negócio atacadista de produtos farmacêuticos, uma firma de engenharia e arquitetura, a concessão de serviços telefônicos de Belém, um tabelião, e inúmeros cargos públicos (WEINSTEIN, 1993, p. 129).

folclore, participando da criação de vários grupos teatrais, e atuando por vários anos como professora de canto e coral. Estudou música no conservatório Carlos Gomes, sediado em Belém, aperfeiçoando sua formação no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, na época em que o mesmo estava sob a supervisão de Heitor Villa-Lobos. Faleceu em 1968 e hoje em dia empresta seu nome a um teatro em Belém. Essas informações foram extraídas do jornal O Liberal de 10/11/1995 (p.6, caderno 3). Fugindo à regra estabelecida no início desse trabalho, este é o único caso em que o nome citado é verdadeiro.

O crescente fluxo de capitais em Belém enriqueceu sua elite, modificou a feição da cidade e, também, aspectos de sua sociabilidade. A ênfase sobre etiqueta e moda é própria de um mundo onde ver e ser visto adquirem novo grau de importância. Assim como na Época da Borracha ostentava-se as riquezas em saraus e em palacetes residenciais, hoje essas mesmas riquezas são expostas nas memórias familiares. Por trás de cada afirmação aparece o poder econômico familiar, tendo por base o real e o mítico.

Nos depoimentos coletados, as referências às atividades desenvolvidas pelos Duvignaud irão abordar, basicamente, a pecuária, a política e a diplomacia. Já vimos que a primeira delas, embora seja uma marca associada à família, não é descrita em seus aspectos rotineiros. Já a política aparece como uma coroação de sua abastada situação econômica, exercida por “prazer” e “deleite”, como nos disse uma informante, acrescentando que “era uma maneira deles se exibirem, uma maneira deles serem os donos da cidade”. Outra entrevistada enfatiza o caráter quase casual e descompromissado da associação dos Duvignaud com a política, afirmando que o avô, após tornar-se senador da República, abandonou o cargo alegando que “política é para quem não tem vergonha”, e passou a viver no exterior, onde seus filhos estudaram. Não deixa, contudo, de assinalar a proximidade do avô com o poder instituído, afirmando que o primeiro cachorro que sua mãe possuiu foi dado por Campos Sales a ela, quando menina.

Se a política é referida como a coroação de uma situação econômica privilegiada, a diplomacia aparecerá como decorrência da ascendência nobre, do refinamento de hábitos e do caráter cosmopolita dos Duvignaud. Tratava-se, como me foi dito, de uma “profissão honrosa”.

Enfatizarão, recorrentemente e de forma mítica, os mesmos aspectos, resumidos na tríade riqueza-poder-nobreza. O aspecto mítico está em apresentar a família de uma forma ilusiva, que se estende à própria época que é revelada, quando se voltam a descrever o passado. Castro (1995) tratou as narrativas sobre a chamada Era da Borracha como ilusões discursivas ou devaneios sobre um passado, que se pressupõe

anunciador da inserção de Belém na modernidade. Promessa que apaga-se com o fim do ciclo econômico, convertendo-se em saudade e melancolia, ambas reveladoras de desejos de retorno. O devaneio acontece quando esse desejo busca não exatamente o que aconteceu, mas o que se gostaria que tivesse acontecido, revelando o passado através de uma combinação dialética de concretude material e aspectos imaginativos. Para o autor, a verdade material do discurso sobre a época seria, assim, “a união da materialidade histórica dos fatos com os sonhos dos produtores do discurso” (p.16).

Esse discurso apresenta uma grande extensão social, na medida em que os elementos básicos que o compõem⁵ se farão presentes nas diversas falas através das quais se apresenta a cidade de Belém: sejam orais ou escritas, históricas ou artísticas. Nem mesmo o discurso acadêmico crítico, presente em algumas obras da historiografia sobre o Ciclo do Látex, escapará às ilusões de deslumbramento, à saudade e à melancolia. Os que descrevem Belém, independente da forma e do material através do qual se expressem, tendem a expô-la recorrendo a signos do seu apogeu, anunciadores de enormes possibilidades, apenas antevistas, não plenamente realizadas, já que abruptamente interrompidas pela queda do preço da borracha no mercado internacional.

Narradores sucessivos vão se referir à Belém da Borracha da forma como resumiu um membro da família Duvignaud: como se fosse uma filial de uma cidade européia, sendo assim fixado por expressões como a “Francesinha do Norte” ou a “Paris nos Trópicos”(CASTRO, 1995; SARGES, 2000, 2002). Uma cidade que desejou tanto se tornar outra, que seus habitantes, à época do ciclo, incorporaram o francês a sua linguagem cotidiana: anúncios de jornais, remédios, aclamações da platéia em teatro, cumprimentos ao telefone, em tudo isso recorria-se ao francês.

⁵ De acordo com Castro (1995), “os elementos discursivos atuais, digamos dos anos 40 a este fim de século em que estamos, sobre a ‘Era da Borracha’ se baseiam nos seguintes signos, ou melhor, códigos de afluência de signos:

- Idéia de um passado de fausto
- Idéia de um passado ‘modernamente’ civilizado
- Idéia de uma urbanidade delirante e cosmopolita
- Idéia de destruição ágil e impiedosa dos signos anteriores” (p.16).

Quem participava dessa ilusão, que enxergava Belém não como ela própria, mas como uma anunciação da capital do século XIX? Castro (1995) chama atenção para a extensão desses aspectos ilusivos, notando que tanto a elite da época incorporava o mito de uma Belém refinada, como a massa que se situava no pólo oposto, também, emprestava a sua voz para discursos fascinados sobre a modernidade antevista. No entanto, é inegável que os principais símbolos, através dos quais se caracterizou esse momento, eram apanágio de uma elite, que adjetivando-se de alta goma, converteu seus sonhos e a si própria em mito. A memória dos Duvignaud deixa entrever esse mito, não apenas em declarações explícitas, mas em aspectos que se insinuam na forma como trazem o passado à tona, e até mesmo nas omissões.

Nos entrevistados que não possuem um repertório de lembranças biográficas, revelador da trajetória da família, só o mito sobreviveu. Eles se reconhecem como descendentes de um poderoso grupo familiar de outrora, e descrevem as marcas ou os adjetivos que os qualificam e diferenciam.

Já uma informante, conhecedora de aspectos da vida de um amplo grupo de parentes, retrata um estilo de vida onde a riqueza sempre se insinua: nas grandes propriedades rurais que possuíam, na proximidade com o poder, na facilidade com que se deslocavam para a Europa, e na intimidade com esse cenário. No entanto, ela não se detém a descrever a fonte, ou os empreendimentos geradores da fortuna familiar, preferindo reportar episódios burlescos, ou fatos que demonstram o gosto por um bem viver. Em sua descrição, os Duvignaud parecem flutuar acima dos simples mortais, como certos personagens de fábulas infantis, desde sempre ricos, desde sempre reis. São pecuaristas que preferem a vida na Europa à rotina da fazenda, e que estudam nas melhores instituições de ensino para não exercerem a profissão.

Halbwachs (1990) deixa claro o elemento criador presente na memória. As lembranças não trazem de volta o passado, elas o recriam. Os depoimentos colhidos revelam uma incorporação de lembranças alheias ou, em outros termos, uma elaboração sobre a memória de antepassados próximos, diluindo-se muitas vezes os enredos

biográficos, mas permanecendo uma forma característica de pensar os que os antecederam e a si próprios. Vejamos: uma das informantes descreve a avó no comando do ritual à mesa das refeições. Antes de descrever essa cena, ela já havia me dito que a avó tinha sido educada na Europa e me fornecido outros elementos biográficos, assinalando a distinção daquela, mesmo quando os reveses da vida a despojaram de sua fortuna pessoal. Então, o que ela traz à tona não é o retrato cru de uma cena, mas toda a pompa e circunstância que envolveu a vida de uma pessoa central em sua vida, da qual ela se sente herdeira e continuadora.

Os que relatam esse passado, marcado por expressões de grandiosidade, não chegaram a conhecê-lo, senão residualmente. Vivendo em circunstâncias muito distantes, a saudade se insinua no deslumbramento com o havido e no desconforto com a situação atual. Castro faz a seguinte observação sobre as narrações acerca da Época da Borracha:

O que se nota é um discurso coeso a respeito da história, ou melhor, de uma determinada parte da história, no qual subsistem impressões maravilhadas sobre a pretensa opulência do passado e constatações melancólicas da incoerência entre o presente real e esse passado agradável. Subsiste o sentimento de perda, de fracasso, a desilusão. Reverenciam-se os mitos mais opulentos: os palacetes, os espólios nobiliárquicos, as lendas de uma sociedade pretensamente refinada. Enfim, aqueles velhos elementos que se encontram em qualquer discurso social a respeito de velhas oligarquias, o discurso inconcreto que se molda com as sobras do fascínio pelas elites depostas (1995, p. 55-56).

A melancolia que surge do confronto entre a Belém real e a onírica se expressa significativamente entre os descendentes dessa elite. Suas vidas não apenas não espelham mais o que eles foram, ou imaginam ter sido, como também eles se distanciam dos sonhos que a cidade formula sobre seus antepassados. A mágoa e o desconforto produzido por esse distanciamento é explícito em alguns depoimentos, estejam eles falando de si próprios ou de seus familiares. A melancolia surge, então, como “o desejo dos sonhos contrariados”(CASTRO,1995, p.118).

A ênfase sobre os aspectos mais gloriosos de uma época, o esforço de alguns em demarcarem continuidades a partir da naturalização de algumas características da família, seriam o outro lado da melancolia. Enfatizar o já tido – ou já sido -, recriando-o sob formas ilusivas, seria uma forma de atenuar a preponderância das circunstâncias do declínio sobre as do apogeu. A ilusão, o mito, teriam para os Duvignaud a mesma função terapêutica (CASTRO,1995) que os devaneios dos muitos discursadores que se sucederam na tarefa de retratar a Belém da Borracha: procurar escapar – disfarçar, negar – as circunstâncias concretas que cercam o agora.

A origem da melancolia estaria na quebra dos sonhos , ocasionada pelo fim da Época da Borracha. No caso dos Duvignaud, o declínio do grupo familiar não coincide exatamente com o fim do ciclo do látex, já que seus empreendimentos não estavam totalmente associados ao negócio da borracha. Weinstein(1993) assinala que , em meio à crise econômica que levou à quebra de centenas de casas comerciais de Belém e Manaus, os pecuaristas mantiveram uma fonte importante de renda, conseguindo evitar a falência e o esfacelamento de seu patrimônio. Os relatos que colhemos são cheios de referências a parentes que mantiveram um estilo de vida confortável num período posterior ao ciclo. No entanto, está claro que a época que prepondera nas lembranças , quando aludem o poder financeiro ou a vida em grande estilo, é o momento de apogeu da economia gomífera. E mesmo que a decadência não tenha atingido frontalmente os Duvignaud, por essa época, deve ter afetado parte de seus diversificados empreendimentos, assim como alterou a vida econômica e a rotina da cidade. A Era da Borracha cristalizou sonhos que serão recordados e contados às gerações posteriores. Quando aludem as lembranças de uma tia ou de uma avó “recordadora”, o que trazem à tona são sempre as lembranças saudosas da época em que Paris se transformou em território contíguo.

Por fim, embora nenhum dos informantes faça menção explícita ao fim do ciclo econômico, a perda do poder dos Duvignaud se revela nas histórias pessoais dos antepassados imediatos, que viveram a época de apogeu e, posteriormente, experimentaram o declínio econômico e, em alguns casos, a ruína.

**

Indiquei, anteriormente, que os Albuquerque também falam de uma época de ouro, quando tinham fortuna, títulos nobiliárquicos e poder. Um momento pretérito, extinto, mas ainda vivo na memória. Na verdade, a vida deles remete a um duplo apogeu, seguido por um duplo declínio: o da família de senhores de engenho do pai migrante, e o da família de comerciantes, ligada ao negócio da borracha, por parte da mãe. No entanto, após o declínio, eles reordenaram trajetórias, trilharam novos caminhos e conferiram reconhecimento público ao seu nome, numa cidade que não era a de seus antepassados – nem mesmo dos avós maternos. O relato dos momentos altamente favoráveis ao grupo revelará certa melancolia, já que a ruptura com essas circunstâncias rondará a descrição. No entanto, se buscará alívio a essa melancolia na ênfase dada à luta travada por um antepassado, que é central para a nova afirmação familiar.

No relato dos Duvignaud, o declínio do grupo se fará sempre presente, às vezes como um fantasma que assombra sem se corporificar na fala, pois mesmo quando não mencionam a queda, ela estará expressa na própria realidade atual dos entrevistados. Outras vezes, a enunciam claramente ao abordarem a vida de antepassados próximos e os percalços vividos por eles próprios no presente. Aqui, se buscará atenuar o peso dessa queda na volta ao passado, descrito em cores fortes, alegres, como quem descreve uma festa inesquecível.

Lidando diferentemente com a imagem do declínio, as memórias de um e outro grupo apresentam diferenças de ênfase e de tom. Enquanto os Duvignaud enfatizam as glórias de um passado findo, os Albuquerque acentuam a capacidade de se recompor. Nesse último caso, o passado é habilmente trabalhado para consolidar uma nova ascensão. O tom de seus depoimentos é dado pela ênfase ao sacrifício e à disciplina, como elementos redentores, gerando resultados profícuos, senão em termos financeiros, ao menos em termos de consolidação de uma formação exemplar para o exercício profissional, e mais que isso, uma ampla erudição. Denotam, também, uma

rigidez de conduta, dada pela negação de prazeres mundanos e por sua proclamada dedicação aos estudos.

Já a memória dos Duvignaud apresenta maior leveza, apesar da melancolia. Ou talvez por isso mesmo, já que, em sua tentativa de atenuar as circunstâncias da ruptura, eles acabam dedicando-se a um passado permeado de impressões ilusivas. Ao falar dos antepassados, eles citam a existência de filhos naturais, de uniões não formalizadas, de separações, e mencionam, até mesmo, que os membros masculinos da família são avessos ao casamento. Obviamente, esses comentários não são o centro dos depoimentos, e também, em vários trechos, destacam-se os valores morais dos antepassados, especialmente na memória escrita. O que cabe frisar aqui é, tão somente, que o que tem mais peso para marcar a distinção da família são aspectos de uma conduta social, expressa por um refinamento que a aproxima do grande centro civilizador.

Afinal, citar o caso de um parente que viveu em Paris uma paixão que deu origem a filhos naturais, ou um outro que se caracterizou como *bon vivant* ou aventureiro, não afeta uma imagem de distinção, pois essas vivências refletem, um pouco, as excentricidades a que só podem se dar ao luxo os possuidores de fortuna pessoal.

Apesar das diferenças de tom e conteúdo, a memória de ambos os grupos tem como ponto comum a sinalização de uma distinção social. Fazendo parte, nos dias de hoje, dos setores sociais que compõem as camadas médias da população, seus descendentes elaboram através de suas recordações uma diferenciação em termos de *status*, que legitimam através do recurso a uma história apropriada. E é nesse sentido que “inventam uma tradição”.

Hobsbawn (1997), ao tratar do tema das “tradições inventadas”, mostra que elas podem ter um cunho político ou social, ou, ainda, articularem essas duas esferas. A “tradição inventada” de que trato nesse capítulo pode ser pensada como uma tradição social, cuja abordagem ajuda a entender processos de diferenciação internos às classes

sociais. Em outros termos: fornecem indícios de como estabelecemos classificações sociais. Escrevendo sobre as classes médias, esse autor indica como esses setores apresentam historicamente uma dificuldade de forjarem uma identificação grupal subjetiva, preferindo insistir sobre “[...] a atitude negativa de se segregarem de seus inferiores” (1997: 310). A complexidade desse processo é determinada pelo fato da fluidez das fronteiras desse segmento, situado entre a alta burguesia e o operariado, tornar difícil distinguir com clareza os critérios de distinção social.

Remetendo à situação da Europa entre o final do século XIX e o início do século XX, ele afirma que com a instauração da modernidade ocorreu um desgaste dos critérios tradicionais de diferenciação social. Com isso, os grupos que ansiavam por comporem a elite trataram de adaptar e ampliar esses critérios, dando ênfase aos levantamentos genealógicos, à educação escolar e a um estilo de vida apropriado. Parece que um oceano de distância não impediu que procedimentos semelhantes fossem adotados por aqui. O que vimos nas linhas anteriores foi como esses três aspectos foram habilmente trabalhados por essas famílias para comporem a imagem que lhes era conveniente.

IV. A FORÇA DEFINIDORA DO SANGUE E DO NOME

Nesse capítulo abordo alguns aspectos relativos ao tema família, a que fui conduzida pelo material etnográfico que coletei, chamando a atenção para dois pontos em específico: a importância do grupo familiar para definir e situar socialmente meus informantes; e a possibilidade de vislumbrar um modelo de família que funciona como parâmetro de comportamento social, ainda que alguns relatos indiquem um questionamento das normas.

Tendo como objetivo analisar como a memória das duas famílias se construía e os significados nela impressos, procurei orientar as conversas com meus informantes, assim como a leitura dos livros de família, pela seguinte pergunta: o que lembram, conhecem e divulgam sobre o passado familiar? A partir daí foram surgindo a forma como essa memória se estruturava, os significados da distinção associada aos Duvignaud e Albuquerque, e também as imagens relativas ao tema família. Em suma, embora não tenha orientado meu trabalho de campo para uma investigação exclusiva desse último tema, ele permeia todos os dados levantados, pois é ao grupo familiar que se reporta a memória em questão.

**

Tanto o livro de história e genealogia dos Duvignaud, quanto a biografia de um membro da família Albuquerque, revelam a força que o grupo familiar tem para a definição dos indivíduos em nossa sociedade. A família se insere num tema caro à antropologia, o parentesco, que envolve dois aspectos distintos e complementares: consangüinidade (filiação) e afinidade (aliança). É preciso, pois, trilhar os caminhos a que um e outro conduzem para compreender a força do grupo familiar, enquanto instituição de referência.

Tomarei como ponto de partida as reflexões de Abreu Filho (1980, 1981, 1982) sobre o tema, já que esse autor se debruça sobre as categorias que fornecem

sentido ao sistema de parentesco, a partir de uma investigação etnográfica minuciosa. Ainda que esse autor investigue o parentesco no contexto específico de uma cidade do interior de Minas Gerais, pareceu-me apropriado recorrer a ele, na medida em que seu trabalho, ao incidir sobre aspectos simbólicos prevaletentes, está tratando de uma realidade cuja amplitude ultrapassa as fronteiras da cidade, e remete a algumas noções dominante na sociedade brasileira.

Esse autor mostra que o parentesco é um domínio fundamental para a construção da noção de pessoa em nossa sociedade, na medida em que as categorias que fornecem sentido as relações concretas de um grupo de parentes vão articular o indivíduo a uma totalidade que o engloba e o define. Não assume, no entanto, uma perspectiva reducionista, pois não circunscreve a noção de pessoa a uma perspectiva totalizadora, mas trabalha, também, em torno de uma perspectiva individualista, que aparece inclusive em algumas categorias de parentesco, e que se apresenta como uma forma complementar de construção da pessoa. Essas últimas categorias enfatizam a possibilidade “do indivíduo – agente empírico – se destacar de categorias mais amplas, ou se destacar do todo social, e aparecer como indivíduo auto-referenciado” (ABREU FILHO, 1980, p. 4).

A consangüinidade, aspecto intrínseco ao parentesco, remete à idéia de compartilhamento de um mesmo sangue, sendo esse último percebido como um vetor de qualidades físicas e morais. Portanto, a categoria sangue não trata apenas das características físicas, ou seja, da definição do indivíduo enquanto um ser biológico, mas se refere, também, a aspectos morais, que passam a ser substancializados. Através da filiação se estabelece uma relação consangüínea, traduzida como uma linha de continuidade entre diferentes indivíduos que vão compor uma comunidade com características bem definidas. Nesse contexto, assume-se como verdade a possibilidade de se conhecer uma pessoa pelo sangue, e torna-se inconcebível pensar o indivíduo como uma realidade irreduzível.

[...]é difícil pensar o indivíduo biológico como um indivíduo moral sem referi-lo a um todo. Neste caso, é a família que se constitui em unidade básica na medida que engloba o indivíduo. Assim, dadas as propriedades do sangue, é possível conhecer uma pessoa pelo seu sangue, pela sua família. Contudo não é apenas a pessoa que é um produto familiar, mas a cidade é em parte pensada como constituída por famílias hierarquicamente articuladas” (ABREU FILHO,1980, p. 176).

Com essa última frase o autor chama a atenção para a possibilidade que o sangue tem de estabelecer fronteiras. Elas podem ser internas ou externas: separando famílias, distinguindo segmentos dentro de um grupo familiar ou estabelecendo tipificações (“fulano puxou ao tio”) que objetivam explicitar as individualidades subordinando-as a um todo. No caso das distinções entre famílias, ou entre segmentos em seu interior, diferenças de ordem econômica, social e política podem ser naturalizadas e pensadas “como duplicações de outra ordem: da ordem do sangue, da natureza, da moral” (ABREU FILHO,1980, p. 176).

Considero que as publicações feitas pelos Duvignaud e pelos Albuquerque são versões da história familiar legitimadas pelos diversos membros desses grupos, em vista das referências feitas a esse material pelos entrevistados. Considerando essa legitimidade e o caráter sistemático como é apresentada essa história, elas são uma ótima fonte de investigação, tanto da memória do grupo, quanto dos significados por trás de sua divulgação pública. Através de sua leitura percebi a importância do grupo familiar para a definição social dos membros de cada uma delas, ficando claro que falar sobre a família de pertencimento equivale a uma apresentação pessoal.

O livro dos Albuquerque, conforme já indiquei, é uma autobiografia que se inicia pela descrição dos ramos que deram origem aos Albuquerque do Pará e por um relato pessoal sobre o ambiente familiar em que o autor foi criado. O grupo familiar alicerça toda a construção individual que segue, pois pertencer a uma família significa partilhar de uma marca específica que foi atribuída a esse grupo. Desponta aí a noção de

sangue e o compartilhamento de uma substância comum, na forma como abordado por Abreu Filho(1980, 1981, 1982).

No ato de relembrar entra em cena o sentimento de pertencimento e identificação com um grupo, já que, nesse caso, o biografado é o próprio autor da obra. Conforme Bosi: “O grupo é o suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado”(1987, p. 336). Pertencer a um grupo familiar adjetivado positivamente, assegura o valor do indivíduo e dá força à narrativa. Garante a veracidade do fato e a justeza da versão, vista não como mais um ponto de vista, mas como o ponto de vista verdadeiro.

A forma de apresentação do texto tem, portanto, um significado interno, revelador de mensagens importantes que articulam a própria narrativa. Iniciar pelos antepassados nobres não é uma forma natural de começar pelo começo, mas uma maneira de apresentar a si próprio como ser englobado numa unidade maior, e de se engrandecer a partir dela. Vários momentos do texto revelam que o autor participa dessa visão do social, onde o indivíduo aparece englobado pela família, se constituindo essa última no ponto de construção e salvaguarda de valores primordiais da sociedade. Nesse contexto, um comentário sobre a boa ascendência de um indivíduo serve como um aval de sua conduta.

Também no livro sobre a família Duvignaud, o indivíduo é percebido como um ser englobado pela família e que define-se a partir dela. Já mencionei que, ao escrever um livro em que procura traçar a genealogia e a trajetória histórica de sua família, Antônio Duvignaud nega propósitos nobiliárquicos, para em seguida elaborar um texto onde são ressaltados títulos e brasões, e é dado destaque a antepassados ilustres. Nesse ponto, segue a ambigüidade comum aos trabalhos de genealogia que, embora debruçando-se sobre a reconstituição de famílias de elite caracterizadas por sua excepcionalidade histórica e pela sua ascendência nobre, procuram negar intuítos nobiliárquicos. De acordo com Brioschi (1985, p.72), nas genealogias,

A associação família/nobreza é primeiramente negada, na medida em que a primeira persiste enquanto instituição social de primeira importância, e a última encontra-se superada por força das transformações sociais. A distinção entre essas duas contrapartes permite resgatar a importância da família e de sua história de um contexto historicamente superado. Uma vez atingido esse objetivo na argumentação levada a efeito, a idéia de nobreza é sutilmente recuperada e reintroduzida na sua relação com a família, impregnando com a qualidade de casta um segmento social já marcado por hábitos de vida e ascendência reconhecidamente nobres.

A idéia presente em ambos os textos, de que pertencer a uma família significa partilhar de uma substância comum, relaciona-se aos significados que envolvem a noção de consangüinidade. Nos termos de Abreu Filho (1980, 1981, 1982), o sangue transformado em símbolo enuncia que o indivíduo não faz a si próprio, mas é resultado de forças que se localizam no espaço familiar. E o sangue define não apenas o indivíduo, mas caracteriza o próprio grupo familiar, diferenciando-o dos demais e estabelecendo uma hierarquia entre famílias.

Mas, as caracterizações via sangue, embora possam ser vistas como “fronteiras que separam famílias diferentes” (ABREU FILHO, 1981, p. 137), nem sempre conduzem a uma hierarquização entre elas; podem assinalar identidades familiares. É nesse sentido que interpreto colocações como a de uma das entrevistadas, que caracterizou sua família pela afobação e pelo espírito gozador. E mesmo famílias que estariam próximas em termos de uma hierarquia social podem ser definidas por marcas diferentes. Assim, enquanto os Duvignaud são caracterizados pelos informantes a partir de um suposto refinamento e de um espírito cosmopolita, os Albuquerque forjam uma identidade de si próprios como intelectuais, com talento especial para as letras.

Uma outra categoria importante dentro das representações de parentesco é o nome de família. Dentro da sociedade brasileira a noção de sangue, remetendo à consangüinidade afirma a bilateralidade do sistema de parentesco, ou seja, na formação do indivíduo somam-se as contribuições pela linha materna e paterna. No entanto, quando pensamos em como se dá a transmissão do nome de família, fica claro a

afirmação de uma tendência patrilinear. Abreu Filho (1980, 1981, 1982) distingue entre sobrenome e nome de família. Na formação do primeiro há uma bilateralidade já que ele se compõe pela junção de dois nomes de família : o materno e o paterno. No entanto, ele é efêmero, seu tempo é o de duração do núcleo familiar. Já o nome de família possui uma existência mais extensa que será definida pela continuidade de uma descendência masculina que responderá por sua transmissão. Nome de família e sobrenome apresentam, assim, dimensões temporais distintas. “Enquanto o sobrenome remete mais para o presente, o nome de família remete para a história, para a tradição familiar” (ABREU FILHO, 1982, p. 101).

O nome de família funciona como um tradutor das qualidades do sangue para o contexto das relações sociais e, por isso, ele mapeia as famílias a partir de critérios morais, sociais, econômicos, de cor da pele, regras de higiene, etc, estabelecendo fronteiras simbólicas entre elas. Assim, a situação da família e sua história passam por uma avaliação a partir de critérios que são naturalizados, porque são encarados como qualidades transmitidas pelo sangue. Por considerar tanto a história quanto a situação presente, essa avaliação do nome de família é contínua: a trajetória do grupo poderá reforçar avaliações anteriores ou alterá-las, redefinindo a sua posição dentro de um mapa sócio-moral. Os livros que retratam a trajetória do grupo familiar são, assim, elementos de divulgação de qualidades que as caracterizam, ajudando a consolidar avaliações públicas.

Esse espaço aberto à mudança mostra que a categoria nome comporta dois aspectos distintos: por um lado, correlaciona-se com a noção de sangue e, portanto, aparece como algo herdado. Por outro lado, permite uma ênfase sobre a construção, destacando o papel do indivíduo. Abreu Filho (1981, p.142) explica essa complexidade da seguinte forma:

Ocorre que o nome, ao traduzir o sangue para um contexto social, coloca-o em avaliação sob um novo prisma. Este introduz uma diferença fundamental: o sangue é um vetor de diversas possibilidades

enquanto o nome, de certa forma, é uma cristalização social dessas possibilidades que devem ser permanentemente atualizadas”.

O nome de um indivíduo, enquanto honra individual, está intimamente ligado ao nome de família, circunscrevendo possibilidades. Mas cabe a ele a “luta para não contaminá-lo, para não perdê-lo” (ABREU FILHO, 1981, p.142). Essa delimitação de possibilidades por parte do nome de família aparece na fala dos informantes. Um deles afirma que a tradição associada ao seu nome de família leva a uma projeção, a um certo destaque do indivíduo, o que pode gerar facilidades. Mas fala também que sua associação com o conservadorismo e uma alta posição social pode fechar portas, ao invés de abri-las, se no ambiente predominar uma retórica diferente, mesmo que o indivíduo não se adeqüe à imagem criada. Isso faz sentido quando se pensa que “o indivíduo, antes de representar a si mesmo, representa um nome, uma família” (ABREU FILHO, 1981, p. 142).

Essa carga definidora que acompanha o nome de família ajuda a entender, também, o constrangimento gerado pela distância social entre a realidade atual de alguns dos entrevistados da família Duvignaud e o passado de fausto e poder. Formula-se um sentimento de inadequação que, na opinião de uma das entrevistadas, favorece o esquecimento. Sobre esse nome de família temos o seguinte depoimento:

Atrapalha, muita vezes atrapalha. Porque a família *Duvignaud* foi uma família que, além de ser tradicional, era uma família de poder e de dinheiro. E o meu pai perdeu muito dinheiro, perdeu o que tinha. Quer dizer, hoje o que nós temos é fruto de nosso trabalho, e também de alguma coisa que eu tenho deixada pelo meu pai. Não fortunas, mas alguma coisa pra sobreviver. Então, de uma certa forma, atrapalha, porque quando as pessoas vêem *Duvignaud* elas imaginam logo: ‘puxa, uma família tradicional, tem dinheiro, tal’, sabe? E isso de uma certa forma...às vezes, eu digo: ‘eu não quero mais *Duvignaud*, vou colocar *Antunes* [*sobrenome da mãe*] sabe? Isso atrapalha bastante! (Sílvia Duvignaud, 37 anos)

Apesar da antigüidade da história dos Duvignaud no Pará, de sua proeminência como membros de uma elite fundiária que foi a maior expressão do poder local da Colônia até o início da República, esta família encontra-se hoje não apenas

esvaziada de poder político e econômico, mas assiste à diluição de muitos de seus recursos simbólicos. Faltam as bases de apoio à tradição: as relações próximas de um grupo de parentes confrontando entre si o passado familiar, trajetórias individuais reforçando as marcas da família no âmbito público e privado, ou mesmo a invenção de uma nova tradição. Afinal, não foi isso que fizeram os Albuquerque? Eles elaboraram um discurso onde a ruptura representada pelo declínio financeiro da família no nordeste ofereceu, também, os elementos que iriam forjar a lenda em torno do fundador da família no Pará. O estabelecimento de carreiras públicas proeminentes pelos Albuquerque se fez, no Pará, ao longo de todo o século XX, tendo por referência a trajetória desse ascendente, e, por isso mesmo, seguindo uma linha próxima de desenvolvimento, que abrangeu gerações distintas, e garantiu visibilidade pública à família. Com isso se criou uma nova tradição que acabou por fazer com que eles fossem visualizados como uma família tradicional também no Pará.

Abreu Filho (1980) diz que, enquanto a ênfase no sangue tende a ser dominante nas famílias que estão instaladas há muito tempo na cidade, e que se vêem como tradicionais, a noção de luta predomina em meio aqueles que não têm um nome de família consolidado. Sendo uma família recente no Pará, mas tendo ao mesmo tempo uma trajetória de destaque no seu local de origem, os Albuquerque trabalharam ambos os aspectos. Por um lado, tiveram sua inserção favorecida por parentes que já estavam aqui instalados, pelos caminhos institucionais trilhados por Pedro Albuquerque e seu pai, que estavam em consonância com o que era considerado legítimo e adequado a um homem público, e por poderem remeter sua trajetória pessoal a uma família com um passado de destaque. No entanto, a ênfase da memória familiar sobre a trajetória de Pedro Albuquerque assinala a importância da luta para a feitura de um nome.

Considerando os aspectos complementares da categoria nome (transmissão/construção), pode-se dizer que se o passado, a tradição que o envolve, tem um peso, isso não parece ser suficiente para manter o seu significado. Pode-se dizer, então, que os recursos simbólicos, como qualquer patrimônio, requerem trabalho contínuo e investimento para se manterem atuantes. Não se pode viver do passado, mas

é preciso retomá-lo no presente, reforçando-o através do brilho de trajetórias individuais. Tendo se diluído o patrimônio fundiário que, ao longo de várias gerações e períodos históricos foi a marca dos Duvignaud; não havendo mais entre seus pares figuras proeminentes na política; e não sendo elaborado no presente uma nova tradição, a tendência parece ser a de contínuo esvaziamento dos significados a que remetem esse nome de família.

A importância das relações de afinidade, ou seja, das alianças tecidas com outros grupos familiares, pode ser dimensionada através do peso das relações consanguíneas, já que as relações de filiação partem de um casal, que pode ser composto pela junção de dois grupos distintos. Como tanto o sangue do pai quanto da mãe participam da formação de um indivíduo, a escolha do cônjuge será central na definição da descendência. Conforme mencionado acima, o sangue circunscreve possibilidades que podem ou não ser confirmadas pelos indivíduos ou pelos grupos de parentesco. Assim, não só o sangue, mas as trajetórias e o ambiente familiar são aspectos considerados na definição de futuros cônjuges.

A importância dos afins está claramente colocada na memória familiar dos Albuquerque e dos Duvignaud, pois embora a ênfase dos depoimentos recaia sobre os parentes consanguíneos, a citação dos afins serve para corroborar a imagem formulada sobre cada uma das famílias. A citação, com destaque, de alguns afins nos livros de família chama a atenção para o seguinte fato: os elementos masculinos é que são o alvo de comentários, merecendo menção mais detalhada apenas aqueles que se destacaram em termos públicos, através de uma trajetória profissional de sucesso. Isso mostra a importância dada às relações de afinidade na definição do caráter intrínseco à família, ao mesmo tempo que indica a existência de uma segmentação interna ao grupo, por priorizar alguns parentes afins em detrimento de outros, inclusive de consanguíneos.

Um outro aspecto que fica evidenciado nesses textos é o ocultamento da figura feminina, ou sua apreciação apenas em termos morais. Serão as trajetórias masculinas, em suas associações com o poder e com a vida pública que irão caracterizar

a distinção associada ao grupo familiar. Nesse ponto, os livros de família se aproximam de um modelo familiar que distingue campos específicos de atuação para o gênero feminino(esfera do privado) e masculino(esfera pública), e que surge como uma referência básica da forma assumida pelas relações familiares no Brasil. Foi Gilberto Freyre (1995) quem pensou por primeiro esse modelo, adjetivando-o de patriarcal. Nas décadas subseqüentes, sociólogos, antropólogos e historiadores realizaram estudos diversos, questionando sua validade para retratar a realidade brasileira. Em geral, esse questionamento tem incidido sobre sua abrangência em termos geográfico, histórico e de diferentes segmentos sociais. Em suma, o que esses autores fazem é “[...]uma relativização do modelo gilbertiano que o transformaria numa crônica de algumas famílias recifenses e um mito para o restante do Brasil colonial”(ALMEIDA et al., 1987, p. 14). Alguns autores, entretanto, têm feito outra leitura desse modelo, interpretando o perfil de família patriarcal traçado por Gilberto Freyre como uma construção ideológica.

Tal perspectiva não interpreta o modelo enquanto uma realidade demonstrável a partir da organização familiar, mas enquanto ética que envolve o conjunto de suas relações. O modelo gilbertiano funciona assim como um critério, como medida de valor para a vida familiar e para as pessoas nela envolvidas (ALMEIDA et al., 1987, p. 15).

O aspecto básico da família patriarcal é a existência de uma rede de relações hierárquicas, que têm como centro da autoridade a figura do *Pater Familias*. “Este é o centro que submete à sua autoridade, hierarquizando abaixo de si, um vasto grupo de parentes, escravos e a massa de seus exércitos privados”(ABREU FILHO, 1980, p. 33). Autores como Abreu Filho(1980) e Angela Mendes de Almeida (1987) vão buscar na antigüidade clássica a origem do significado de família como um grupo que se define pelo sentimento de pertencimento a um mesmo proprietário. A família patriarcal imortalizada por Gilberto Freyre incorporaria, portanto, uma noção de raízes remotas, e sua aceitação e permanência enquanto modelo ideológico representativo da realidade brasileira estaria na sua capacidade de incorporar a lógica que rege as relações familiares, conseguindo inclusive harmonizar suas contradições. A validade desse modelo não estaria na sua extensão do ponto de vista empírico, já que ele não retrataria a realidade tal como ela é, mas sim como ela é pensada.

O conteúdo dos argumentos de Freyre permite que se conceba seu modelo como uma representação de família enquanto um grupo estruturado numa hierarquia, que embora forte – “todo mundo conhece seu lugar” -, está a cada momento sendo subvertida, real ou aparentemente, por força de favores entre as pessoas hierarquizadas. Isto permite que pensemos o modelo de família patriarcal como uma estrutura de relações entre desiguais: pais e filhos, homem e mulher, branco e negro, senhor e escravo, senhor e agregado e assim por diante (ALMEIDA et al., 1987, p. 16).

As principais características desse modelo são a preeminência masculina e a visão da família patriarcal como uma unidade capaz de articular, integrar e controlar amplas parcelas da população a ela vinculada. A preeminência masculina se revelaria no caráter patrilinear da transmissão do nome de família, na distinção de esferas de atuação específica para homens e mulheres, delimitando a atuação feminina à esfera do doméstico e do privado, e designando ao homem o mundo público. A posição de controle masculina também é indicada pela existência de uma dupla moral sexual, que estabelece o recato e a castidade como parte das obrigações femininas, enquanto libera os homens para todas as relações sexuais possíveis.

Os desdobramentos históricos que levam dessa família patriarcal rural à família conjugal moderna são pensados como tendo por resultado uma simplificação das funções do grupo familiar. Essa família conjugal é um modelo inspirado na família nuclear burguesa, que sofre adaptações diversas para adequar-se a uma realidade bem distinta do mundo burguês europeu onde ela havia sido gestada. Um ponto fundamental, no entanto, é que essa família permanece patriarcal, no sentido de ser dominada por um sentido de hierarquia que mantém o controle nas mãos do pai, restando a mulher adquirir expressividade na esfera do privado. De acordo com Abreu Filho (1980, 1981, 1982), em geral a moralidade feminina é associada ao bom desempenho dos papéis de mãe e esposa, o que restringe a possibilidade da mulher individualizar-se já que ela aparece sempre englobada pela família, e definida pelo pai ou marido.

No que diz respeito aos dois grupos familiares que estudei, chamaria a atenção para a aproximação que a imagem de família elaborada nos livros de memória e

histórias familiares têm com os valores familiares ressaltados por Gilberto Freyre. Procurando retratar uma realidade em consonância com um modelo familiar dominante, esses livros retratam os parentes em termos ideais, definindo a identidade masculina a partir de sua atuação no mundo do trabalho e dando conta de sua moralidade pela avaliação de sua conduta em termos das relações públicas. Nesse sentido, também fica fácil compreender que em alguns depoimentos prestados pelos Duvignaud, faça-se menção a filhos naturais, ou a uma certa dificuldade de seus membros masculinos em manterem-se monogâmicos. Obviamente essas são falhas desculpáveis em se tratando de parentes homens, mas inadmissíveis dentro de um padrão de conduta feminino.

É interessante notar, no entanto, que o obscurecimento da figura feminina não é a marca de todos os depoimentos. No caso dos Duvignaud, a entrevista concedida por duas descendentes revela um mundo feminino, que tem como figura central uma ascendente direta – mãe e avó das entrevistadas – que é descrita como uma mulher forte e articuladora de relações. Enquanto no universo investigado por Abreu Filho (1980) a individualização feminina aparece associada ao rompimento dos papéis de mãe e esposa, e se vincula com processos de acusação e desvio, uma situação distinta foi vivenciada por essa descendente da família Duvignaud. A sua condição inicial de viúva e, em seguida, um segundo casamento com um homem de uma família que não tinha o destaque social dos Duvignaud parecem ter-se associado a sua habilidade específica para trabalhar relações e criar um destaque em torno de sua figura, desatrelando-a parcialmente de seu marido. Do ponto de vista externo – para fora do grupo familiar – acredito que o ponto de apoio para a construção de seu destaque social estava na sua habilidade para trabalhar com as representações em torno do seu nome de família, exercendo funções chaves dentro do mundo da filantropia e tornando-se figura de destaque das colunas sociais. Assim, ela destaca-se não por desviar-se de um padrão adequado de comportamento feminino, mas por tornar-se uma fiel representante da imagem criada em torno de sua família.

Acredito que os dados abordados acima deixam claro a importância da família de pertencimento para a definição social dos indivíduos no contexto da cidade de Belém. Gostaria de concluir a abordagem desse tema pela menção de que essa força definidora pode ser vivenciada de forma distinta pelos membros de uma mesma família. Os depoimentos fornecidos pelos netos de Pedro Albuquerque mostram os cerceamentos de práticas e condutas consideradas inadequadas ao nome de família. Do lado da família Duvignaud, há declaração de desconforto pelo desencontro entre a imagem de família e a situação atual de alguns entrevistados, assim como a observação de que essa imagem tanto abre portas quanto delimita possibilidades em vista de sua associação com uma postura conservadora. Sob esse aspecto, a saída da cidade gera a possibilidade de criar um afastamento, atenuando essas delimitações e permitindo vivências diferenciadas, que são avaliadas sob uma ótica individualizadora.

[...] eu era uma pessoa muito alienada, era uma pessoa assim muito... fui criada pra ser uma pessoa muito certinha, muito cheia de tradições e tal. E quando eu me afastei, no Rio, quando eu fui pro Rio, eu comecei a ter uma vida totalmente diferente. Então, eu lia mais no Rio, tá? Eu passei a ter uma vida afastada das badalações de Belém, de coisas que eu estava acostumada a viver. É, no Rio de Janeiro, eu era assim uma na multidão, uma pessoa que não era conhecida lá.[...] Então, no Rio de Janeiro foi muito mais importante pra mim, pra minha vida, porque lá que eu comecei a me descobrir, que eu comecei a ser eu mesma. (Sílvia Duvignaud, 37 anos)

A trajetória de alguns membros dessas famílias parece, por outro lado, adequar-se perfeitamente a uma imagem criada em torno da família, servindo para reforçá-la. Pedro Albuquerque e seus filhos exemplificam essa possibilidade, assim como o percurso de vida de Tereza Duvignaud. Independente do nível de conflitos vivenciados, o fato é que a transmissão de valores e orientações de condutas surge como um ponto fundamental na memória familiar, indicando a importância de uma ideologia familiar para a manutenção de posições adquiridas, ou para conferir legitimidade a elas.

Eu acho que, normalmente, o *Duvignaud* tem que estar liderando alguma coisa. Quer dizer, eu não suportaria estar numa direção de uma empresa dessa, direção daquilo, se não fosse num cargo de mando [...] Eu creio que não há uma transmissão direta, não é? Não há

efetivamente nenhuma transmissão: “ ó, você tem que saber liderar, e liderar e tal e coisa”. Mas, talvez até pelos exemplos, pela influência dos outros, você acaba sentindo isso e acaba procedendo assim. (Adriano Duvignaud, 47 anos)

Posso concluir pela afirmação de que a identidade familiar implica num trabalho de convencimento ou de aceitação de uma imagem, tanto do público externo, quanto de seus próprios membros. Nesse ponto, trabalhar a auto-estima, dando conhecimento das raízes familiares e repassando uma ideologia familiar, é um ponto crucial para a manutenção das famílias em posição de destaque, embora não seja em si suficiente. Alterações na extensão de uma memória familiar, denotando situações de esquecimento, parecem acompanhar mudanças em termos da vivência concreta, mostrando que esse passado já não se articula tão harmoniosamente com a existência atual da família.

V. FECHANDO O CÍRCULO: A MEMÓRIA QUE REMETE A UMA CERTA HISTÓRIA

Pollack (1989) evidencia a ponte que as memórias tecem entre o ontem e o hoje utilizando a imagem de um passado que é trazido à tona nas cores que lhe são dadas pelo presente. A abordagem que procurei fazer nesse trabalho parte desse pressuposto, já enunciado por Maurice Halbwachs (1990), buscando nas memórias familiares caminhos para entender o presente. O que me perguntei desde o início foi como o adjetivo tradicional havia sido forjado e associado a certas famílias, fornecendo uma etiqueta social. Resta enfocar, ainda, como se viabiliza a aceitação dessa imagem pela sociedade envolvente.

Acredito ter ficado claro que não pretendi fazer da reconstituição de trajetórias, individuais e de grupos, meu ponto de chegada, e sim meu ponto de partida. Coletando recordações ou me debruçando sobre as memórias já escritas, procurei entender os significados assumidos por essas recordações na definição de uma imagem do grupo. Inspirada, ainda, pelas lições de Halbwachs (1990), encarei a herança memorialista de cada uma das famílias estudadas como uma construção onde indivíduo e sociedade desempenham cada qual seu papel para que ela se efetive. O ritmo das lembranças, os lapsos do discurso – resultantes do ocultamento ou do esquecimento –, a extensão temporal percorrida e o teor básico dessas recordações foram aspectos que procurei articular tanto à trajetória do grupo, como a traços específicos de vidas particulares.

No enfoque sobre o indivíduo não assumi uma perspectiva introspectiva, mas procurei enxergá-lo como um ser social, ponto de confluência e de articulação das perspectivas de diferentes grupos no contexto de uma sociedade complexa. Ao ressaltar o papel dos guardiães da memória, ou as especificidades de falas individuais no interior de um discurso que retrata o grupo, minha intenção era evidenciar o papel que cabe ao indivíduo na arquitetura da memória. Quando destaquei os aspectos uniformes que marcam o que é recordado, gerando um discurso que define a imagem do próprio grupo,

tencionava chamar a atenção ao fato da memória ser um fenômeno que, sem prescindir do indivíduo, o ultrapassa. As recordações que ouvi, li e interpretei são emolduradas por referências definidas socialmente, como tempo e espaço, inserindo a memória de cada indivíduo na memória da coletividade, e permitindo pensá-las como campos de significados. Através delas é possível enxergar os valores que estruturam a vida social, tanto em termos de grupos, como de um contexto social mais amplo. Conquanto as recordações que reuni permitam visualizar duas construções distintas, existem pontos de aproximação que me parecem bastante esclarecedores.

Para uma família se tornar tradicional é requerida uma história, na medida em que tradição diz respeito a um tempo recuado, onde foram sendo forjadas marcas, adjetivos, lastro para futuras gerações. Tomar um sujeito remoto e traçar relações genealógicas com o mesmo torna-se, assim, um recurso fundamental para a criação dessa imagem. Mas não se trata de um sujeito qualquer e sim de personagens marcados por trajetórias históricas excepcionais, que ligados a personagens atuais por laços de sangue aproximam o presente e o passado, dignificando o primeiro pelo segundo.

Essa história precisa ter uma credibilidade e aceitação que ultrapasse os limites do grupo e se estenda aos circundantes, semelhantes ou não, pois só assim ela se tornará parte de um amplo processo de classificação social. Em suma: ser tradicional não significa apenas se ver dessa forma, mas ser encarado como tal pelos outros, pelos de fora do grupo. Nesse ponto, a ideologia do parentesco, especialmente a força dos significados que envolvem a noção de sangue, será fundamental para que essa história seja aceita e incorporada à imagem do grupo. É preciso, no entanto, que o campo de possibilidades circunscrito pelo sangue, seja confirmado socialmente pelas trajetórias atuais de indivíduos específicos e da família como um todo, dando continuidade à construção de um nome que traduz o próprio sangue.

Tanto os Albuquerque quanto os Duvignaud utilizam-se fartamente desse recurso, buscando na ancestralidade, próxima ou remota, verificável ou apenas suposta, a caracterização do próprio grupo. Devo ressaltar, ainda, que as origens de ambas as

famílias são situadas fora do Brasil, mais especificamente na Europa, denotando aproximações que visam retratar essas famílias como elementos civilizadores. Chegamos aqui a um ponto importante: a confluência das imagens formuladas para esses grupos com uma simbologia histórica mais ampla; ponto, aliás, fundamental para a aceitação e fixação daquelas imagens. Para que a história dessas famílias repercutisse e se torna-se, ela própria, um parâmetro para avaliar e adjetivar um grupo social, conferindo-lhe um sinal de distinção, foi fundamental que ela, ao contar aos seus sobre suas origens, se adequasse a uma história maior, referente a uma outra ordem de coletividade, na qual esses próprios grupos se inserem: a nação.

Pollack (1989) introduz o conceito de “trabalho de enquadramento da memória” para referir um trabalho que é feito por membros do grupo – seus historiadores orgânicos- no sentido de consolidar uma história na qual o grupo se reconheça. Ele se pergunta como se viabiliza uma memória coletiva ampla, o que em termos mais abrangentes seria a memória nacional. Considerando a tradição européia do século XIX, onde a nação é considerada a forma mais acabada de grupo, Pollack (1989,1992) procura definir a função do historiador que se volta para a história nacional. Como todo grupo para se constituir como unidade diferenciada, necessariamente, procura forjar os referenciais que o definem, ele indaga se a função do historiador nesse período não terá consistido, em grande parte, em realizar esse enquadramento com vistas à formação de uma história nacional. Fenômeno este que “é mais claramente acentuado em países cuja unificação nacional se deu tardiamente, e onde a ciência histórica tinha uma tarefa de unificação e manutenção da unidade” (POLLACK, 1992, p.206).

O “enquadramento da memória” não pode ser equiparado a uma montagem ideológica que visa justificar uma ordem, já que os aspectos envolvidos na formulação da memória são amplos demais, na medida em que ela é um fenômeno fundamental à própria constituição do homem como um ser social. No entanto, se a ideologia não revela todo o processo, ela é um ponto importante a ser considerado numa análise que

busca entender a formação de quadros da memória, pois o fenômeno da memória, enquanto constituinte de um sentimento de identidade, traduz conflitos e disputas que permeiam a formulação e afirmação de certas imagens.

Acredito que é através da consideração do papel das disputas no estabelecimento da memória e identidade dos grupos, entre eles a nação, que posso fazer uma conexão entre a imagem de tradição aplicada aos grupos familiares aqui estudados e a historiografia nacional, pressupondo que as imagens que dominam uma montagem histórica nacional revelam a força de certos grupos nesse cenário. Assim, tentarei fazer uma ponte entre a memória das famílias estudadas e o conteúdo da historiografia oficial, aproximando os temas pelos aspectos ideológicos de que ambos se revestem.

Parto da observação feita por Geraldo Mártires Coelho (1991), na qual ele deixa claro o papel assumido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), enquanto primeira agência nacional responsável pela elaboração de um saber histórico. O Instituto foi fundado em 1838, num momento em que era recente a condição do Brasil como nação independente, e coincidindo com o período conturbado das Regências, “com o espectro da desagregação territorial do país pairando sobre as cabeças dos construtores do Império” (1991, s/p). Nascendo nesse contexto, o IHGB desempenhou uma importante função, intrinsecamente ligada às preocupações políticas e sociais dos gestores da nova ordem. Nos termos do autor:

Tratava-se, essencialmente, de organizar uma associação cultural, tomando-se por modelo o Instituto Histórico da França, que ficasse incumbida de revelar o Brasil, de fazer concreto um país cujas realidades escapavam ao conhecimento e ao domínio dos promotores e gestores do projeto de organização do Estado nacional. (1991, s/p)

De acordo com Coelho (1981, 1991), o IHGB não só foi a primeira corporação acadêmica formuladora de uma historiografia oficial brasileira, como permaneceu sendo a única por cerca de um século, até que as primeiras Faculdades de

Filosofia do Brasil, criadas na década de 30, começassem a apresentar resultados e ganhassem expressividade. Considerando o IHGB, e as instituições de âmbito local pautadas em seu modelo, como o principal centro produtor dessa historiografia, Coelho (1981, 1991) interroga-se sobre a natureza de suas funções, ou seja, sobre as relações que estabelece com as condições concretas da sociedade a que pertencem.

Os quadros da instituição irão apresentar sua atividade como neutra, já que “o exercício intelectual pertenceria à classe das realizações espirituais marcadas pela relação do saber consigo mesmo e pelo seu divórcio dos embates próprios do cotidiano histórico”(COELHO, 1991, s/p). No entanto, um exame da instituição revela o que a ideologia oculta: a aproximação entre as preocupações intelectuais e as preocupações políticas e sociais. Os intelectuais que compunham seus quadros eram oriundos da elite fundiária e, conquanto se considerassem como uma classe autônoma, atuavam, de fato, como intelectuais orgânicos dessa elite (COELHO, 1981).

A realidade histórica do Brasil na primeira metade do século XIX explica a elitização do Instituto: num país recém independente que dá continuidade a uma ordem econômica colonial baseada na propriedade fundiária e no trabalho escravo, o analfabetismo e a alienação são as marcas definidoras da vida social da grande maioria da população, fazendo com que a atividade intelectual se circunscrevesse a reduzidos círculos de letrados.

Tendo em vista o seu caráter ideológico, a historiografia oficial apresentará a história do país sob o olhar da elite que a forja, relatando e justificando sua ascensão, e fortalecendo, portanto, sua visão de mundo. O caráter ideológico, associado ao fato dos intelectuais que se constituíram como historiadores oficiais não terem, via de regra, uma formação teórica e metodológica, levou a que tal conhecimento refletisse uma visão histórica, marcada por esse autodidatismo, onde prevalecia a idéia de “a História caminha em função do indivíduo – a liderança política – e não das forças dinâmicas do processo social como um todo” (COELHO, 1981, p.11).

Episódica, factual e biográfica, essa história será o relato dos feitos dos “grandes personagens” - sempre elementos da classe dominante – e deverá servir de orientação à ação das novas gerações, denotando, assim, o seu caráter pragmático. Abreu (1996) afirma que a produção intelectual do Instituto reflete um momento de passagem entre uma visão antiga e uma visão moderna de pensar a história, incorporando aspectos de ambas. Acompanhando uma visão moderna, almejava-se construir uma história linear que articulasse passado, presente e futuro dentro de uma perspectiva evolucionista, e nesse ponto as modernas nações européias eram um referencial fundamental. As aproximações entre o Brasil e a civilização portuguesa serão centrais para pensar a história da nação brasileira, atrelando-a a um ideal civilizatório que se completava pelo expurgo de negros e índios dessa narrativa.

Sob essa perspectiva, a nação é uma construção do Estado e da Coroa. O papel da nobreza e do exército são ressaltados. Além disso, algumas pessoas são eleitas como exemplares, paradigmáticas desse modelo de edificação nacional. Biografias de indivíduos singulares ilustram e ensinam sobre a singularidade da nação. [...]Os agentes desse processo formam a galeria dos heróis e pessoas-símbolo da nacionalidade. (ABREU, 1996, p.189-190)

Essa citação já revela, também, uma outra perspectiva, de caráter tradicional, que marcou a produção do IHGB. Trata-se de uma visão clássica que vê a história como mestra da vida. Aqui ela assume um caráter biográfico, procurando através do relato de vivências exemplares, estabelecer um referencial para a atuação das novas gerações.

Se confrontarmos o que foi exposto acima com as versões escritas da memória familiar dos Duvignaud e dos Albuquerque, fica claro uma série de paralelos entre uma e outra. No caso da memória oral, na medida em que ela trata mais de um cotidiano vivido, seja por quem narra, seja por seus antecedentes, o discurso não apresenta a mesma forma, mas preserva mensagens importantes que fazem parte da formalização dessa história familiar através da escrita. No caso dos Albuquerque, as semelhanças entre os dois discursos são bem maiores, como se a escrita apenas fixasse com maiores detalhes biográficos, e apoiada e legitimada por citações de terceiros, uma história que circula entre seus membros. É possível construir um quadro, mostrando as aproximações entre a historiografia oficial, construída no interior do IHGB e das

agências locais que se debruçaram a história regional, e os livros de memória e genealogia que reportam a trajetória das famílias em questão.

Quadro 3

A historiografia oficial e os livros de memória e genealogia

História Oficial	Livros de Memória e Genealogia
<p>Quem são os historiadores oficiais? Os quadros do IHGB e de suas filiais serão formados pela elite letrada do século XIX e décadas iniciais do século XX, oriunda dos grupos econômica e politicamente dominante, e que era minoria numérica num país marcado pelo analfabetismo. Ao escrever a história do Brasil, ou a história regional, relatam, de fato, sua própria ascensão.</p>	<p>Quem são os memorialistas e genealogistas? As famílias que registram sua trajetória histórica e genealógica são aquelas que apresentam uma continuidade histórica em posição de destaque. Alguns de seus membros assumem a tarefa de estabelecer um registro dessa história, fixando, através da escrita, referenciais importantes para a definição de uma imagem de excepcionalidade, que será associada à natureza do próprio grupo e não a circunstâncias históricas.</p>
<p>Ocultamento de perspectiva A historiografia nacional e regional de caráter oficial, ainda que revelando a visão de mundo da elite fundiária, irá apresentar-se como uma construção imparcial do conhecimento histórico.</p>	<p>Ocultamento de propósito Os livros de memória e genealogia conferem legitimidade aos nomes de família, mas procuram ocultar esse fato negando propósitos nobiliárquicos ou ocultando intenções de enaltecimento pessoal e do grupo através de justificativas do valor histórico da obra.</p>
<p>O ideal civilizatório O discurso histórico procura assegurar o <i>status</i> de nação civilizada ao Brasil, realçando suas origens na civilização portuguesa, e ocultando índios e negros desse registro. Com isso a história do Brasil converte-se na história da Coroa, do Estado, do exército e de sua nobreza.</p>	<p>O ideal civilizatório Os livros de memória e genealogia constroem aproximações entre as famílias retratadas e um ideal civilizatório, através do destaque dado às raízes européias da sua ascendência, assim como à sua inserção na nobreza e às suas aproximações com a Coroa.</p>
<p>Personagens e moral da história A historiografia oficial não revela processos, mas centra-se nos grandes personagens construtores dessa história – sempre elementos masculinos oriundos da elite dominante ou por ela cooptados –, assumindo um caráter paradigmático ao tratar enredos biográficos como exemplos de vida. Segue, nesse ponto, uma linha tradicional que vê a história como mestra da vida.</p>	<p>Personagens e moral da história Os personagens destacados da história familiar são os ancestrais masculinos, aproximados aos grandes personagens da historiografia oficial através de referências constantes a citações de historiadores sobre seus feitos e sua trajetória. O destaque dado a eles serve a dois propósitos: realçar a importância histórica da família e transformar esses personagens em referência para as novas gerações, orientando condutas, reforçando-lhes a auto-estima e convencendo-os do papel que lhes cabe a partir de uma aproximação entre nobreza de feitos e nobreza de sangue.</p>

Construindo-se dessa forma, a historiografia oficial da nação brasileira e a memória escrita dessas famílias conjugam-se, transformando a história do Brasil na história dessas famílias, e o percurso dessas últimas em paradigma da trajetória da nação. O que torna possível essa aproximação é o fato dos historiadores oficiais e os guardiães da memória familiar, entendidos aqui como os elementos que realizam o enquadramento da memória desses grupos, compartilharem uma mesma origem e posição social, quando não são as mesmas pessoas. Nas narrativas escritas sobre as famílias Albuquerque e Duvignaud, os dados biográficos de seus membros são pontuados por menções a sua participação nas instituições responsáveis por escrever a história do Brasil, ou em outras agências culturais, cuja criação e existência seguiram um modelo de inspiração próximo ao do IHGB. São instituições onde a origem social tanto vale como um ingresso como é aí legitimada.¹ Excluem-se dessa participação institucional as mulheres dessas famílias, cujas reconstruções mnemônicas, mesmo quando centrais para a manutenção da memória e da imagem do grupo, utilizaram-se, basicamente, de estruturas informais de comunicação.

A história produzida por historiadores do IHGB será consumida, essencialmente, pelos seus pares (COELHO, 1991). O número restrito de letrados, e sua circunscrição aos quadros da elite fundiária, definirá os limites de alcance de sua produção, e fará com que a visão de mundo expressa nessa historiografia se consolide no interior do grupo. Mas como ela chega a grande maioria de iletrados, ou mesmo a outros membros da elite, cuja trajetória de vida não implicava na consecução de empreendimentos intelectuais? É preciso lembrar aqui que as informações históricas e as

¹ A Academia Brasileira de Letras (ABL), e suas recriações a nível local, são exemplos desse tipo de instituição a que me refiro. Seguindo algumas indicações fornecidas por Coelho (1981, 1991) e Marras (2002), é possível traçar alguns paralelos entre a ABL e o IHGB: a inspiração num modelo de instituição francesa, como parte de uma empresa civilizatória que encarava que “um bom nacional seria uma boa cópia de uma França” (MARRAS, 2002, p.267); o espírito elitista e legitimador de posições sociais de ambas as instituições, fazendo da militância nas letras ou na história um investimento social; e o peso da oratória na definição da identidade institucional, com destaque para o papel da fala tanatográfica, fundamental tanto à memória, quanto ao processo de teatralização que definia a sua imagem. Os descendentes das famílias Albuquerque e Duvignaud são autores de obras da historiografia regional produzida dentro dos moldes fixados pelo IHGB, e seus nomes se inscrevem entre os membros – às vezes fundadores – de instituições locais como o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e a Academia Paraense de Letras (APL).

correntes de pensamento presentes na historiografia oficial não se encerram nas publicações escritas, e nem nos exercícios de oratória característicos dessa instituição. Essa montagem histórica, senão em seus detalhes factuais, ao menos – e isso é que é importante – em termos das mensagens que demarcam o espaço social, por certo escapou ao seu encerramento na instituição e tornou-se uma referência ampla. Entender a viabilização desse processo implica em levar em conta as estruturas informais de comunicação, a importância dos monumentos, do calendário oficial de comemorações da nação, do registro do tempo e da história no patrimônio arquitetônico, entre outras inúmeras referências em cima das quais se constrói nossa memória histórica.

Acredito que os elementos em comum entre a historiografia oficial e a memória familiar convergem para um mesmo ponto: o investimento de grupos específicos em certos papéis, transformando num dado natural posições que são construídas socialmente. Na medida em que essa versão se impõe amplamente, ela passa a orientar condutas que servirão para alimentar as imagens que lhe deram origem.

Todo comportamento social é parcialmente determinado pela ideologia, implícita ou manifesta, que os atores atribuem ao próprio papel – à imagem e à estima que têm de si, a força da própria personalidade – e em parte àquela que atribuem ao posto que lhes foi conferido, à imagem que os outros têm deles, às possibilidades oferecidas pelo mundo que os circunda. (BRIOSCHI, 1985, p.23)

Tereza Duvignaud, passando ao largo das agências culturais e acadêmicas a que normalmente se vincularam aqueles que se dedicaram a fazer um registro escrito da história familiar, exerceu exemplarmente o papel que acreditava lhe caber, aproveitando e criando possibilidades a partir da rede das relações familiares, e sugerindo através de sua conduta o espaço diferenciado reservado aos Duvignaud. A isso, por certo, não ficaram indiferentes os de fora de seu círculo de relações mais próximo, já que se tornando uma figura com destaque social, até mesmo pelas funções que exerceu junto a entidades filantrópicas, sua figura ultrapassa os limites do privado, ainda que sem romper com os ditames de uma conduta feminina.

Essa imagem é, portanto, trabalhada frente aos outros, a quem se busca impor uma classificação social, que será definida não apenas por aspectos econômicos, mas por uma miríade de detalhes que assinalam *status* e definem uma relação de autoridade. Ressalto, também, que essa imagem pode continuar sendo trabalhada mesmo quando os personagens passam por rupturas que os afastam, em certa medida, de antigos cenários. É preciso, no entanto, que essa ruptura não seja completa, e que trabalhando em cima de alguns elementos o indivíduo vislumbre a possibilidade de restabelecer alguns fios que o ligavam às circunstâncias passadas.

O fato dos Duvignaud serem identificados como tradicionais, com todo o simbolismo que acompanha esse adjetivo, está estreitamente associado à proximidade entre os referenciais em cima dos quais se constrói a história da família e a história da cidade, ou seja, a certo espírito comum a essas duas construções. Podemos definir esse espírito por um forte saudosismo, por uma nostalgia frente a um passado largamente idealizado. Castro (1995) localiza esse espírito no sebastianismo, na eterna espera pelo retorno de um tempo mítico, imbuído de promessas de modernidade, e plenamente personificado na Era da Borracha. Mas não apenas nela. O teor dos sonhos de modernidade é expresso nas histórias que falam de grandezas antevistas, mas em seguida perdidas, como a que indica que Belém no século XVIII estava sendo preparada para receber a Corte Portuguesa em função das disputas com os espanhóis, presunção que “baseia-se nas grandes e monumentais construções de palácios e igrejas, sobretudo sob a liderança do arquiteto bolonhês Antonio Giuseppe Landi” (MENDES, 1998, p.49).

Os Duvignaud, e outras tantas famílias que compunham a elite da época, são os personagens centrais dessa forma idealizada através da qual, os habitantes de Belém, enxergam sua cidade. Quando os de fora desses grupos realçam o brilho das trajetórias dessas famílias, quando tecem aproximações entre o modo de vida cultivado pela elite paraense à Época da Borracha e os padrões de requinte europeu, estão criando uma imagem através da qual enxergam não apenas àqueles, mas a própria cidade da qual

fazem parte.² Percebe-se, assim, a existência de uma memória coletiva que elabora uma tradição a partir dos símbolos da Belle-Époque: a elite da época, o estilo de vida que ela cultivou e os elementos arquitetônicos que surgem na cidade, associados a essa elite e às novas formas de sociabilidade.

O saudosismo expressa uma resistência ao esquecimento, e mostra a permanência de uma memória construída sob alicerces que resumem a imagem de um grupo social, mas que através de um processo de enquadramento, e pelas relações de força presentes na sociedade, acaba por se instituir como a memória da cidade. Dentro desse contexto podem circular outras memórias, ligadas a tradições que resgatam aspectos culturais e da sociabilidade de outros grupos sociais, mas que permanecem como marginais diante da força de uma orientação dominante. Passam a compor o que Pollack (1989) chama de memórias subterrâneas.

O desacordo entre os símbolos da Belle-Époque e as formas de vida da grande maioria da população que viveu na Belém da Borracha fica claro no acompanhamento feito por Sarges (2002) sobre a implementação de um código de posturas por Antônio Lemos, o político que melhor expressa essa tentativa de criar uma civilização de tom europeizado nos trópicos. Para extirpar “hábitos bárbaros” largamente em uso na cidade, ele adotou novos mecanismos de controle sobre uma população situada fora dos quadros da elite, cerceando inclusive práticas culturais populares, e desencadeando, em alguns casos, uma forte reação.

² Esse engrandecimento de personagens da história de Belém a partir de aproximações com um ideal europeu se faz presente inclusive em obras que se propõem a fazer uma análise crítica desse processo, tal a força desses referenciais no imaginário local. O próprio Castro (1995), elaborando um trabalho acadêmico de desvendamento dessa forma ilusiva de se enxergar a história da cidade, não nega a possibilidade de incorrer nela. Posso fazer a mesma afirmação para esse trabalho. Gostaria de citar um trecho do livro de Bassalo (1984) que me parece bastante elucidativo da forma através da qual os moradores de Belém enxergam a elite de seu passado histórico: “Falando, aliás, sobre os objetos de arte do Palacete Faciola, escreveu Machado Coelho que tais objetos foram adquiridos em Paris e que, no final do século, um antiquário, iludido pelo porte, dinheiro e bom gosto do comprador, tomou-o por um príncipe russo, na época homens que reuniam essas três características apontadas pelo vendedor de antigüidades(1984, s/p).

Apesar da destruição, ou desmontagem, de muitos dos referenciais físicos desse cenário europeizado, e da fragmentação do poder financeiro e político dessa elite – acompanhada pela dispersão de sua presença física -, a ilusão sobre a época acabou fixando-se no imaginário local. Essa memória é revigorada através de ações do poder público, a exemplo das obras de valorização do patrimônio arquitetônico da época, ou de cenários que remetem a outros períodos, mas que trazem imbuído um tom de grandiosidade e de aproximação com a Europa e com a Coroa Portuguesa. Existem, ainda, as iniciativas tomadas dentro da sociedade civil, destacando-se aqui o papel fundamental desempenhado pela imprensa, enquanto disseminadora de imagens frente ao grande público.³

Analisando a memória construída em torno da figura de Antônio Lemos, que como intendente de Belém foi o principal responsável por uma reforma urbana e pela introdução de práticas e serviços pautadas em hábitos europeus, Sarges(2002) mostra como essa memória é manipulada por diferentes agentes e instituições, entre eles políticos em campanhas eleitorais. Assim procedendo, procuram associar sua própria imagem a de um político retratado como eficiente e popular, em suma, um verdadeiro homem público.

Para esclarecer melhor meu ponto de vista sobre como as imagens históricas e familiares se fundem e são transpostas para o cotidiano de forma a definir uma classificação social, proponho um retorno à família Albuquerque e uma mudança de cenário. O pai de Pedro Albuquerque foi sepultado sob o altar da igreja de uma cidade do interior do Rio Grande do Norte, onde existe uma placa indicativa assinalando o fato. É provável que ruas, praças ou prédios públicos dessa mesma localidade levem o seu nome ou de outros ancestrais de Pedro, já que durante várias gerações eles foram a gente importante do lugar. Um descendente de escravos, analfabeto, cujos ancestrais tenham

³ Um exemplo do cultivo dessa memória no âmbito civil é dado pela iniciativa de uma rede de farmácias de Belém que, para associar sua imagem à cidade, criou uma campanha publicitária que permite a sua freguesia adquirir a preços promocionais, louças onde estão estampadas imagens de prédios da Belle-Époque, acompanhados da inscrição “Belém da memória”.

servido nos antigos engenhos dessa família, ao freqüentar essa igreja saberá do fato ali registrado, pois mesmo sem conseguir traduzir a inscrição da placa, receberá a informação através de terceiros. Saberá, também, que esse não é um espaço comum de sepultamento, mas um demarcador da importância desse personagem. Ainda que nunca tenha lido os livros dos historiadores regionais, onde estão relatados os dados biográficos dos membros masculinos da família, é provável que faça uma idéia de seu papel e de sua trajetória pelos discursos ouvidos em praça pública por ocasião de festividades locais. Seu próprio pai, ou quem sabe seu avô, ao recordarem suas vidas evidenciarão, na tecitura dessas lembranças, não só o seu próprio papel de escravos ou de trabalhadores subalternos, mas também o que significava ser um senhor de engenho. Falarão das festas de casamento, de algum confronto político e de episódios diversos onde ficou evidenciada a força dos proprietários rurais, aos quais eles se sentiam vinculados, tendo servido a eles por todo sempre.

As iniciativas públicas podem valorizar trechos, ruas ou prédios que simbolizem o melhor momento econômico vivido pela região, quando a economia açucareira estava em alta, evidenciando, também, as relações entre essas construções e a elite açucareira da época. Assim procedendo, transformam em símbolo daquela localidade elementos arquitetônicos que pertencem mais ao cotidiano de outros grupos sociais, do que aqueles em que toma parte esse descendente de escravos, fazendo-o sentir que a cidade é menos dele do que de outros. Mas pode ser que, pelo fato dele se sentir de alguma forma vinculado a esses personagens e grupos que estão sendo homenageados, sinta-se familiarizado e próximo de tudo aquilo, mesmo ocupando uma posição subalterna nesse quadro. Por fim, ele também terá aprendido, pela observação da postura, do vestuário e, sobretudo, pelas reações alheias, sobre o comportamento que se espera dele, sobre os espaços que lhe são reservados, e sobre aqueles aos quais ele não deve ousar chegar. Constitui-se, assim, um imaginário que reconstrói o poder das elites instaladas. O sepultamento sob o altar torna-se uma imagem inalcançável.

Refletindo, ainda, sobre a situação dos Albuquerque, cabe perguntar como eles conseguiram se impor como tradicionais numa terra distante do cenário onde seus

antepassados foram fixando os referenciais de sua passagem e de sua posição. Entre os aspectos a serem considerados para explicar esse fato eu destacaria dois. O primeiro deles é a aproximação de Pedro Albuquerque com a elite paraense, tendo por base a existência de parentes já instalados no Pará em posições favoráveis e a sua inserção num grupo político. E o segundo é sua formação profissional, ou melhor, sua passagem por uma instituição que era uma referência para os bem nascidos do Pará, a Faculdade de Direito de Recife. Essas linhas de aproximação entre Pedro Albuquerque e a elite local não garantiriam, por si só, o adjetivo de tradicional ao grupo familiar, mas eram possibilidades que ele soube aproveitar como poucos, transformando-as num fato concreto: a afirmação do seu nome de família.

Como essa missão não poderia ser viabilizada por um único indivíduo, mas tinha que ser gerida por um grupo, a família, ele converteu seus filhos em apóstolos a favor dessa causa. Sua trajetória era o parâmetro em que se apoiava o projeto familiar: pobre, mas descendentes de ricos proprietários de terras, e filho de um homem que fazia parte da elite letrada do país, seguiu suas orientações e respondeu positivamente às suas expectativas, através de um trabalho em torno da aquisição de um saber, que se tornaria a marca de uma diferenciação social. O brilho de uma formação retratada como exemplar foi um dos aspectos que ajudaram a compor a imagem dos Albuquerque no Pará, incluindo-se aí tanto Pedro Albuquerque como seus descendentes diretos. Um outro aspecto foi o trabalho em torno de uma rede de relações.

Destaco aqui os vínculos políticos, pois acredito que eles foram um ponto crucial para o acesso a cargos e posições que deram a eles visibilidade pública. Compulsando as informações do livro de família, os depoimentos, e as informações presentes nas pastas da Academia Paraense de Letras, referentes aos imortais da família, ficam claros os caminhos seguidos para se concretizar esse destaque social, incluindo-se aí os grupos com os quais foram tecidas aproximações políticas, e em que momento.

À época de sua chegada no Pará, Pedro Albuquerque vinculou-se ao grupo que detinha um enorme poder na região, tendo como seu líder máximo Antônio Lemos.

Seu cargo como promotor público na cidade de Remanso e sua transferência poucos anos depois para Belém foram frutos dessa aproximação. Considerando que essas relações políticas são sempre marcadas por uma troca, ressaltamos a atitude de Pedro Albuquerque de colocar sua pena a favor de seus aliados, fazendo parte do grupo de letrados que ajudaram a compor a imagem de Antônio Lemos, ao defender seus atos e elaborar ataques à oposição. Sarges (2002) faz uma oportuna menção à associação da elite letrada do Pará aos projetos políticos do intendente, a partir de sua presença no jornal de propriedade daquele, e que era um importante veículo de propaganda de seus atos. Embora essa presença se concretizasse a partir de escritos de assuntos de sua competência – que não eram necessariamente de cunho político – eles seguiam claramente a diretriz de defesa das propostas de Antônio Lemos, contra as argumentações de seus opositores.

O período de agruras enfrentado por ele no período pós-borracha – inclusive a perda do cargo de promotor – está relacionado tanto ao declínio econômico da região como aos reveses sofridos pelo grupo político ao qual se vinculava. Ainda, assim, ele conseguiu manter-se atuante, assumindo sucessivos mandatos de deputado estadual, a partir de novas composições políticas. Sua carreira política sofre uma interrupção com a revolução de 30, sendo retomada posteriormente, por intervenção de seu filho mais velho.

Nesse momento, e já sob a liderança desse filho, a família se aproximará de Magalhães Barata, líder do tenentismo no Pará e chefe político carismático, com enorme prestígio junto às massas. A partir dessa aliança política Pedro Albuquerque e seus filhos cumprem mandatos políticos diversos dentro da função legislativa, indo de vereadores a senadores da República, e chegando à liderança do Estado dentro do executivo. Um outro desdobramento de suas articulações políticas foram os diversos cargos que assumiram à frente de instituições públicas, os quais normalmente se articulavam à sua formação profissional como médicos, engenheiros e advogados.

A trajetória pública dos Albuquerque do Pará apresenta enorme uniformidade, o que deu força às representações que o grupo criou em torno de si. Além das vinculações políticas, e de seus ganhos reais em termos da criação ou facilitação de carreiras, é possível destacar a participação em certas instituições culturais e acadêmicas que se convertem em local privilegiado para os descendentes da família cultivarem sua imagem de bem letrados, oferecendo, também, espaço para a divulgação e legitimação de sua produção literária ou acadêmica, além de serem os locais apropriados para tornarem pública suas origens nobiliárquicas. Destaco aqui a Academia Paraense de Letras (APL), o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e o Conselho Estadual de Cultura, apenas para me ater às instituições locais.

Finalmente, é preciso destacar a força de suas aparições em jornais que, apesar de estar aqui colocada por último, tem de fato um papel central na afirmação do nome de família. Os Albuquerque se transformavam em notícia como políticos, como funcionários públicos em funções chave, como figuras da alta sociedade local e como articulistas desses mesmos periódicos. É possível ter uma idéia da sua presença nos jornais que circulavam na cidade de Belém através dos recortes que se encontram nas pastas da APL, assim como pelos dados biográficos registrados pela instituição, onde está assinalada, como parte importante da carreira dos Albuquerque como escritores, a autoria de inúmeros artigos publicados em diferentes jornais locais que circularam ao longo do século XX, ou mesmo a sua responsabilidade por colunas de caráter permanente.

Conquanto a ênfase dada às raízes nordestinas no cotidiano familiar e no interior de algumas instituições tenha sido essencial para resgatar seu passado nobiliárquico, ela poderia acabar por situá-los na posição de forasteiros. No entanto, a força de sua presença no cenário da cidade, tanto pelos cargos que efetivamente ocuparam, como pelo investimento que fizeram em torno da divulgação de seu nome, acabou por transformá-los em personagens locais. O termo investimento é o que me parece mais apropriado para caracterizar a ação continuamente demandada por Pedro Albuquerque e seus descendentes: a imagem de Aluísio Albuquerque é introduzida no

cenário literário local por um de seus netos, que interfere para publicar um de seus livros; ele também é posto como patrono de uma cadeira da APL que terá como primeiro ocupante seu filho Pedro, membro fundador da instituição. Na coluna de página inteira mantida por um dos filhos de Pedro Albuquerque num jornal da cidade, durante a década de 70 do século XX, a família é notícia rotineira, aparecendo em fotografias históricas como personagens do cenário político de Belém em décadas anteriores, em outras recentes que divulgam sua presença em eventos culturais, em notas de menção ao destaque político e cultural do avô paterno do autor, ou na reprodução de trecho da obra literária do pai ou de um dos filhos. Tudo isso numa coluna que se propunha a ser um retrato de Belém em seus aspectos culturais e históricos.

Os Albuquerque tornaram-se homens públicos locais, construtores da cidade em suas variadas facetas, através de suas ações enquanto ocupantes de cargos públicos e enquanto fração letrada e detentora de um conhecimento técnico e científico dado pelas suas formações profissionais. Incorporaram-se à defesa da cidade e de seu patrimônio, assumindo uma perspectiva cara ao imaginário local, e assim confundiram a sua imagem com esse passado. Dessa forma, resgataram suas ligações históricas com o Pará, pouco trabalhadas enquanto palco de atuação dos Soares de Cabral, seus antecedentes maternos, mas exaustivamente revividas enquanto memórias de um passado próximo, onde Pedro Albuquerque, seus filhos e netos são os personagens principais.

Na primeira entrevista que eu realizei para compor esse trabalho, meu informante foi um dos netos de Pedro Albuquerque. Discreto e cuidadoso, procurou evitar passar a impressão que dava importância à tradição associada à sua família, só usando o adjetivo tradicional depois que eu o fiz, e referindo-se à minha colocação. Taxou o culto em torno dessa tradição como anacrônico, assinalando seu distanciamento frente a essa prática. Pensei, então: será que eu estou iniciando o estudo de um tema bolorento, já desprovido de qualquer importância nesse momento?

A conversa prosseguiu, Ele falou, então, da rigidez e do controle dentro do ambiente familiar, atitude respaldada na história e na imagem que cercava os Albuquerque, resultando na elaboração de um comportamento. Recompôs aspectos da trajetória do avô, em cima dos quais se apoiava o mito familiar, assinalou o peso da família na definição do indivíduo e a presença marcante do elemento masculino nos núcleos familiares iniciados pelos Albuquerque no Pará, exemplificando isso a partir da obediência devotada a Pedro Albuquerque por seus filhos.

Com isso foi retirado o bolor inicialmente colocado sobre o tema. Mas, vamos adiante. Apesar de seu afastamento da cidade – ele havia se mudado de Belém logo após sua formatura, havia cerca de quinze anos, por não suportar o peso dessa tradição -, procurou enfatizar as marcas de distinção da família, assinalando a diferença entre ter dinheiro e ter cultura, mostrando como sua vida incorporava algumas das marcas que caracterizavam o seu grupo familiar. Ou seja, o prosseguimento da conversa deixou claro que o adjetivo tradicional era parte de processos de classificação ainda atuantes, mesmo para aqueles que o encaravam como um pesado fardo e procuravam afastar-se dele. Afastamento que, no caso citado, era apenas parcial.

Retomei essa história na conclusão desse trabalho para enfatizar que o que pretendi aqui, ao mergulhar nessas memórias familiares, foi entender a efetivação de processos culturais e simbólicos que, mesmo quando não assumidos claramente como determinantes da biografia de personagens, nem por isso o deixam de ser. Enfoquei aqui, principalmente, o papel dos membros dessas famílias para a fixação desse adjetivo, mas procurei, também, deixar claro que a imagem de qualquer grupo somente se consolida em função da aceitação que receba dos demais. Entram em ação os aspectos ideológicos, a exemplo da ideologia do parentesco e da ideologia histórica, mas também um trabalho concreto do grupo que, no presente caso, pode ser exemplificado pelas alianças políticas e pelas alianças matrimoniais.

Concluo esse trabalho enfatizando a riqueza da memória para entender a vida social. Não poderia ser de outra forma já que ela é “o substrato inerente à própria

condição humana” (LINS DE BARROS, 1989, p.43). Focalizando os mecanismos de construção da memória, em suas interligações com trajetórias individuais e de grupo, assim como as imagens elaboradas nessas lembranças, procurei mostrar como certos segmentos sociais constróem estratégias de legitimação, consagrando nomes de família. Trata-se de uma adjetivação que se constrói dentro de certas condições e que somente perdura enquanto permanece como um valor tanto para o grupo a que ela se aplica, como para os circundantes que a legitimam com sua aceitação. O trabalho de elaboração de uma representação é dinâmico e contínuo, requerendo atualização para adequar-se aos novos tempos, mas um tema antigo, com ares de antiquado, pode ser recuperado e atualizado ao ser acoplado a temas cujos valores são francamente reconhecidos. Parece ser assim com o adjetivo tradicional, que remete a contextos aparentemente superados, mas que demonstra sua força ao se articular com um tema de inegável valor para nós: a família.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco/ Lapa, 1996.

ABREU FILHO, Ovídio. Raça, sangue e luta: identidade e parentesco em uma cidade do interior. (Dissertação de Mestrado). Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980.

_____. “O parentesco como sistema de representações: um estudo de caso”. In: VELHO, G. ; FIGUEIRA, S. (Org.). Família, psicologia e sociedade. Rio de Janeiro: Campus, 1981, p. 133-150.

_____. “Parentesco e identidade social”. In: Anuário Antropológico/ 80. São Paulo: Editora Tempo Brasileiro, 1982, p. 95-118.

ACEVEDO MARIN, Rosa E. Les classes dominantes au Pará et leurs alliances familiales pendant l'Empire (1823 – 1889). Belém. Mimeo., 1984.

_____. “Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX”. In: Estudos Econômicos. São Paulo, 15 (Número Especial), 1985, p. 153-167.

ALMEIDA, Angela Mendes et al. “Introdução”. In: Pensando a família no Brasil; da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ UFRRJ, 1987, p.13-21.

ALMEIDA, Angela Mendes. “Notas sobre a família no Brasil”. In: Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ UFRRJ, 1987, p.53-66.

BASSALO, Célia Coelho. O “Art Nouveau” em Belém. Belém: FUNARTE/SECDET/UFPA, 1984.

BORNHEIM, Gerd. “O conceito de tradição”. In: BOSI, Alfredo et al. Tradição Contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ Funarte, 1997, p. 13-29.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos. São Paulo: T.A. Queiroz/ EDUSP, 1987.

BRIOSCHI, Lucila Reis. Família e Genealogia: quatro gerações de uma grande família do sudeste brasileiro (1758 – 1850). (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, 1985.

CASTRO, Fábio Fonseca H. A Cidade Sebastiana: Era da Borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, 1995.

COELHO, Geraldo Mártires. História e ideologia: o IHGB e a República (1889-1891). Belém: Editora Universitária - UFPA, 1981.

_____. Rito e Memória. Belém: Editora Universitária - UFPA, 1991.

CORRÊA, Mariza. “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”. In: ARANTES, Antonio Augusto et al. Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994, p. 15-42.

DAOU, Ana Maria. A Belle Époque Amazônica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DURKHEIM, Émile. As Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Paulinas, 1989.

FORTES, Meyer. O ciclo de desenvolvimento grupo doméstico. Brasília: Universidade de Brasília (Textos de Aula, Antropologia, 6), 1958.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala; Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1995.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSAWN, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições” e “A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914”. In: HOBBSAWN, E. e RANGER, T. (Org.) A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-23/ 271-316.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

_____. “Memória e família”. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 29-42.

LOBATO, Renata Maria de Almeida M. Grande Hotel: reconstruído em nossa memória. (Monografia). Universidade da Amazônia, 2001.

MARRAS, Stélio. “Política de letras”. In: Revista de Antropologia. São Paulo, USP, vol. 45, n.1, 2002, p.265-271.

MENDES, Armando Dias. A cidade transitiva. Belém: Imprensa Oficial, 1998.

ORTIZ, Renato. “Apresentação”. In: DURKHEIM, E. As Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Paulinas, 1989.

POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. “Memória e identidade social”. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 200-215.

PENTEADO, Antonio Rocha. Belém do Pará: estudo de Geografia Urbana. Coleção Amazônica/Série José Veríssimo. Belém: UFPA, 1968.

RODRIGUES, Denise de Souza S..Pará/1935: Um estudo sobre liderança e conflito. (Dissertação de Mestrado). Faculdade Cândido Mendes: IUPERJ, 1979.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870 – 1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

_____. Memórias do “Velho Intendente” Antônio Lemos (1869-1973). Belém: Paka-Tatu, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita (Org). A História da Família no Brasil: Bibliografia Comentada. São Paulo: CEDHAL – FFLCH USP, s/d.

WEINSTEIN, Barbara. A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850- 1920). São Paulo: Hucitec/ Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WOORTMANN, Klass. “Reconsiderando o parentesco”. In: Anuário Antropológico/76.Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977, p.149-186.

ANEXOS

Terceiro casamento

B. Trajetória individual

8. Escolas e universidades freqüentadas (assinalar séries e cursos realizados – graduação/pós-graduação – e em que período de sua vida).

Instituição

Período

9. Empregos/atividades econômicas e/ou profissionais exercidas e acesso aos mesmos (**emprego**: concurso, indicação –de quem -, transferência – de/para -, eleição nomeação – de quem// **atividade econômica e/ou profissional**: se iniciou sozinho ou em sociedade – com quem -, se deu prosseguimento a atividades exercidas pela família, se optou por uma profissão comum no meio familiar).

10. Períodos em que residiu em Belém e períodos em que esteve fora (assinalar período e local).

C. Família e memória

11. Conserva algum tipo de lembrança material de seus antepassados (fotografias, livros, cartas e outros manuscritos, objetos pessoais, etc...). Relacionar o que possui, fornecendo o maior número possível de detalhes.

-Fotografias (onde estão guardadas – gavetas, álbuns, emolduradas, etc -; indicar se os retratos se referem aos parentes mais diretos ou compreendem uma ampla gama de parentes; se retratam apenas gerações mais próximas ou recobrem gerações passadas; estado de conservação; como foram obtidas – repasse, troca, doação, etc).

- Cartas e outros manuscritos (de quem para quem/ do que trata o manuscrito, como foram obtidos).

- Objetos pessoais (quais, como foram obtidos).

- Outros.

12. Quais as atividades econômicas e/ou profissionais nas quais os membros de sua família mais se destacaram? Essa tradição permanece?

13. Quais as famílias com as quais a sua família se vincula atualmente por meio de uniões conjugais?
